

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA**

CARLA CAROLINE SILVA DOS SANTOS

**O COMPROMISSO NACIONAL E A SAÚDE DO TRABALHADOR:
DEGRADAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO NOS CANAVIAIS ALAGOANOS**

**RECIFE
2015**

CARLA CAROLINE SILVA DOS SANTOS

**O COMPROMISSO NACIONAL E A SAÚDE DO TRABALHADOR: DEGRADAÇÃO
E SUPEREXPLORAÇÃO NOS CANAVIAIS ALAGOANOS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do título de Mestre em ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Idê Gomes Dantas Gurgel

RECIFE

2015

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

S237c Santos, Carla Caroline Silva dos.

O compromisso nacional e a saúde do trabalhador: degradação e superexploração nos canaviais alagoanos/ Carla Caroline Silva dos Santos. — Recife: [s.n.], 2015.

130 p.: il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel.

1. Trabalhadores Rurais. 2. Saúde da População Rural. 3. Saúde do Trabalhador. 4. Condições de Trabalho. I. Gurgel, Idê Gomes Dantas. II. Título.

CDU 331.47

CARLA CAROLINE SILVA DOS SANTOS

**O COMPROMISSO NACIONAL E A SAÚDE DO TRABALHADOR:
DEGRADAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO NOS CANAVIAIS ALAGOANOS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 20 de maio de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Idê Gomes Dantas Gurgel
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães- CPqAM/Fiocruz

Prof.^a Dr.^a Solange Laurentino dos Santos
Universidade Federal da Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

AGRADECIMENTOS

Mais do que reconhecer um bem que alguém lhe proporcionou, a gratidão é uma dívida sentimental que estabelecemos com aqueles que por momentos nos ajudaram a alcançar um fim.

Logo, meu saldo devedor ao chegar até aqui não é nada pequeno, pois o produto que apresento possui as mãos de tantas pessoas que talvez não caibam neste espaço. Isso me leva a cometer a injustiça de elencar apenas algumas, mas não estabelece nenhuma hierarquia entre quem foi mais ou menos importante, pois tenho total clareza que sem o tijolinho de cada uma, este trabalho não seria possível.

À professora Idê Gurgel, por acreditar no meu trabalho desde o projeto, pelo carinho com que acolheu minhas ideias e pela maneira com que conduziu todo processo de orientação. Na liberdade que me permitiu, nas propostas que nunca foram ordens, nas discussões esclarecedoras, e principalmente no afeto em momentos de angústia, reconheço as virtudes de uma verdadeira educadora que admite ao educando construir sua própria consciência e o saber de maneira emancipadora.

À minha família, meus pais e tia Silene, por estarem sempre ao meu lado naquilo que acredito, pelas tantas idas e vindas a Teotônio Vilela, e por não me deixarem desistir nos momentos que pensava que não ia dar mais certo.

Aos amigos Lúcio e Charles, por tantas vezes me levarem ao encontro dos trabalhadores e pela amizade, parceria e compartilhamento em discussões políticas e teóricas.

Às professoras Lia Giraldo e Juliane Peruzzo, pelas reflexões valorosas e contribuições teóricas e práticas dadas em minha qualificação, que me abriram os olhos às possibilidades de potencialização do meu estudo.

À professora Kátia Rejane de Medeiros, pelo voto de confiança creditado a mim desde a banca de seleção para o programa e pela a atenção dedicada ao meu trabalho enquanto parecerista.

A toda minha turma de mestrado, principalmente às amigas Adriana, Marília, Domitila, Rebecca, Jéssica e Mariana, pelos tantos momentos divididos, sendo ombros de apoio umas das outras, dividindo alegrias e agonias, e comemorando a vitória de

cada uma como se fosse a própria. Os laços de amizades então construídos serão levados pelo resto da vida.

À minha equipe de trabalho no NASF-Recife, Isabelle, Izabel, Thaís, Edylla e Angélica, pela compreensão, companheirismo e “seguradas de barra” nas necessidades de ausência durante este percurso.

Ao meu companheiro Joelson, pela paciência e amor a mim dedicados nesta caminhada, desde a ajuda nas transcrições de entrevistas até o colo nas horas de esgotamento, sem os quais não teria suportado metade do caminho.

Aos trabalhadores canavieiros entrevistados, pela confiança e sinceridade com que compartilharam suas experiências, suas dores e suas esperanças.

“Yo soy un hombre de esperanzas, pero a partir de mucha desesperanza; y la esperanza y desesperanza se me cae y levanta varias veces al día. No creo en la gente de esperanzas invulnerables. Si uno está vivo nace y muere varias veces al día. Y en todo caso creo que vale la pena estar vivo y que el mundo puede cambiar. El dolor evitable es el más doloroso. A mí me duele el dolor de tanta gente. Yo no siento que sea un hombre solidario porque mi cerebro me diga que lo sea, es algo que sale del hígado, del corazón y las entrañas”.

(Eduardo Galeano)

SANTOS, Carla Caroline Silva dos **O Compromisso Nacional e a Saúde do Trabalhador**: Degradação e Superexploração nos Canaviais Alagoanos. 2015. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, Recife, 2015.

RESUMO

O estudo analisa a percepção dos trabalhadores canavieiros sobre suas condições de trabalho e saúde na agroindústria canavieira, considerando as proposições do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, acordo estabelecido em 2009 entre Governo Federal, empresários e trabalhadores para a melhoria das condições de trabalho aos canavieiros do corte manual da cana. Para tanto, foram realizados dois grupos focais com cortadores de cana no município de Teotônio Vilela (AL), os quais trabalhavam em três usinas que aderiram ao acordo; associados a entrevistas com dois fiscais de campo e dois representantes dos sindicatos dos trabalhadores canavieiros, sendo os dados analisados a partir do referencial da condensação de significados de Kvale. As limitações do acordo se evidenciam principalmente devido ao favorecimento do patronato e à forma de fiscalização e concessão dos selos de reconhecimento baseado em auditorias custeadas pelas usinas. Identificou-se o desconhecimento dos trabalhadores sobre o acordo, assim como a fragilidade das relações sindicais. Constatou-se a manutenção da precariedade do trabalho, num contexto marcado pela condição de superexploração da força de trabalho, caracterizado por jornadas de trabalho longas e extenuantes, pagamento por produção, com baixa remuneração e desemprego iminente; assim como uma situação de saúde marcada pela intensificação do ritmo de trabalho, cumprimento parcial das exigências de segurança e precárias condições de assistência. Logo, ratifica-se a insuficiência do Compromisso Nacional e a necessidade de ações efetivas para melhoria das condições de trabalho e de saúde nos canaviais.

Palavras-chaves: Trabalhadores Rurais; Saúde do Trabalhador; Precarização do Trabalho; Cana-de-açúcar.

SANTOS, Carla Caroline Silva dos. **The National Commitment and Occupational Health: Degradation and overexploitation in Sugarcane Plants Alagoanos 2015.** Dissertation (Master of Public Health) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.

ABSTRACT

This paper analyzes the health and working conditions within the sugarcane industry, according to the National Commitment to Improve Working Conditions in the Sugarcane Industry. This agreement was established in 2009 between the Federal Government, employers and workers to improve the working conditions for manual sugarcane cutters. The discussion presented herein resulted from information obtained through a focus group in the city of Teotônio Vilela (AL) involving sugarcane cutters at three companies included in the agreement, and interviews with key informants. Data were analyzed by meaning condensation indicated by Kvale, to analyze interviews. The limitations of the agreement are evident mainly due to favoring employers through the manner in which inspections are conducted and granting recognition certificates based on audits contracted by the companies themselves. It was observed the lack of workers on the agreement and the fragility of labor union relations. The precarious work still remains, within a context marked by overexploitation of the workforce, characterized by long hours, strenuous work and piecework, with low pay and a constant threat of unemployment, leading workers to submit to casual labor in order to keep their jobs, associated with a health marked by the intensification of the pace of work, partial compliance with safety requirements and poor service conditions. Therefore, the failure is ratified by the National Commitment and the need for effective action to improve working and health conditions in the fields.

Key words: Rural Workers; Occupational Health; Precarious Work; Sugarcane.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Layout do Canavial.....	65
Figura 2 - Suplemento hidroeletrólítico apresentado por cortador de cana em Teotônio Vilela-AL, 2015.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) referentes à cana-de-açúcar no Brasil - 2009/2013.	85
Tabela 2 - Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) referentes à cana-de-açúcar no estado de Alagoas - 2009/2013.....	86
Tabela 3 - Quantidade de acidentes do trabalho na cana-de-açúcar estratificada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) referentes ao setor no estado de Alagoas - 2009/2013.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Análise Coletiva do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
GL	Ginástica Laboral
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR 31	Norma Regulamentadora 31: Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
UNICA	União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	22
3 APROXIMANDO ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS	23
3.1 Trabalho na agroindústria canavieira	23
<i>3.1.1 Entendendo a Precariedade do Trabalho Canavieiro</i>	<i>24</i>
<i>3.1.2 Superexploração da Força de Trabalho e a Agroindústria Canavieira</i>	<i>26</i>
3.2 Saúde do Trabalhador	28
<i>3.2.1 Condições de trabalho e saúde no espaço canavieiro</i>	<i>31</i>
<i>3.2.2 Normas de segurança do trabalho rural no Brasil</i>	<i>34</i>
3.3 Breves Considerações sobre Negociações Coletivas de Trabalho na Agroindústria Canavieira	35
4 PERCURSO METODOLÓGICO	38
4.1 Desenho do Estudo	38
4.2 Período do Estudo	38
4.3 Local do Estudo	38
4.4 População de Referência	39
4.5 Coleta de Dados	39
4.6 Processamento e Análise de Dados	41
4.7 Limitações do Estudo	42
4.8 Considerações Éticas	43
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
5.1 Compromisso Nacional: O Codilho do Trabalho Decente	46
<i>5.1.1 Como surgiu e o que diz o Compromisso?</i>	<i>46</i>
<i>5.1.2 Havia retrocesso no caminho do “avanço”</i>	<i>49</i>
<i>5.1.3 Compromisso “fogo de palha”</i>	<i>54</i>
<i>5.1.4 Do (des)conhecimento dos trabalhadores sobre o Compromisso Nacional e as relações com os sindicatos</i>	<i>55</i>
5.2 Do Processo de Trabalho e da Superexploração nos Canaviais Alagoanos	60
<i>5.2.1 O Trabalho “em si”</i>	<i>61</i>

<i>5.2.2 O Pagamento por Produção</i>	66
<i>5.2.3 Seleção e Contratação dos Trabalhadores</i>	69
<i>5.2.4 Intensificação do Ritmo de Trabalho</i>	71
<i>5.2.5 Qualificação Profissional do Trabalhador Canavieiro</i>	74
5.3 O Peso da Cana sobre a Saúde do Trabalhador Canavieiro	76
<i>5.3.1 O Corpo “Quebrado”, o Canguru e o Medo da Morte</i>	77
<i>5.3.2 Exames Admissionais</i>	83
<i>5.3.3 Assistência Médica e Acidentes</i>	84
<i>5.3.4 Ginástica Laboral: “O que é que significa aquilo dali?”</i>	87
<i>5.3.5 Alimentação</i>	89
<i>5.3.6 Equipamentos de Proteção Individual</i>	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Entrevista	112
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Grupo Focal	116
APÊNDICE C - Roteiro de Perguntas-Chaves para grupo focal	120
APÊNDICE D - Roteiro de Perguntas-Chaves para entrevistas	122
ANEXO A - Termo de Compromisso – Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho no Corte da Cana-de- açúcar	123
ANEXO B - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	129

1 INTRODUÇÃO

O complexo agroindustrial canavieiro do Brasil tem se destacado no cenário econômico mundial pelas condições favoráveis do etanol no mercado internacional e pela reabertura de investimentos nacionais e internacionais nesse setor nos anos 2000, sob o discurso de redução do aquecimento global e da diminuição da dependência mundial do petróleo, somados a uma potencialização do crescimento econômico e o desenvolvimento rural (dito) sustentável do país.

Tal ascensão se insere no projeto impetrado inicialmente pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2008), denominado neodesenvolvimentismo, o qual, em resposta ao contexto de crise internacional, apresenta uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do Estado capaz de criar, simultaneamente, condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado (ALVES, 2013).

Neste sentido, se aproveitando do acúmulo de conhecimento do país na fabricação de etanol, dado o cultivo da cana-de-açúcar no território desde a época colonial através do sistema *plantation*¹ (RIBEIRO, 2013), na perspectiva de se projetar internacionalmente e se consolidar enquanto um setor agroindustrial competitivo e tecnologicamente atualizado, o governo brasileiro lançou mão de abundantes investimentos na produção de cana-de-açúcar, com construção de novas usinas e destilarias e compra de maquinarias por meio de programas específicos de financiamento (TEIXEIRA, 2013).

Este processo se apoiou internamente no desenvolvimento e projeção da tecnologia *flex-fuel*, com incentivado aumento da frota nacional de carros movidos tanto à gasolina quanto a etanol, para materialização de um mercado consumidor e garantia de revitalização do setor produtor de álcool, com a consolidação do país como maior produtor do biocombustível na matriz energética mundial, fortalecendo sua imagem junto ao mercado internacional em consideração ao Protocolo de Quioto - um tratado complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, criado em 1997, que definiu metas de redução de emissões para os países desenvolvidos, responsáveis históricos pela mudança atual do clima.

¹Plantation é um sistema de produção agrícola baseado em quatro pilares: latifúndio, monocultura, mão-de-obra escrava e produção voltada para o mercado externo. Foi um sistema muito utilizado pelos europeus na colonização da América Latina, sendo usado historicamente aqui no Brasil em culturas como a da cana-de-açúcar, do café e da borracha

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (2013), o Brasil se encontra como o principal produtor internacional de cana-de-açúcar, atingindo na última década um abrupto crescimento na área plantada com cana no país: entre 2000 e 2010, a área passou de 4,9 para 9,2 milhões de hectares, o que se refletiu num salto de produção de 254,9 milhões/ton de cana em 2000 para 627,3 milhões/ton em 2010 (BRASIL. Ministério da Agricultura, 2013). Em 2013 os investimentos estatais superaram anos anteriores, ainda no primeiro semestre deste ano o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou R\$ 3,481 bilhões, 68% acima dos R\$ 2,068 bilhões do primeiro semestre de 2012 (BATISTA, 2013).

A conformação conjuntural do protagonismo estatal na promoção de uma agenda neodesenvolvimentista e o movimento de internacionalização do etanol brasileiro, no intento de torna-lo um *commodity* mundial, associados às falas de preocupações socioambientais atraíram ainda mais investimentos de corporações multinacionais dos mais diversos setores² - as quais já integravam o setor canavieiro brasileiro desde o ano 2000 (BENETTI, 2009), mesmo antes do governo Lula - pelas vantagens comparativas como apropriação da renda diferencial da terra, da superexploração da força de trabalho e dos subsídios estatais (SILVA et al., 2013).

Tal como inferem Silva et al (2013, p.68)

A cana-de-açúcar, enquanto mercadoria, não possui apenas valor de uso – açúcar e etanol –, como também valor de troca. Trata-se, pois, de uma mercadoria-fetiche, nos termos marxianos, cuja imagem revela os números gigantescos da produção, mas, ao mesmo tempo esconde o processo de degradação socioambiental e as formas de superexploração dos trabalhadores. Para a “fabricação dessa imagem”, o papel do Estado, além dos meios de comunicação, tem sido fundamental.

Sabe-se que as promessas de sustentabilidade socioambiental do agronegócio sucroalcooleiro no Brasil, se sustentam em muitas regiões do país sob a marca de uma modernização conservadora, que esteia contradições fundiárias forjadas na força de classe dos grandes proprietários rurais; nas relações do setor com o Estado, baseadas no patrimonialismo e na naturalização das desigualdades sociais; e em seu caráter autoritário, expresso tanto nas

²Benetti (2009) destaca como principais grupos estrangeiros que integraram as usinas brasileiras entre 2000 e 2008: L. Dreyfus (França), Tereos (França); Noble (Cingapura), Infinity Bio-Energy (RU); ADM (EUA); e Evergreen (RU). Já Moraes et al. (2013) apontam que entre o ano 2000 para 2010, a participação estrangeira nas indústrias de cana cresceu 20%, revelando ainda as diversas fusões ocorridas no período, a saber as maiores: grupo LDC-SEV Bionergia, fusão da empresa francesa Louis Dreyfus Commodities com cinco usinas da Santelisa Vale de Ribeirão Preto, o segundo maior produtor mundial de açúcar e álcool; e o primeiro lugar, o Grupo Cosan que se uniu à Shell e deu vida a *joint venture* Raízen. Esses autores citam ainda a participação de outros setores como as empresas petrolíferas Petrobras, Shell, British Petroleum, automotivas, biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento, além da fusão da ETH Bionergia, do Grupo Oldebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco).

relações existentes entre as usinas e seus trabalhadores, como nas relações com as instituições de regulação social e ambiental das atividades do setor (SILVA; MARTINS, 2010).

Este contexto de crescimento econômico da agroindústria canavieira, discurso de sustentabilidade e de potencialização da ampliação de empregos e das divisas nacionais, deixa à sombra o modelo de organização deste setor, um modelo de gestão da força de trabalho baseado nas mais degradantes condições e relações de trabalho, um mundo de precariedade onde os trabalhadores estão submetidos à superexploração em suas mais diversas formas (assalariamento precário, vínculo empregatício informal, jornadas extensas e ritmos muito intensos de trabalho) (ALESSI; NAVARRO, 1997; ALVES, 2006; NOVAES, 2007; PLANCHEREL; QUEIROZ; SANTOS, 2010; SILVA, 1999, 2011), que na agricultura brasileira, e principalmente na agroindústria canavieira, se processa sob uma exploração combinada de mais-valia absoluta com mais-valia relativa³ (IANNI, 2004). Somado a isso, ainda se encontra o paradoxo da reestruturação produtiva, que impõe os altos índices de modernização e de produtividade associados ao desemprego gerado pelo processo de mecanização do setor (LIMA, 2011; SILVA, 1999; TEIXEIRA, 2013).

Para Novaes (2007, p. 3) é necessário “analisar o paradoxo trazido pela modernização na gestão dessa mão-de-obra que institui um sofisticado sistema de incentivos e prêmios por produtividade e, ao mesmo tempo, inicia uma inédita temporada de doenças e mortes entre os trabalhadores da cana”, onde trabalhadores canavieiros chegam aos seus limites físicos, enquanto buscam aumentar sua produção para aumentar seus salários (GALVÃO, 2010; RODRIGUES; NAGAMINE, 2007; SILVA, 2009).

Perante este cenário, o movimento de internacionalização da agroindústria canavieira brasileira começou a sofrer com críticas sobre as formas de relações sociais e ambientais que caracterizam historicamente o setor. De tal modo que para o etanol se tornar um *commodity* mundial, passou-se a exigir das usinas, entre outras coisas, a garantia de condições saudáveis de trabalho e uma produção sustentável (BANCO MUNDIAL, 2007; ESPÍNDOLA, 2009; MINAYO-GOMES, 2011). Sendo assim, o Governo Federal entendeu que “é possível oferecer ao mercado produtos competitivos e, ao mesmo tempo, assegurar os direitos dos trabalhadores e melhorar as suas condições de vida” (BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República, 2009, p. 1) e instituiu no ano de 2009, em acordo tripartite, com

³A mais-valia absoluta pode ser entendida como o uso extenso da força de trabalho (horas prolongadas), a qual é limitada, porque o trabalhador só pode ser explorado até o limite de sua sobrevivência. Já a mais-valia relativa é compreendida como o uso intenso do trabalho humano, baseado nos avanços tecnológicos, os quais proporcionam aumento da produção tanto mais e melhor, com menos horas de trabalho (MARX, 1988).

representantes nacionais de trabalhadores e empresários, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar.

Pautado pelo ex-presidente Lula como um “novo paradigma” de melhorias para os cortadores de cana em atividade no país (ANDRADE, 2009), o documento determina práticas empresariais e responsabilidades governamentais construídas através de diálogos entre governo, empresários e trabalhadores, encerrando uma agenda de questões trabalhistas relativas a 18 temas, em que para fazer parte do Compromisso Nacional, as empresas do setor sucroalcooleiro faziam adesão de caráter voluntário, e eram submetidas a um mecanismo de verificação do cumprimento das ações, que lhes garantia um selo de reconhecimento de Empresa Compromissada.

Até abril de 2013, período que a segunda prorrogação do acordo perdeu a validade, o Compromisso Nacional contava com a adesão de 255 das 401⁴ usinas de açúcar e álcool existentes no país, das quais apenas 185 têm o selo de Empresa Compromissada, o que indica que se encontrariam cumprindo efetivamente os termos dispostos.

O estado de Alagoas é o segundo menor em extensão territorial do país e reúne condições naturais que favoreceram a expansão dos canaviais, a agroindústria foi sua principal atividade econômica durante muito tempo, sendo ainda nos dias atuais forte pilar da estruturação econômica do estado (CAVALCANTI JUNIOR, 2013; VERÇOZA, 2012).

Atualmente Alagoas se encontra em uma posição de relativo destaque no cenário nacional. Mesmo a cana ocupando apenas 20% do seu território, o estado é o principal produtor de cana na região Norte-Nordeste e o sexto produtor nacional, sendo ainda o quarto na produção de açúcar e sexto colocado em produção de álcool (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2013; 2014). Em sua atual posição nacional e contando com dois dos oito maiores grupos do setor canavieiro no país⁵, a agroindústria canavieira alagoana demonstra seu potencial de competitividade no comércio sucroalcooleiro junto às usinas do Centro-Sul na corrida pelo mercado internacional.

Contando com 24 usinas em seu território, que compreende aproximadamente 100 mil empregos diretos e 200 mil indiretos, o setor sucroalcooleiro é responsável por praticamente

⁴A redução do número de usinas apresentado no lançamento do compromisso e atualmente no fim da sua vigência se deve ao fato de apesar da discussão de expansão do setor, haver uma movimentação de fechamento de usinas, principalmente no centro-sul do país, devido a dificuldades enfrentadas com custos elevados e endividamento (BATISTA, 2013; UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

⁵ Os representantes alagoanos no ranking do país são: ocupando a terceira posição nacional está o Grupo Carlos Lyra, com três usinas em Alagoas e duas em Minas Gerais; e ocupando a sétima posição nacional está o Grupo Coruripe, com uma em Alagoas e três usinas em Minas Gerais.

um terço da economia alagoana e pela sobrevivência de quase metade das cidades do estado (CAVALCANTI JÚNIOR, 2013), o que nos dá um panorama de quão importante é este setor para a sustentação econômica do estado. Outra questão lançada é que

no que se refere à cultura da cana-de-açúcar [em Alagoas], o primeiro destaque é exatamente a presença dos representantes do mundo do açúcar nas estruturas de poder no estado. Trata-se de um grupamento social estruturado numa atividade econômica relevante e que alcançou forte representatividade política e, ademais, tem disputado espaços nas diversas conjunturas políticas e econômicas com clara definição de seus interesses (LIMA, 2006, p.96).

Todas as 24 usinas sucroalcooleiras alagoanas assinaram o Compromisso Nacional, entretanto apenas 18 possuíam o selo de Empresa Compromissa no fim da vigência do acordo (abril de 2013).

Partindo deste panorama e passados alguns anos da criação do Compromisso Nacional, vários aspectos se apresentam como contestáveis para seu processo de efetivação. O que se observou até o momento foi um caminho controverso entre irregularidades e brechas quanto ao cumprimento do pacto, ainda que haja um grande discurso de enaltecimento das iniciativas. Para representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), o acordo esteve repleto de "problemas, falhas, equívocos e fraudes" no processo de certificação (HASHIZUME, 2012), opinião corroborada por movimentos sociais e pesquisadores das condições de trabalho no setor (SILVA, 2009).

Por acreditar que todo desenvolvimento da produção sucroalcooleira se deve aos trabalhadores dos canaviais que historicamente estiveram e permanecem na linha de produção, e reconhecendo o processo histórico de altos e baixos a que este setor sempre esteve ligado, associados à peculiaridade com que ele se desenvolveu no estado de Alagoas (LIMA, 2001), o presente trabalho se debruçará neste universo em busca do entendimento de como trabalhadores canavieiros alagoanos do município de Teotônio Vilela-AL percebem suas condições de trabalho e saúde após o pacto pelo Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar.

O município proposto possui importância histórica na conformação do setor canavieiro alagoano, destacadas por Beatriz Heredia (1988), a quando analisa entre o final da década de 1970 e início de 1980 os impactos da expansão canavieira na região. Tal estudo apresenta a origem do município em meio ao processo de expansão da cana no estado e as transformações nas relações de trabalho ocorridas neste decorrer.

Para tanto, julgou-se como pressupostos as seguintes condições:

- a) o conhecimento dos trabalhadores sobre a existência do pacto e sua mobilização de classe se encontra deficiente;
- b) as condições de trabalho e saúde destes trabalhadores diante das propostas do pacto sofreram poucas alterações - com manutenção do excesso de jornada, salários precários, meio ambiente do trabalho insalubre, má qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPIs), ocorrência de acidentes, assédio moral.

Assim o desenvolvimento do nosso trabalho se organizou a partir dos consequentes eixos:

No que se refere ao Compromisso Nacional, entendemos como imperativo analisar este acordo considerando a conjuntura econômica brasileira para o setor sucroalcooleiro e as relações capital-trabalho presentes no mesmo. Colocou-se, portanto, como fundamental entender a natureza das negociações existentes no setor canavieiro, para então, observando as fragilidades e potencialidades que o pacto dispõe, ponderarmos a real alternativa de mudanças a que ele se propôs, refletindo também sobre como se encontra a organização dos trabalhadores canavieiros.

Enquanto eixo central e contextualizador, o trabalho na agroindústria canavieira evidencia em seu desenvolvimento histórico uma intensificação crescente da exploração da força de trabalho (ALVES, 2007; NOVAES, 2007; SILVA, 1999), resultado do processo de reestruturação produtiva por qual vem passando o setor, sobretudo a partir da década de 1970, o que por sua vez pode ser entendido como consequência da crise estrutural a que o sistema capitalista se encontra submetido (HARVEY, 2011).

Contudo, esta reestruturação produtiva exibida apenas pelo ângulo do crescimento exitoso da agroindústria canavieira no Brasil, apresenta como saldo mudanças trágicas sobre o processo de trabalho no setor, que o tornou ainda mais subsumido ao controle do capital, com a diminuição dos postos de trabalhos (reflexo da modernização mecanizada), intensificação do ritmo de trabalho e precariedade das relações de trabalho (rebaixamento dos salários, pagamento por produção, vínculos temporários, descumprimento de direitos trabalhistas) (CARVALHO 2009; PADRÃO, 1997; SILVA, 2007). Tal reestruturação também apresenta peculiaridades no espaço da agroindústria canavieira de Alagoas, as quais merecem ser consideradas para concepção do nosso universo.

Com o aprofundamento da degradação das condições de trabalho nos canaviais, a saúde do trabalhador conforma nossa dimensão de ponderação fundamental, à medida que a intensificação da exploração da força de trabalho tem se refletido em acidentes e mortes nas plantações (ALVES, 2006; SANTOS, 2009; SILVA et al, 2006). Configura-se num campo complexo de compreensão da determinação social da saúde que caracteriza a necessidade de apreensão dos seres na sua integralidade a partir da conexão entre saúde, trabalho e ambiente. A este elemento também somamos a discussão objetiva da responsabilidade das empresas na garantia (mínima!) de condições de trabalho no setor e como estas ações se conformam no contexto do modelo flexível.

Considera-se neste estudo a extrema importância de conhecer a percepção do trabalhador alagoano sobre suas condições de trabalho e saúde em meio ao campo de mudanças proposto por este acordo e as reais possibilidades de transformação que podem existir a partir dele. Ressaltamos assim o fomento à discussão de acordos desta natureza e a situação desta categoria de trabalhadores, na expectativa de contribuir para a construção de ações concretas de mudanças.

2 OBJETIVOS

2.2 Objetivo geral

Analisar o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar a partir da percepção dos trabalhadores rurais do corte manual da cana-de-açúcar em usinas alagoanas sobre suas condições de trabalho e saúde após o pacto firmado.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e o conhecimento dos trabalhadores sobre o mesmo;
- b) Descrever o processo produtivo e organização do trabalho das usinas empregadoras desses trabalhadores, considerando o Compromisso Nacional;
- c) Compreender a relação entre saúde e trabalho, considerando a perspectiva dos trabalhadores canavieiros e as proposições do Compromisso Nacional.

3 APROXIMANDO ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS

Na perspectiva de compreendermos melhor o universo proposto, convencionamos a caracterização dos elementos entendidos como tríade básica do estudo em questão: a) Trabalho na Agroindústria Canavieira; b) Saúde do Trabalhador; e c) Negociações Coletivas de Trabalho na Agroindústria Canavieira.

3.1 Trabalho na agroindústria canavieira

A precariedade das condições de vida do trabalhador rural brasileiro é produto do modo como o espaço agrário foi sendo produzido e organizado historicamente sob o capital, posto que

pelas condições históricas e objetivas de sua produção, o espaço agrário é também um espaço de exploração, determinando um ‘ambiente de vida’ tecido pelas diversas articulações existentes entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais que é gravoso à sobrevivência da classe trabalhadora (MOREIRA et al,1999, p.1).

Para tanto, reconhecemos na década de 1960 um marco categórico para as transformações no meio rural, com o processo de expansão mundial da economia capitalista pautado sob o êxito da Teoria Keynesiana. No Brasil, iniciávamos uma nova fase da agricultura, caracterizada por Silva (1999) como “modernização trágica” devido os processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão de milhares de homens e mulheres de seus postos de trabalho, efeitos do projeto desenvolvimentista do governo militar, o qual buscava uma integração da economia brasileira com a internacional, em detrimento da distribuição de renda (ALVES; NOVAES, 1996).

Esta influência e incentivo estatal é a característica geral que dá identidade ao setor sucroalcooleiro no Brasil (LIMA, 2001, 2006), que historicamente esteve estimulado pela expansão do mercado internacional e amparado pelo Estado, por meio de ações de apoio como Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), sofrendo processos de grande expansão.

Sendo a cana-de-açúcar considerada “matriz geradora de uma economia profundamente concentradora de riquezas, marcada pelo latifúndio e por um grave desequilíbrio social” (ALBUQUERQUE, 2007, p.60), compreendemos que o espaço

sucroalcooleiro confere ao seu trabalhador a condição paradoxal de maior vítima do progresso (ALBUQUERQUE, 2007, p.63).

3.1.1 Entendendo a Precariedade do Trabalho Canavieiro Alagoano

Para compreender os elementos que determinam as condições de trabalho canavieiro partimos do pressuposto que “o processo de trabalho é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, ou seja, a apropriação do natural para satisfazer às necessidades humanas” (MARX, 1988, p.146) e se caracteriza enquanto um processo contínuo, dialético e necessário entre homem e natureza em qualquer modelo de sociedade.

Contudo, para Alessi e Scopinho (1994), toda e qualquer referência a processos de trabalho no modo capitalista de produção significa considerar modos concretos de exploração, dado que o trabalho determina, tacitamente, modos concretos de consumo e de desgaste da força de trabalho. Isto porque se trata de um processo de produção de mercadoria e de mais-valia, que, através do uso de objetos, instrumentos e da força de trabalho assalariada, origina a dominação do processo de trabalho sobre o trabalhador.

No espaço da agricultura brasileira – incluindo-se, portanto, o setor canavieiro – o processo de trabalho sofreu ao longo dos últimos 40 anos uma exacerbação da exploração da força de trabalho, resultado de um conjunto de condições assentidas pela "modernização conservadora" a que o país se submeteu diante do processo de reorganização do sistema capitalista no momento agudizado de crise que se encontrava nos anos 1970.

Tais mudanças no processo de trabalho estão determinadas, de acordo com Moreira et al (1999) pela: intensificação da concentração de terra, expulsão da população rural, crescimento do trabalho assalariado, sobretudo do trabalho assalariado temporário, agravamento da questão migratória nacional, enfraquecimento da pequena propriedade, expansão de atividades poupadoras de mão-de-obra (monocultura mecanizada e pecuária), intensificação do processo de mecanização da agricultura e do uso de agroquímicos, retração da produção de alimentos e de outros produtos do mercado interno.

Marx (1988) determina que o pressuposto básico do capitalismo é, dadas as relações de produção, desenvolver ao máximo a exploração da mais-valia, ou seja, o trabalho não remunerado. Para tanto, num primeiro momento, se aproveita da extensão da jornada de trabalho para se apropriar do trabalho não pago, estabelecendo assim a mais-valia absoluta.

Em seguida, através da diminuição do valor da força de trabalho pela necessidade de produção em menos tempo, há uma intensificação do trabalho, e assim o capital estabelece e se apropria da mais valia relativa.

É esta combinação de exploração de mais-valia absoluta com mais-valia relativa que garante o lucro capitalista, sendo a parte do trabalho não pago ao trabalhador, visto que o valor produzido é o valor de uso da força de trabalho como mercadoria. O resultado de tudo isto está posto para os trabalhadores canavieiros na forma de: extensão da jornada de trabalho, intensificação do seu ritmo, pagamento por produção, decréscimo real do valor dos salários e descumprimento de direitos trabalhistas (ALESSI; NAVARRO, 1997).

Ao estudar o espaço canavieiro de Teotônio Vilela-AL nos anos 1970 e 1980 Heredia (1988) confirma o processo de precariedade e proletarização do trabalhador canavieiro alagoano, principalmente através da transformação das relações sociais nas formas de manutenção do trabalho deste sujeito, com a destruição de suas referências espaciais e o fim da sua reprodução ligada a terra, pela expansão das áreas de tabuleiros com a proletarização dos trabalhadores canavieiros através da expropriação dos pequenos produtores e o declínio do sistema de dominação de morada.

As mudanças impostas pela expansão do cultivo da cana no estado neste período determinaram um processo de expropriação do trabalhador, à medida que transformaram as relações sociais existentes até aquele momento entre os trabalhadores (moradores), pequenos produtores e grandes proprietários (senhores de engenho). Através do reordenamento do espaço da *plantation* açucareira, que até então se baseava na imobilização dos recursos básicos (terra e da mão-de-obra) para seu desenvolvimento, com a descoberta da produtividade das terras de tabuleiros pelo uso de fertilizantes químicos, as usinas desencadearam um processo de pilhagem dos pequenos produtores e moradores pela necessidade de concentração de terras para assegurar a matéria-prima necessária ao seu abastecimento.

Somado a isto, pode-se destacar que as contradições sociais da região canavieira alagoana se apoiam em três características diferenciais do setor sucroalcooleiro no estado, sendo que

A primeira refere-se às relações de trabalho, as quais, como foram observadas, apresentam-se ainda em condições tão precárias a ponto de colocar a própria condição de reprodução do trabalhador em risco. A segunda se refere à concentração de riqueza, pois a região canavieira alagoana é marcada por um contraste social gravíssimo e enorme: de um lado, observa-se um parque industrial sucroalcooleiro com tecnologia de ponta, mas do outro lado, constata-se um cenário social marcado

por uma situação de miséria absoluta, como mostram os indicadores sociais, como o IDH dos municípios canavieiros. A terceira característica diz respeito à persistência de uma concentração fundiária, em que meia dúzia de famílias controlam, durante séculos, as áreas produtivas e férteis no estado (SILVA, 2011, p.228).

Delimitamos assim o ciclo de precariedade e precarização das condições de trabalho do cortador de cana alagoano, o qual vem sofrendo um processo de expropriação da sua vida, principalmente a partir da passagem de sua condição de morador/pequeno produtor para trabalhador assalariado temporário, onde se estabelece definitivamente a espoliação da sua força de trabalho, enquanto única mercadoria que cria valor.

3.1.2 Superexploração da Força de Trabalho e a Agroindústria Canavieira

A crescente intensificação da exploração da força de trabalho na agroindústria canavieira se reflete enquanto uma estratégia do capital para arcar com a crise estrutural do sistema, através do processo de reestruturação produtiva do setor, acentuado na década de 1970.

A necessidade de superar a situação de superacumulação que o sistema se deparava devido à estagnação das suas taxas de acumulação, colocou em xeque o modelo de produção taylorista/fordista aclamado nos anos 1930 e gerou um reordenamento da base de produção das mercadorias, em que a lógica foi/é de diminuir os custos, simultaneamente a uma elevação da produtividade (HARVEY, 2011).

Neste sentido, um movimento de flexibilização do mundo do trabalho se instaurou (e permanece até os dias atuais), principalmente a partir da proposta toyotista, determinando mudanças na gestão da força de trabalho, através de inovações tecnológicas, novas formas de gestão organizacional e do trabalho polivalente (SANTOS NETO, 2013). Como consequência disto temos a intensificação da exploração da força de trabalho, o aumento de trabalho precarizado, terceirizado, temporário, informal e do desemprego estrutural, o que fragmentou a classe trabalhadora, tornando-a ainda mais heterogênea e complexa (ANTUNES, 1999; BIHR 1998).

Tais condições se revelam como elementos do interesse do capital estrangeiro em investir na agroindústria canavieira do Brasil, pelo fato de as relações de produção estabelecidas aqui se apresentarem desigualmente vantajosas para os investidores de países

centrais, já que o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras (AMARAL; CARCANHOLO, 2009).

A condição de superexploração da força de trabalho que buscamos evidenciar aqui se apoia na teoria marxista da dependência elaborada por Marini (1973, 1978), o qual expõe a ocorrência da superexploração em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando à apropriação e acumulação da mais valia produzida na periferia pelo centro.

De acordo com Amaral e Carcanholo (2009, p.221) há quatro formas principais de superexploração do trabalho, que atuam de forma isolada ou combinada, – as quais possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, são elas: a) o aumento da intensidade do trabalho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador; e d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. Para Luce (2013), o capital atenta contra o fundo de consumo do trabalhador na primeira e na última forma; enquanto nas outras duas, atenta contra o fundo de vida.

No espaço canavieiro é possível determinar tais características ao encontramos um aumento do ritmo de trabalho impulsionado pelo pagamento por produção, em que numa jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo. Como destaca Verçosa (2012), essa elevação do ritmo de trabalho pode ocorrer de forma dupla e combinada: aumentando ao extremo a aplicação de sua força de trabalho, por meio da produção do máximo de quantidade possível de peças dentro de um tempo determinado e/ou estendendo ao máximo a sua jornada de trabalho, um aumento do tempo de trabalho excedente para além daquele necessário à reprodução do próprio trabalhador. Entretanto, sublinha o autor, que no caso do corte da cana a extensão da jornada de trabalho pelo trabalhador não é possível, haja vista que a usina determina um *quantum* diário de cana a ser processada, para evitar prejuízo devido a perda de teor de sacarose que ocorre com a cana após ser cortada.

A concepção de um exército industrial de reserva é o mecanismo pelo qual a classe capitalista se apropria do fundo de consumo do trabalhador canavieiro, impondo remunerações abaixo do correspondente ao valor da força de trabalho, onde pela pressão da existência de grande número de trabalhadores desempregados, os trabalhadores empregados se submetem a situação de arrocho salarial para se manter no serviço. Através do contrato de trabalho estipulado, o não cumprimento da média diária de corte pode levar ao afastamento do

trabalhador por um dia, um mês e/ou sua substituição imediata por outro, principalmente em usinas que se utilizam de trabalhadores migrantes provenientes das regiões pobres do país, que “fornece *naturalmente* a mão-de-obra necessária a estes capitais durante todo o ano” (SILVA, 2006).

Portanto, quando observamos o trabalho canavieiro precisamos compreender as propostas de desenvolvimento que estão em jogo dentro de um novo modelo de acumulação do capital, modelo este identificado por Harvey (2004) como acumulação por espoliação, onde para além da extração de mais-valia e dos tradicionais mecanismos do mercado, outras práticas predatórias de intensificação da expropriação fraudulenta e violenta de trabalho, terras e outros recursos naturais, são aplicadas sobre países periféricos para a garantia do lucro capitalista. Corresponde assim à condição de superexploração da força de trabalho evidenciada nas reflexões de Marini (1978), anteriormente discutidas.

3.2 Saúde do Trabalhador

Mediante o cenário que determina o trabalho na agroindústria canavieira os fenômenos de agravos à saúde dos trabalhadores são decorrentes da contradição capital/trabalho (LOURENÇO; BERTANI, 2010). Ou seja, muitos dos problemas de saúde que atingem os trabalhadores canavieiros possuem relação direta com a organização e o processo de trabalho a que se encontram submetidos, logo, são determinados socialmente pelas suas condições de trabalho.

Neste sentido, Minayo-Gomez e Thendim-Costa (1997, p. 26) compreendem a Saúde do Trabalhador enquanto um campo de práxis, de produção de conhecimentos orientados para uma ação/intervenção transformadora, os quais devem ter como horizonte demandas explícitas ou implícitas dos trabalhadores. Configura-se, portanto, “numa trama de relações que reflete - na dinâmica própria dos diversos atores sociais e das lógicas que direcionam sua ação - consciências e vontades individuais e coletivas”.

Almejando o alcance deste objetivo, pela complexidade em que se instala, é importante ter clareza da natureza interdisciplinar da Saúde do Trabalhador, que nos impele a um esforço importante de articulação entre as diversas áreas de conhecimento e a construção de uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, assim como das responsabilidades individuais e coletivas que os envolve.

A Saúde do Trabalhador é um dos alicerces para compreensão do processo saúde-doença enquanto único e que não se reduz ao biológico e individual, uma vez que sua essência é o reconhecimento de seu caráter social e sua determinação histórica (OLIVEIRA, 2001).

Para Laurell (1982, p.16), de modo geral

o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção.

Neste sentido, Laurell e Noriega (1989) destacam o olhar da medicina social sob a importância do reconhecimento do caráter histórico do processo saúde-doença enquanto um fenômeno coletivo, em que o caráter social da doença se expressa nos modos de adoecer e morrer dos grupos humanos, a partir das suas posições em classes sociais em uma dada sociedade. Para eles, o caráter social é assinalado pela inserção dos grupos humanos no processo de produção, insurgindo daí o processo de trabalho enquanto categoria basilar ao estudo do processo saúde-doença.

Em consonância, Minayo-Gomez e Costa (1997) consideram o processo de trabalho como a referência central para o estudo dos condicionantes da saúde-doença, a partir da aceção de seu conceito em Marx, enquanto “condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais” (MARX, 1988, p.146). A forma como o homem se apropria e transforma a natureza, determina igualmente seu processo saúde-doença, sendo esta assimilação conceitual um instrumento crítico às concepções hegemônicas de caráter reducionista, que concebem articulações simplificadas entre causa e efeito, em suas perspectivas uni ou multicausal, sem a devida conexão das dimensões social e histórica do trabalho e da saúde/doença.

Esta relação de transformação mútua que o homem estabelece com a natureza através do trabalho aponta para uma discussão mais abrangente, e indissociável, que são as relações Produção/Ambiente/Saúde, visto que grandes questões mundiais hoje são reflexo do relacionamento das características do ambiente com a saúde (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998), ou seja, são resultados desta transformação da natureza pelo homem.

Breilh (2004) nos lembra da denúncia da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2003, onde dois milhões de mortes por ano eram causadas pelo exercício do trabalho, identificando que a nossa forma de trabalhar sob as condições do mundo capitalista

mata cinco mil pessoas dia, estamos nós em meio a um alarmante de genocídio imposto pelo motor econômico do mundo. Segundo o próprio Breilh (2008a, p.175)

no enquadramento dessa profunda redefinição produtiva, social e cultural, que vem modificando os ritmos, os conteúdos e a velocidade de transformação da natureza, tem-se transformado aceleradamente tanto os processos determinantes da saúde e da sustentabilidade do ecossistema como, também, as formas de exposição humana a processos destrutivos para a saúde.

Porto (2005, p.830) discute que a “crise ambiental contemporânea vem intensificando as discussões e a percepção pública acerca dos efeitos dos processos de produção e consumo das sociedades industriais modernas sobre a saúde humana e a dos ecossistemas”. O autor elenca como um dos elementos centrais deste debate as relações de exploração centro-periferia existentes nos territórios, originadas nas formas de dominação, intervenção e controle sobre o uso dos recursos realizado por parte de investidores econômicos e governos, que repercutem em problemas ambientais e de saúde deles decorrentes.

Sobre o trabalho no campo, Silva e Martins (2010) salientam a necessidade de articulação entre as esferas social e ambiental para análise dos processos de acumulação, e o devido conhecimento das dimensões materiais e simbólicas que sustentam a modernização conservadora exposta pelo agronegócio no Brasil.

A Revolução Verde - processo de modernização da agricultura baseado num modelo de uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos - detonou a consolidação da monocultura em detrimento dos sistemas de rotação a partir da prática de uma agricultura altamente especulativa, voltada para o cultivo contínuo de produtos com maiores níveis de rentabilidade, tomou espaço nas estruturas agrárias brasileiras (SILVA; MARTINS, 2010).

Quando destacados os impactos ambientais relacionados à monocultura canavieira, podemos observar desde o desmatamento de florestas, a intensidade do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas, a poluição das águas e solos devido à dispensação dos dejetos e resíduos, a poluição do ar devido às queimadas, uso indiscriminado de fertilizantes e agrotóxicos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2011; SCHLESINGER, 2013), entre outras coisas, que tem provocado danos irreversíveis aos ecossistemas e conseqüentemente à saúde humana.

Resultado do processo acelerado de acumulação do capital, a degradação ambiental e os problemas por ela gerados desvelam a pilhagem dos recursos naturais, que por sua vez recaem sobre a degradação dos modos de vida e saúde das populações.

Logo, fica explícita a importância da análise do processo saúde-doença enquanto fruto da interação Saúde, Trabalho e Ambiente, pois tal como traz Porto (2005, p.834),

A resposta é que todas essas populações são vítimas de um modelo de desenvolvimento marcado pela injustiça ambiental, isto é, grandes investimentos e negócios realizados que se apropriam dos recursos existentes nos territórios e concentram renda e poder, ao mesmo tempo em que atingem a saúde e integridade dos trabalhadores, dos seus habitantes e dos ecossistemas.

3.2.1 Condições de trabalho e saúde no espaço canavieiro

Do ponto de vista biológico, quando um indivíduo se submete a uma carga de trabalho, desenvolve estruturas metabólicas, endócrinas, biomecânicas, psicológicas e cognitivas que ocasionam a adaptação ou à enfermidade se forem extrapolados os limites apropriados ao funcionamento do organismo humano (LAAT et al, 2008).

Alves et al (2003 *apud* ALVES, 2006) destacam que na década de 1950 a produtividade do trabalho era de três toneladas de cana cortadas por dia de trabalho; na década de 1980, a produtividade média passou para seis toneladas de cana por dia/homem ocupado e, no final da década de 1990 e início da primeira década de 2000, para garantir seus empregos, os cortadores de cana precisavam cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia, chegando até 12 toneladas de cana/dia.

É esta intensificação da produção conectada ao pagamento que tem sido uma das principais causas das doenças ocupacionais, das mutilações, dos acidentes de trabalho e até mesmo das mortes de trabalhadores rurais, como assinala Guanais (2012), referindo-se aos estudos desenvolvidos sobre tais condições de trabalho.

A voracidade do trabalho no corte da cana é descrita por Oliveira (2011, p.89), em alusão a publicação “Vozes do Eito”, do Serviço Pastoral dos Migrantes de Guariba, sob as seguintes condições:

em 10 minutos um trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 flexões de coluna, num ciclo médio de 5,6 segundos cada ação. Trabalhando sob temperaturas acima de 27 °C, podendo chegar a 38° na região de Presidente Prudente, e respirando muita fuligem no ar ao final do dia terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular nesse ritmo de trabalho é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto, já a temperatura do cérebro após as 13 horas, em dias de muito calor pode chegar a 44 graus!

Rocha et al (2007) descreve que a diversas situações de risco à sua saúde a que os cortadores de cana estão expostos, enquanto: cargas físicas (radiação solar, chuvas, extremos de temperatura); cargas químicas (poeira, fuligem, resíduos de agrotóxicos); cargas biológicas (inoculação de microorganismos infecciosos por picada de animais peçonhentos); cargas mecânicas (acidentes ocasionados principalmente pelo manuseio de instrumentos de trabalho); cargas fisiológicas (extremo esforço físico, posturas incorretas, movimentos corporais bruscos e repetitivos); cargas psíquicas (ritmo acelerado de trabalho, atenção e concentração constantes, monotonia, repetitividade, ameaça de desemprego).

As cargas laborais a que estão submetidos este tipo de trabalhador podem se traduzir numa série de doenças: tais como dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, dispnéia, infecções respiratórias, oscilações da pressão arterial, ferimentos e outros acidentes (inclusive os de trajeto). Destacam-se ainda aquelas de caráter biopsíquicos, manifestadas por dores na coluna vertebral, dores torácicas, lombares, de cabeça e tensão nervosa (*stress*), além de outros tipos de manifestações psicossomáticas como quadros de úlcera, hipertensão e alcoolismo (ALESSI; NAVARRO, 1997).

Outro fator de risco à saúde a ser considerado no espaço canavieiro é a utilização dos agrotóxicos. A cultura da cana-de-açúcar é a terceira maior consumidora de agrotóxicos no Brasil, respondendo em 2011 por 10% do valor das vendas totais, ultrapassada apenas pela soja (45%) e pela do milho (13%) (SCHLESINGER, 2013).

Em estudos como o de Marcatto et al (2010) trabalhadores revelaram que apesar da utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), o uso de agrotóxicos que antecede o corte da cana requer a aplicação, por um trabalhador, de cerca de 18 tanques (levados às costas) de 20 litros cada um, por dia. E as dificuldades de manter o uso dos EPI colaboram ainda mais para exposição ao veneno, visto que os pesticidas caem sobre os equipamentos e o clima quente impede a utilização correta das mascaras protetoras. Em Pernambuco, episódios de contaminação e mortes em função dos agrotóxicos nas lavouras açucareiras já foram denunciados pela Comissão Pastoral da Terra (2011), revelando o descaso com que são tratados os trabalhadores contaminados e a falta de fiscalização sobre as usinas.

Entre as consequências desta exposição exacerbada a diversos riscos na corrida pela produtividade e garantia de um salário digno está encurtamento da vida útil do trabalhador canavieiro - que pode ser menor que a dos escravos africanos do século XIX, como discute estudiosos do setor, como a professora Maria Aparecida de Moraes (HUGO, 2007).

Em meio a todo esse dispêndio de energia, a ocorrência mais encontrada entre os cortadores de cana é a câimbra. O trabalho sob o sol faz com que os trabalhadores percam muita água através do suor, através do qual também perde sais minerais, o que leva à desidratação e à frequente ocorrência das câimbras⁶. Devido a essa frequência, para contê-las, existem usinas que ministram aos trabalhadores soro fisiológico e/ou suplementos energéticos, para a reposição de sais minerais, havendo, porém, casos em que os próprios trabalhadores procuram os postos de saúde da cidade para que lhe administrem o soro diretamente na veia (NOVAES, 2007).

Sobre as condições de saúde de trabalhadores cortadores de cana, é importante fazer alguns destaques ainda no que tange à alimentação. Alessi e Navarro (1997, p.117) discutindo as condições de saúde de cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP) descreveram a seguinte situação:

O fato de o trabalhador ter que levantar-se muito cedo, cumprir uma primeira jornada de trabalho em sua moradia, acrescido do tempo gasto com seu transporte até o local de trabalho, faz com que alguns deles, assim que chegam à lavoura, almoce antes mesmo de iniciarem o trabalho. Outros ainda realizam tal refeição pouco tempo após o início da jornada e alguns costumam fazê-lo por volta das 11 horas. Tais diferenças apontam para diferentes estratégias adotadas pelos cortadores de cana para prepararem seus corpos para suportarem as agruras de seu trabalho. Ao longo da jornada o trabalhador se preocupa em repor as energias ao seu organismo bebendo muita água, tomando café e também chupando cana. A prática de chupar cana se, por um lado, repõe a água e sais minerais perdidos pelo organismo, por outro, costuma provocar diarreias, devido ao seu alto teor de sacarose.

De fato, ainda conforme as autoras supracitadas, o ambiente de trabalho dos cortadores muitas vezes não possui locais adequados para o depósito de marmitas e garrafas de água e café (que muitas vezes leva à deterioração dos alimentos), inexistem locais apropriados para os trabalhadores fazerem suas refeições e da mesma forma ausência de instalações sanitárias.

Conforme Dejours (1987) a relação do coletivo de trabalhadores e seu trabalho, guardadas as singularidades de cada grupo e universo organizacional, revelam o quanto o trabalho pode ser estruturador ou desestruturador da vida do indivíduo, ao lhe proporcionar prazer ou sofrimento, respectivamente. Pretendemos assim, a partir da fala dos trabalhadores, trazer à tona o sofrimento encoberto, tanto aqueles advindos da intensificação das atividades nos canaviais, quanto aqueles gerados pela constante ameaça da perda do emprego e dos baixos salários.

⁶Os trabalhadores canavieiros têm frequentes ataques de câimbras, aos quais chamam de “birola” ou “canguru” - câimbras que ocorrem nas mãos e pés e chegam ao tórax, provocando fortes dores e convulsões, que podem chegar a desencadear ataques cardíacos e morte.

3.2.2 Normas de segurança do trabalho rural no Brasil

No que se refere à segurança do trabalho, é sabido que há um empenho do MPT em tentar garantir melhores condições de trabalho no espaço canavieiro (MINAYO-GOMES, 2011; HASHIZUME, 2012). Para tanto, o instrumento normativo disponível é a NR 31 (Norma Regulamentadora 31- Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura), peça-chave das ações de fiscalização no meio rural.

Vigorando desde 2005, a NR específica para a área rural foi reivindicada através do Grito da Terra Brasil e construída a partir de um processo de diálogo entre setores do governo, representantes dos trabalhadores e patronal, à luz da discussão da Convenção 184 da OIT sobre Segurança e Saúde na Agricultura, a qual foi utilizada como base para a construção da norma.

Juridicamente a NR 31 (aprovada em março de 2005 pela Portaria nº 86 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE) está amparada pela Constituição Federal /1988 (Artigo 7º Inciso XXII) e pela Lei nº 5889 de 06/06/73, que regula as relações de trabalho no campo. Ela contou ainda com a Portaria nº 3.067/1988 (revogada em 2008) que instituiu as Normas Regulamentadoras Rurais 1, 2, 3, 4 e 5.

Considerada de caráter inovador pela construção tripartite, abrangência proposta e estabelecimento de especificidade de fiscalização para o meio rural, a NR 31 conseguiu constituir pontos importantes de garantia de condições de trabalho, tais como:

- a) Atenção ao uso de agrotóxicos (compatível com a Lei Federal);
- b) Formas de transporte de trabalhadores (única norma que trata de forma mais completa sobre o transporte de trabalhadores);
- c) Instalações de conforto e higiene – instalações móveis em frentes de trabalho (sanitários, alojamentos, refeitórios, cozinhas) – anteriormente aplicava-se a NR 24 nas ações de fiscalização no meio rural;
- d) Máquinas e equipamentos (foi ponto de atrito na negociação tripartite, pois não houve consenso nas negociações e suscitou especial atenção nos prazos);
- e) CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (considerado um elemento importante para a organização dos trabalhadores(as) rurais nos locais de trabalho).

Embora seja uma norma avançada, a realidade do campo ainda persiste cruel. Muitas dificuldades para a sua operacionalização, pouca assistência técnica para o homem do campo, alto analfabetismo no meio rural, enorme precariedade do trabalho, pouca fiscalização da implementação de tais normas. Se observarmos o andamento apenas dos pontos acima citados, já é possível perceber quão aquém ainda nos encontramos da efetivação desta NR.

No que tange às formas de transporte, as condições dos veículos que carregam os trabalhadores canavieiros ainda são precárias e os acidentes no trajeto para o trabalho são frequentes (CARVALHO, 2013; OLIVEIRA, 2014; ROCHA; BANDEIRA, 2011; SANTINI, 2011). O mesmo pode se dizer sobre as instalações adequadas, onde é possível encontrar lugares que não disponibilizam banheiros, locais apropriados para refeição ou espaço para descanso intervalar. Sem contar o fato da existência de locais que reproduzem condições de mão-de-obra escrava (LOUREIRO, 2014, 2012; PYL, 2010; REPÓRTER BRASIL, 2011).

3.3 Breves Considerações sobre Negociações Coletivas de Trabalho na Agroindústria Canavieira

Com as mudanças tecnológicas e gerenciais ocorridas no espaço rural a partir da década de 1960, que conferiram grandes transformações na relação capital-trabalho, a ocorrência de mobilização dos trabalhadores, através do exercício do direito de greve e da pressão por negociações coletivas, resultou em acordos e convenções coletivas de trabalho, que asseguraram melhora considerável nas condições de remuneração e trabalho dos assalariados organizados (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007).

Primeiramente é importante destacarmos as diferenças existentes entre os principais processos de negociações coletivas de trabalho, reconhecidos pelo artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal enquanto direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Conforme o artigo 611º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo (obrigatório), pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho. O mesmo artigo em seu 1º parágrafo define que Acordo Coletivo de Trabalho é um pacto que estipula condições de trabalho aplicáveis, no âmbito da empresa ou empresas acordantes às respectivas relações de trabalho e sua celebração é facultada aos sindicatos representativos das categorias profissionais.

Estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007) discutem que as negociações no meio rural, em especial o canavieiro, possuem características próprias que tornam sua dinâmica complexa, tais como: a sazonalidade que determina diferenças acentuadas entre os períodos de safra e entressafra, formas variadas de remuneração do trabalho (em safra definida pela produção - metro, tonelada de cana, feixe, cubo; em entressafra, comumente fixada pelo trabalho diário), e elevada rotatividade da mão-de-obra, entre outras.

Ante estas características as principais movimentações ocorridas no setor sempre giraram em torno de campanhas salariais. Todavia, o processo de negociação coletiva abrange diversas questões, que perpassam pela garantia das condições asseguradas por lei e geralmente descumpridas pelo patronato (jornada de trabalho, qualidade do transporte e fornecimento de equipamentos de proteção e de instrumentos de trabalho), até questões que não previstas em lei, como estabilidade no emprego e maior controle do processo de trabalho e do processo de produção, frequentemente reivindicadas pelos trabalhadores (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007).

Destaca-se ainda que na década de 1990, mesmo diante das dificuldades de mobilização dos trabalhadores devido à conjuntura de desregulamentação do trabalho junto à reestruturação produtiva, Pernambuco, Goiás e São Paulo resistiram na luta por novas conquistas e pela manutenção de direitos já adquiridos, gerando grandes mobilizações.

A partir dos anos 2000, o excesso de trabalho dos cortadores de cana eclode como uma questão fundamental a ser discutida no processo de trabalho, diante das ações do Ministério Público em denúncia de casos de mortes de cortadores de cana no estado de São Paulo em virtude do excesso de trabalho.

Sobre este contexto de excesso de trabalho, Alves (2008) debate a relação direta do pagamento por produção e seu imperativo de intensificação da força de trabalho. Para o autor, trata-se de uma questão de difícil solução que não pode ser tratada tecnicamente,

Exige um tratamento político, social e cultural que só pode ser socialmente construído e, para isto, requer a participação efetiva dos principais interessados: trabalhadores e usineiros, mediados por representantes da sociedade. Isto é, no capitalismo e na democracia, as formas de remuneração e os valores desta sempre resultam de negociações, e nestas é fundamental o poder de barganha das partes e da capacidade de mediação interposta, que possa evitar abusos decorrentes de recursos de poder diferenciados dos usineiros sobre os trabalhadores (ALVES, 2008, p.12).

De modo geral, como revelaram estudos do DIEESE (2007) vários documentos produzidos pelo próprio movimento sindical rural, com destaque à avaliação das campanhas salariais, demonstravam quão comum é o descumprimento dos acordos e convenções, ainda que de forma e graus diferenciados entre as regiões, sendo os estados do Nordeste os mais inadimplentes. Este estudo também discute que o descumprimento da legislação e dos instrumentos normativos são determinados pela organização dos trabalhadores e a atuação dos órgãos fiscalizadores, que muitos estados acabam por permitir a prática da negociação além da data-base, abrindo brechas para muitas irregularidades.

Ao pesquisar as condições de trabalho e resistência dos trabalhadores canavieiros em Alagoas, Verçosa (2012) identificou elementos que apontam a cooptação dos sindicatos pelos usineiros, a partir das transformações nas formas de negociação, em que o processo de construção de pautas e intervenção sindical junto aos trabalhadores é substituído pelas negociações de gabinete.

A Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, que teve por consequência a instituição do Compromisso Nacional – documento de análise do nosso estudo - foi considerada um grande avanço nos processos de negociações existentes no setor canavieiro, tanto pelo fato de que nenhum setor econômico nacional possuía um processo de negociação e de contratação nacional, quanto pela especificidade do setor, que tem suas negociações desenvolvidas no território dos estados e as convenções coletivas assinadas pelos sindicatos municipais ou por seus substitutos (LAMBERTUCCI, 2010).

Contudo, a natureza do pacto em questão revela as fragilidades das relações sindicais entre trabalhadores e dirigentes, as quais repercutem diretamente sobre processos de negociações coletivas como este.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Desenho do estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, entendendo tal abordagem como aquela que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Corresponde deste modo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Tal opção obedece neste trabalho a uma postura teórica de análise materialista histórica e dialética, a qual busca compreender e explicar os fatos a partir do reconhecimento de suas dimensões social, econômica, política e cultural, enquanto resultados de um processo de construção histórica que determinam o plano real concreto.

Nesta perspectiva, caracteriza-se enquanto um Estudo de Caso, posto que se propõe a dar visibilidade a um caso considerado relevante pela autora – a saber, as condições de trabalho e saúde do trabalhador canavieiro alagoano no contexto do Compromisso Nacional no município de Teotônio Vilela – buscando atribuir relações causais e não apenas descrevendo uma situação, na expectativa de desvelar uma relação entre o fenômeno e o contexto no qual ele ocorre (GRAY, 2012).

4.2 Período do estudo

A realização de entrevistas e/ou grupo focal ocorreram no período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015.

4.3 Local de Estudo

O universo empírico escolhido para a pesquisa foi o município de Teotônio Vilela, em Alagoas. A localização da pesquisa neste município se baseou em três fatores:

- a) importância histórica estratégica do município na constituição do setor canavieiro alagoano;
- b) localização do município: principal região de produção canavieira do estado, possui uma usina muito próxima da sua área de habitação urbana e é polo aglutinador de

trabalhadores para, pelo menos, mais cinco usinas de municípios próximos, dentre as quais quatro contam com o Selo de “Empresa Compromissada”;

- c) acessibilidade de contatos que facilitaram a aproximação com os trabalhadores, dado a realização de estudos anteriores no mesmo local.

O município possui em sua área urbana a Usina Seresta, além das usinas próximas: 1) Coruripe, localizada no município de Coruripe; 2) Guaxuma, também instalada em Coruripe; 3) Sinimbu, situada em Jequiá da Praia; 4) Triunfo, estabelecida em Boca da Mata e 5) Taquari, situada no município sergipano de Capela. Destas, Coruripe, Sinimbu, Triunfo e Seresta possuem o selo do compromisso nacional.

4.4 População de referência

A escolha dos trabalhadores foi determinada pela sua vinculação às usinas detentoras do Selo do Compromisso Nacional da região, sendo a inclusão do trabalhador garantida a partir da aceitação de participação na pesquisa.

Dada uma proposta de amostragem intencional, partiu-se ainda do pressuposto da possibilidade de “identificar casos ricos em informações que, então, poderão ser abordados com profundidade” (PATTON, 2002 apud DENZIN; LINCOLN, 2006). O número final da amostra foi definido a partir da saturação das informações.

Também foram contatados informantes-chaves como trabalhadores fiscais de oito (conhecidos popularmente como "cabos") e representantes sindicais dos trabalhadores rurais do município e do estado de Alagoas.

Foram excluídos do estudo os trabalhadores contatados, mas que não aceitaram participar da pesquisa. Não houve desistência de participação no período de desenvolvimento desta pesquisa.

4.5 Coleta de dados

Os métodos de coleta de dados escolhidos buscaram se adequar a questão da pesquisa e ao estilo de investigação que os pesquisadores preferem usar (STAKE, 2011). Neste caso, o estudo se desenvolveu a partir de pesquisas em fontes primárias e secundárias, buscando a

partir da disposição de diversos métodos, dialogar com a proposta qualitativa, para a construção do tipo de ‘descrição densa’ de que depende este tipo de pesquisa (GRAY, 2012).

Enquanto primeiro passo para compreensão do objeto em estudo, foi realizado um levantamento das informações disponíveis em rede pública eletrônica sobre todo o processo de construção do acordo, buscando principalmente documentos oficiais (termos de referência, portarias, decretos, editais, resoluções), além de notícias veiculadas sobre o pacto e estudos desenvolvidos que discutiram o Compromisso Nacional. Contudo, como fontes secundárias, ponderamos as dificuldades de acesso a possíveis documentos estratégicos não disponíveis em meio eletrônico.

No que se refere às fontes primárias, com a perspectiva de se apropriar melhor do que significa o trabalho dos cortadores, se empregou o método de Análise Coletiva do Trabalho (ACT), o qual busca construir uma conexão entre a atividade desenvolvida pelo trabalhador (levando em consideração as especificidades dos trabalhadores e do processo de produção que estão inseridos) e os sentimentos que este exercício provoca no trabalhador, a partir da fala do próprio sujeito (FERREIRA, 1993). Este método já foi utilizado inclusive com trabalhadores da mesma categoria na região de São Paulo (FERREIRA et al, 1998).

A ACT consiste numa proposta de grupo focal, com participação voluntária dos trabalhadores, em que se realizam encontros de, em média, 90 minutos para discussão, feitos em local fora do trabalho (definido pelos trabalhadores) e sem relação patronal, com objetivo de compreender como são realizadas suas atividades de trabalho, numa descrição detalhada e debatida até o consenso.

A partir da pergunta condutora “*O que você faz?*” e os desdobramentos que ela proporciona, Ferreira et al (1998) propõem que o processo descritivo das atividades de trabalho se torne um objeto de reflexão. Ou seja, a ACT durante o compartilhamento das percepções e experiências, juntamente com a construção dos consensos, pode produzir reflexões coletivas sobre o trabalho, o sofrimento e os processos saúde-doença que os indivíduos desenvolvem. Revela-se assim a potência da ferramenta, que através destas reflexões pode gerar questões para além daquelas pré-definidas em projeto.

O grupo é conduzido por dois pesquisadores que deverão extrair das discussões o entendimento dos trabalhadores sobre os problemas que os afligem no trabalho sob a representação que eles têm do próprio trabalho (FERREIRA, 1993). As falas são gravadas, transcritas e posteriormente validadas pelo grupo.

Logo, foram realizados dois grupos focais com participação de oito trabalhadores no primeiro, e sete trabalhadores no segundo grupo, sendo a autora em questão a condutora do grupo, auxiliada por outro pesquisador – articulador dos contatos com os trabalhadores e responsável pela captura de detalhes não observados pela autora.

Também foram realizadas entrevistas junto a informantes-chaves para maior captação de informações relevantes ao contexto investigado. Buscamos então pessoas envolvidas com o trabalho no corte da cana, que não eram cortadores, pela possível contribuição sobre as condições de trabalho; assim como as representações sindicais, diante da possível condição de conhecimento sobre o Compromisso Nacional. Concretizaram-se quatro entrevistas com dois fiscais de eito e dois representantes sindicais dos trabalhadores rurais do município e do estado de Alagoas, através da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG-AL).

Somado a isto, um diário com descrições sobre o contexto de interação do grupo/das entrevistas foi construído a partir da observância do campo, para registro das impressões e acontecimentos inusitados que escapam à capacidade de captação de gravadores, os quais contribuíram significativamente para a análise e reflexão das informações colhidas.

4.6 Processamento e Análise dos dados

A necessidade de dar voz ao sujeito, explicitada como uma perspectiva de se apropriar melhor do que significa o trabalho dos cortadores a partir da fala (visão) dos próprios trabalhadores, corrobora diretamente com o que Denzin e Lincoln (2006) dizem ser a luta da pesquisa qualitativa hoje: a busca da relação desta abordagem de pesquisa com as esperanças, as necessidades, os objetivos e as promessas de uma sociedade democrática livre.

As informações produzidas foram processadas a partir do referencial de Kvale (1996). Segundo o autor, existem cinco métodos de análise e interpretação de entrevistas qualitativas: condensação de significados, categorização de significados, estruturação de narrativas, interpretação dos significados e significado gerador por métodos *ad hoc*. Na pesquisa em questão usamos o método de Condensação de significados, com o objetivo de identificar pontos em comum da percepção dos participantes. A condensação é a abreviação (redução) do texto em declarações mais breves e sucintas. A identificação dos pontos em comum é realizada a partir do resultado das condensações, que determinaram as unidades naturais dos significados das respostas dos sujeitos, e conseqüentemente os temas centrais relacionados a

elas; em seguida, se constrói a descrição essencial dos temas identificados nas falas e relacionados aos objetivos da pesquisa.

Tivemos como categorias de análise a priori: as negociações coletivas e mobilização de classe; a organização e processo de trabalho; e saúde do trabalhador canavieiro, das quais emergiram subcategorias no decorrer da análise dos dados obtidos. No caminho de pesquisa os resultados permitiram a convergência das subcategorias aos temas do Compromisso Nacional (Quadro 1).

4.7 Limitações do método

É sabido que em pesquisas qualitativas a dependência das relações estabelecidas entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado são vieses importantes que podem enriquecer ou enfraquecer o estudo.

Neste estudo tem-se clareza que isto foi um viés fundamental a ser considerado – a interação da pesquisadora com os membros do grupo focal, a interação dos membros do grupo entre si, e a interação estabelecida com os sujeitos da entrevista – para garantia de êxito nas atividades e alcances das informações precisas.

Um fato a se destacar é que dado experiências anteriores junto ao universo e objeto propostos, entende-se que a coleta de dados deveria ocorrer entre meses como julho e agosto, período este que corresponde à entressafra das usinas. Este período seria mais estratégico, no sentido de que há maior facilidade de se localizar os trabalhadores, posto que em sua maioria são trabalhadores temporários, ou seja, só trabalham no período da safra. Desta forma, além da facilidade de acesso, os trabalhadores se encontram com mais disponibilidade para conversar. Contudo, a espera deste período poderia acarretar em prejuízos no processo de efetivação do estudo, visto o tempo relativamente curto para análise das informações coletadas e construção da dissertação proposta dentro do tempo hábil disponível para pesquisa.

Neste sentido, a coleta de dados, proposta para o período entre janeiro e março de 2014, ocorreu entre os meses de fevereiro de 2014 à fevereiro de 2015, sem acesso ao campo entre os meses de junho à outubro de 2014. Realizou-se 10 idas à campo para estabelecimento de contatos, mais 5 idas para realização das entrevistas e grupos focais. As idas e vindas foram condicionadas a disponibilidade dos trabalhadores em seus dias de folgas, o que restringiu o acesso aos trabalhadores radicados no município pesquisado.

4.8 Considerações Éticas

Foram atendidas todas as recomendações éticas constantes da Resolução n°. 466/2012, sendo a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/FIOCRUZ - PE) sob Parecer n° 606.725 (Anexo B).

Todos os participantes foram informados dos objetivos da pesquisa, e sua participação facultativa firmada mediante assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices A e B), garantindo-lhes sigilo absoluto da identificação dos mesmos, e possibilidade de desistência, em qualquer fase da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos grupos focais foram entrevistados 15 trabalhadores cortadores de cana, todos do sexo masculino, pertencentes à três usinas da região que constavam como portadores do selo de Empresa Compromissada. Todos haviam trabalhado mais de duas safras, a partir de 2009, nestas usinas.

Os cortadores entrevistados tinham entre 24 e 55 anos de idade, trabalham na atividade do corte em sua maioria desde a infância, apresentando tempos de serviço (independente da condição de formal ou informal) que variam de um mínimo de 11 anos até o máximo de 44 anos na atividade. Todos os trabalhadores eram assalariados formais, ou seja, se encontravam com carteira assinada, havendo ainda uma divisão entre aqueles que eram safristas (temporários) e aqueles que eram permanentes.

Sobre a jornada de trabalho, relatam uma média de 10 horas diárias, chegando até 12h para alguns, contadas desde a hora em que saíam de casa. Da produtividade, os trabalhadores analisados revelaram cortar uma média de nove toneladas de cana por dia, variando de um mínimo daquele que referiu sua média de cinco toneladas, chegando àquele que referiu alcançar até 16 toneladas.

Todos os entrevistados têm na atividade canavieira sua ocupação principal, seja na safra ou entressafra, onde na entressafra os trabalhadores permanentes são remanejados às outras atividades da produção de cana na parte de agricultura (preparo da terra, plantação, adubação, fertilização) e os temporários ou ficavam desempregados ou partiam para trabalhar nas safras de outros estados, tendo ainda aqueles que porventura eram absorvidos pela mesma usina para trabalhar junto aos permanentes.

Como informantes-chaves realizamos quatro entrevistas, sendo duas com dois fiscais de turma de uma das usinas “compromissadas” e as outras duas com representantes dos sindicatos local (do município) e estadual.

Quadro 1 - Relação das Categorias e subcategorias de análise identificadas com os temas do Compromisso Nacional.

CATEGORIAS CHAVE	SUBCATEGORIAS	Temas do Acordo
1. Negociações coletivas e mobilização de classe	<ul style="list-style-type: none"> • Relação conflituosa entre sindicato e trabalhadores • Cooptação dos sindicatos às usinas 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização sindical e negociações coletivas
2. Organização e processo de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Superexploração do trabalhador (trabalho em si, jornada de trabalho) • Pagamento por produção • Intensificação do trabalho e a Mecanização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato de trabalho • Jornada de trabalho • Transparência na aferição da produção • Trabalho por produção • Transporte • Escolaridade, qualificação e recolocação • Remuneração • Trabalho decente e trabalho análogo ao escravo
3. Saúde do trabalhador canavieiro	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência câimbras e outros problemas de saúde • Exames médicos • Assistência médica em situações emergenciais • Ginástica laboral • Alimentação • EPIs 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e segurança do trabalho • Trabalho por produção • Alimentação • Responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva.

Fonte: A autora.

Quadro 2 - Codificação dos resultados em relação aos grupos focais e entrevistados.

SUJEITOS	LEGENDA
Grupo Focal 1	GF 1
Grupo Focal 2	GF 2
Entrevistado 1	E ₁
Entrevistado 2	E ₂
Entrevistado 3	E ₃
Entrevistado 4	E ₄

Fonte: A autora.

5.1 Compromisso Nacional: O Codilho do Trabalho Decente

Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir
 Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir
 Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair
 Deus lhe pague (Chico Buarque – Deus lhe Pague).

5.1.1 Como surgiu e o que diz o Compromisso?

Diante da retomada da política agroenergética brasileira para produção de agrocombustíveis (BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006) – impulsionada em 2003 pela produção de carros *flex fuel*, junto à consolidação gradual do mercado externo de etanol (TEIXEIRA, 2013) – e da necessidade de adequação do setor para o mercado internacional, principalmente no que tange aos impactos sociais desta produção marcada pelas degradadas condições de trabalho, em julho de 2008 o Governo Federal constituiu uma mesa de diálogo tripartite para tratar das condições de trabalho no plantio e no corte de cana-de-açúcar.

O espaço de negociação intitulado Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar foi pensado a partir de reuniões do então presidente Lula, com representantes do setor – uma com os trabalhadores e outra com os empresários, em agosto de 2007 – na perspectiva de conhecer as demandas das partes envolvidas. Após isto, o espaço foi instaurado e coordenado pelo Chefe da Secretaria Geral da Presidência, contando com a participação das principais entidades nacionais representativas dos empresários (Fórum Nacional Sucroenergético, União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – UNICA) e dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP), assim como representantes dos ministérios que guardam afinidade com o tema (Casa Civil da Presidência da República, Ministérios: da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Trabalho e Emprego, Educação, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome) (BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República, 2009). Destacamos que o Ministério da Saúde não esteve nas negociações do compromisso, mas participa da Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional.

Dado o reconhecimento histórico do setor como refratário às iniciativas de modernização das relações de trabalho, o processo de composição da Mesa e as consequentes

negociações envolveram um complexo processo de diálogo entre entidades que até então não tinham tido experiência de negociação em amplitude nacional (LAMBERTUCCI, 2010).

Quanto a isto se destaca o fato da CONTAG, em 2008, ainda antes da consolidação da Mesa de Diálogo, entregar uma pauta de demandas e reivindicações ao governo, as quais cobriam vários pontos problemáticos da atividade canavieira, e diversas dessas demandas ficarem de fora do pacto, principalmente as relacionadas à extensão de direitos trabalhistas, organizações por local de trabalho, adesão compulsória das empresas sucroalcooleiras a acordos nacionais, livre acesso das entidades sindicais ao local de trabalho, garantias de qualificação e alfabetização dos trabalhadores visando acesso a outras oportunidades de trabalho (TEIXEIRA, 2013).

Em contrapartida, estava o empresariado se colocando desde o início das negociações na Mesa contra qualquer acordo que fosse vinculativo, de caráter legal, alegando “a necessidade de se estabelecer, previamente, as bases sobre o formato do acordo que lhes desse segurança jurídica antes de iniciar qualquer processo de negociação.” (LAMBERTUCCI, 2010, p.23). Havendo ainda a tentativa patronal de barganhar espaço para revisão das normas sobre conceituação do trabalho análogo ao trabalho escravo, previsto no Código Penal Brasileiro, argumentando que há muita subjetividade da fiscalização do trabalho.

Após 17 reuniões de trabalho ao longo de um ano e meio de negociações, os pontos consensuados estabeleceram o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, assinado pelos representantes das entidades e pelos ministros participantes em 25 de junho de 2009. Neste mesmo ato, 311 das 415 usinas produtoras de açúcar e de etanol existentes no Brasil assinaram o termo de adesão ao compromisso (BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República, 2012).

Dividido em cláusulas e com vigência inicial de dois anos, o documento apresenta uma agenda de questões trabalhistas relativas a 18 temas:

1. Contrato de trabalho
2. Saúde e segurança do trabalho
3. Transparência na aferição da produção
4. Alojamento
5. Transporte
6. Migração
7. Escolaridade, qualificação e recolocação

8. Remuneração
9. Jornada de trabalho
10. Alimentação
11. Trabalho infantil e trabalho forçado
12. Organização sindical e negociações coletivas
13. Proteção ao desempregado, com atenção aos trabalhadores no corte manual no período da entressafra
14. Responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva
15. Responsabilidade no desenvolvimento da comunidade
16. Programa de Assistência Social – PAS da atividade canavieira
17. Trabalho por produção
18. Trabalho decente e trabalho análogo ao escravo

Os temas determinam as práticas empresariais, as políticas públicas e o processo de implantação e monitoramento que devem ser desenvolvidos para garantir novos direitos e melhor qualidade de vida para os trabalhadores canavieiros. Tais práticas pretendem beneficiar diretamente cerca de 500 mil trabalhadores no plantio e corte manual da cana e indiretamente cerca de 4 milhões de pessoas.

A adesão das empresas sucroalcooleiras ao Compromisso Nacional tem caráter voluntário, em que a empresa aderente compromete-se em respeitar as práticas nele estabelecidas e deve ser submetida a um mecanismo de verificação de cumprimento, para garantir que as práticas sejam devidamente implementadas, recebendo após a comprovação *in loco*, um selo de reconhecimento de “Empresa Compromissada” (BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República, 2009). Para tanto, uma Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação, de composição tripartite, foi constituída em 2010 (BRASIL. Presidência da República, 2010), com a função de construir os mecanismos de implantação, acompanhamento e avaliação dos resultados do Compromisso Nacional, inclusive a definição deste mecanismo de reconhecimento.

Como a instituição desta comissão só se deu em novembro 2010, por consequência, em julho de 2011 o compromisso teve sua vigência prorrogada por mais um ano, ainda sem ocorrência de nenhum processo de auditoria nas usinas, pois apenas em agosto de 2011 foi publicado o resultado da chamada pública que credenciou auditorias independentes para realizar a verificação das usinas que aderiram ao acordo através de um questionário criado pela comissão, e assim atestar a implementação das ações para permitir o reconhecimento

público das empresas comprometidas (BRASIL, 2012; BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República, 2011a; 2011b). Em seguida, o selo de “Empresa Compromissada” se concretizou em junho de 2012, onde a presidenta Dilma Rousseff numa solenidade no Palácio do Planalto entregou o selo a 169 empresas que cumpriram as regras do acordo.

O acordo perdeu a vigência da sua segunda prorrogação em abril de 2013 e se encerrou contando apenas com 185 usinas “compromissadas”, das 401 usinas de açúcar e álcool existentes no país até aquele momento.

5.1.2 Havia retrocesso no caminho do “avanço”...

Passados quatro anos da criação do Compromisso Nacional, o acordo se encerrou sob condições implementação imprecisas. Por trás do discurso alastrado pelo governo federal e por empresários de que o compromisso cumpriu seu papel de estabelecimento de diálogo entre as partes (HASHIZUME, 2013), um rastro de dúvidas e contradições quanto ao seu cumprimento ficou para trás.

Apesar da assinatura e adesão ao compromisso ter ocorrido em 2009, o caminhar das ações se deu a passos lentos. Ainda que isto fosse de se esperar, diante da complexidade do setor e da dimensão do compromisso, é algo que se mostra contraditório, dada a urgência com que muitas das ações previstas se colocavam.

Salienta-se este fato, do tempo que foi levado desde a criação do pacto até a implementação efetiva através das fiscalizações, porque as ações propostas no mesmo se estabelecem basicamente dentro do panorama do que já está previsto na legislação. Ou seja, não deveria haver tantas dificuldades na criação de um novo instrumento de fiscalização, nem necessidades específicas de tempo a ser dado para as empresas se adequarem às condições indicadas, já que o acordo, a partir da livre adesão, estaria obrigando os usineiros a cumprirem algo que já tinham ciência da existência e que simplesmente não era cumprido.

Para um dos nossos entrevistados isto, inclusive, estava bem claro

[...] mas o que tinha no Compromisso Nacional é uma coisa, por exemplo, que a gente tem na convenção coletiva. Não tinha nada de diferente, se você for ver são coisas mais políticas, de governo, que tinha de diferente com as empresas. E aí não trazia muita coisa pra nós. Aí é aquela questão da assinatura do STTS, a questão de condições de trabalho, tudo isso a gente tem na convenção e a fiscalização de tudo isso aí. Era alguma coisa que já tinha no NR 31. (E₃)

No que se refere às ações governamentais desencadeadas a partir do pacto, até 2012 houve o Plano Nacional de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro lançado em novembro de 2010 através do MTE, com o objetivo de qualificar trabalhadores do setor, tanto os desempregados para um retorno à cadeia produtiva da cana-de-açúcar, como os empregados que poderão perder o posto de trabalho devido à mecanização da colheita; a proposta de Adequação dos EPI através de um certificado de aprovação, para os equipamentos que sejam projetados e produzidos especificamente para a atividade e a ampliação dos serviços oferecidos pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE) na intermediação da contratação nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso.

Contudo, o MPT revelou a inconsistência do acordo ao explicitar suas diversas fragilidades, refletidas em problemas fraudes no processo de certificação (HASHIZUME, 2012). Condições estas que já vinham sendo pautadas por movimentos sociais e pesquisadores das condições de trabalho no setor desde 2009.

Conforme Hashizume (2012), o ponto nevrálgico de questionamento se deve a condição da implementação do compromisso e os selos decorrentes do mesmo se basear em auditorias privadas, custeadas pelas usinas, sem qualquer interface com a atuação dos órgãos públicos, o que abre brechas para pensar que esta certificação não traduz a realidade dos trabalhadores e das empresas. Tal fato pode ser constatado quando das denúncias contra 60 usinas que receberam e/ou solicitaram selo de “Empresa Compromissada”, as quais estavam respondendo a processos de irregularidades das relações trabalhistas no MPT, entre elas, a maior usina do país.

Para o autor há ainda usinas dos estados de Alagoas e Goiás, contidas na “lista suja” por utilizarem mão-de-obra escrava, onde especificamente das empresas alagoanas, o MPT apurou 82 denúncias de irregularidades em 15 empresas entre janeiro e meio de julho de 2012 (RODRIGUES, 2012). Ou ainda quando apenas no interior paulista existiam (em agosto de 2011) 149 procedimentos – 43 ações, dos mais diversos gêneros, e 106 inquéritos e outras investigações – em trâmites relacionados a empresas do setor sucroalcooleiro que já haviam aderido ao Compromisso Nacional. Ele assinala ainda que tais ações, das quais 22 foram propostas em 2010 e 2011, ou seja, após o lançamento do acordo, vão de encontro direto aos pontos do compromisso, pois se referem a violações trabalhistas graves relacionadas ao meio ambiente do trabalho, não fornecimento de EPI, não disponibilização de sanitários, alojamentos precários, excesso de jornada, acidentes fatais, fraudes trabalhistas, não pagamento de salários, assédio moral.

Para a CPT, entidade religiosa de defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do país, “o acordo não acrescenta nada às conquistas já existentes na legislação trabalhista e nos dissídios coletivos, os quais são descumpridos, de forma crônica e contínua, pelas empresas que empregam os canavieiros brasileiros” (HASHIZUME, 2009). A entidade defende que o compromisso não passa de um acordo precário, uma tentativa de certificação social do setor canavieiro no mercado internacional, sem reais mudanças de suas práticas seja nas condições de trabalho historicamente ligadas ao trabalho escravo, seja em seu potencial de devastação do meio ambiente.

Endossando essa posição, Silva (2009) entende que o compromisso perpetra parte da engrenagem da super exploração da força de trabalho vigente nessa atividade, para garantir os altos níveis de produtividade e a competitividade do açúcar e do etanol no mercado internacional, principalmente porque os dois pontos centrais que determinam a super exploração (baixos salários e pagamento por produção) continuam intactos. Ainda segundo esta autora, mesmo a contratação direta, dita uma conquista do acordo intersetorial, não deve ser comemorada, visto que há usinas realizando seleção dos mais aptos, e dando preferência aos que migram sozinhos, o que tem prejudicado, entre outras coisas, aspectos sociais importantes da vida do trabalhador como a sociabilidade e o convívio familiar.

A frouxidão do pacto ainda pode ser vista claramente nas formas de comprovação dos itens acordados, como bem aponta Teixeira (2013), são fiscalizados através apenas da apresentação de documentos assinados que confirmem as “boas práticas”, sendo isto feito para itens como contratação de trabalhadores migrantes, acordo sobre aferição da cana cortada, entrega de EPI, realização de pausas durante a jornada de trabalho, não cobrança dos transportes para traslado no/para o trabalho, entrega de recipiente térmico para as marmitas etc.

Sobre a forma como se dava essa fiscalização nas usinas investigadas em nosso estudo, um dos entrevistados discutiu a ambiguidade do processo a partir da auditoria privada, denunciando as restrições sofridas

Essa fiscalização também teve, você ver como a coisa é tão de governo e empresa que o compromisso nacional, a fiscalização era feita por auditores contratados pela própria empresa. A gente acompanhou aqui no estado todos os auditores, com exceção de os lá de Pernambuco, os que vieram do sul a gente acompanhou toda fiscalização, todas elas e em nenhum momento a gente viu nada de diferente do que a gente sabia e outra coisa, a preocupação maior nossa é que os auditores eram contratados, pagos pela própria empresa e tinha um dia só com a própria empresa e o sindicato não podia acompanhar. Como a gente ia saber na íntegra como foi a fiscalização? Eles tinham dois dias de fiscalização, um dia era só entre eles e a empresa, “ah porque a gente vai ver documento aqui”. (E₃)

O entrevistado 3 chega a citar o fato de uma fiscalização que participou em que quando um auditor contratado identificou irregularidades e discutiu com a gerência da usina a necessidade de resolução, o contrato com a empresa deste auditor foi suspenso. Ele também referiu dificuldades para participar dos processos de fiscalização.

[os papéis] Ficavam com os fiscais, os auditores. A gente ficava com o resultado das avaliações. Quando chegava, chegava de Brasília pra gente. O “fulano”, por exemplo, foi um que ficou de me passar tudo isso e terminou não passando. E o [auditor] de Pernambuco não queria que o sindicato acompanhasse de jeito nenhum. A empresa de Pernambuco não deixou acompanhar, porque eu sou do sindicato eu vou acompanhar. [...] Isso inclusive foi levado para a CONTAG depois como denúncia, e inclusive no segundo mandato essa turma já não fez mais... quer dizer no segundo momento não fez mais parte dos auditores contratados. Houve uma reunião em Brasília onde fui participar, onde a direção desses auditores, eles foram chamados atenção por causa de eles não tarem deixando [os sindicatos participarem]; que no compromisso dizia que o sindicato não poderia tá dando opinião, mas poderia participar, acompanhar a fiscalização. Isso eles até foram chamados atenção e tudo mais. Mas como depois acabou tudo né. (E₃)

Quanto ao item Saúde e Segurança do Trabalho, este é balizado simplesmente por definições em torno da utilização dos EPIs, associado a questões pontuais sobre exames, orientações e assistência médica, assim como a implementação de ginástica laboral e o fornecimento de soro repositores eletrolíticos (posto como um *plus*, mas uma necessidade inerente ao tipo de atividade desempenhado). E no que tange à esfera governamental, a demanda saúde aparentemente se restringe ao compromisso de apoiar e incentivar políticas públicas capazes de assegurar a adequação dos EPI utilizados pelos trabalhadores.

A fiscalização deste quesito segue a linha de apresentação de documentos de boas práticas, prevendo ainda entrevistas com trabalhadores e médicos. Todavia, como se dão estas entrevistas? É sabido que nos eitos os trabalhadores estão sempre sobre a pressão da produtividade (não podem parar), afora a presença permanente dos fiscais de produção, que exercem papel intimidador do que se deve/pode falar ou não, sob o julgo das retaliações. Considerando ainda que nem neste item, nem em outros são levantadas ações sobre a redução da jornada excessiva de trabalho e da intensificação do ritmo de trabalho, o que se pretende com incentivo à ginástica laboral e uso de EPIs?

Quesitos essenciais como o da alimentação se restringe simplesmente à garantia de um local adequado para armazenamento e realização das refeições, pois segundo dirigente da UNICA, “o sistema de alimentação é muito caro e tem uma logística complicadíssima”

(REIMBERG, 2009). No entanto, sabe-se que isto poderia ser debatido se houvesse real disponibilidade do empresariado em resolver a questão, assim como real ingerência do governo federal para tal, já que desde 1976 existe o Programa de Alimentação do Trabalhador do MTE que se destina a garantir alimentação adequada a trabalhadores de baixa renda (BRASIL, 1991).

Diante destas e de outras tantas incongruências, representantes do MPT propõem anulação de selo, visto que os atestados de “conformidade” e a certificação que teoricamente garantiriam benefícios permitem manobras que podem acarretar prejuízos aos trabalhadores seja a “ocultação de problemas trabalhistas e a ilusão de ‘regularidade’ firmada dentro e fora do país até o desencorajamento do pleito individual contra usinas ‘compromissadas’, assim como a perda de apoio (social e político) à mobilização coletiva da classe trabalhadora em prol da garantia de direitos” (HASHIZUME, 2012). Outro evento encontrado e discutido por Teixeira (2013) foi a atuação prévia no setor sucroalcooleiro de todas as empresas que constam como auditoras do Compromisso Nacional, havendo, até mesmo, contratos de outra natureza vigentes com diversas usinas da atividade durante a outorga dos selos.

Enquanto isso, governo e usineiros ignoram as denúncias e reproduzem o discurso de defesa do compromisso como um acordo histórico para melhoria da qualidade de vida dos cortadores brasileiros. De um lado, o governo mantém a defesa da concessão do selo neste modelo, sob a falação de que pelo menos as empresas se comprometeram com a melhoria de suas práticas junto aos trabalhadores; do outro lado (se não do mesmo, por assim dizer) as empresas se enaltecem pela disponibilidade a que se colocaram e pelas melhorias mínimas alcançadas, sem se pronunciar sobre os casos de violações de direitos em juízo (HASHIZUME, 2012, 2010, 2009).

Para os trabalhadores, que inicialmente também defendiam o acordo sob o argumento de clareza do não cumprimento de todas as exigências, mas de reconhecimento do selo como uma alternativa de melhoria para os trabalhadores (HASHIZUME, 2009), agora ao final do atual processo dizem se sentir “usados para que os usineiros pudessem ganhar mais dinheiro”, criticando ainda a permissividade do governo em fazer valer o compromisso, principalmente em medidas de sua incumbência como a manutenção da estrutura insuficiente de fiscalização do MTE e a ausência de sanções concretas a agentes que descumprem a legislação trabalhista (HASHIZUME, 2013).

Não necessariamente frustrado, mas sim consciente da proposta do acordo, um dos entrevistados revela

Não veio de cima pra baixo como regra como lei, veio como um acordo, muito maleável, muito flexível. [...] Tinha um cara, dos auditores, eu fiz amizade muito boa, que era de São Paulo, parece até que era gaúcho, ele me passou muita coisa, mas a gente sabia que aquilo não tinha sustentação porque não podia ir pra justiça, não podia cobrar, não podia nada. É uma coisa que fez de conta que assinaram, eu acho que as empresas não tem mais nenhum interesse, naquele momento tinham interesse que era pra fazer a exportação, pra comprovar que não tinham trabalho escravo, pegar o selo. (E₃)

5.1.3 Compromisso “fogo de palha”

O que poderia se pensar de positivo do Compromisso Nacional? A abertura de um canal de diálogo direto entre trabalhadores e empresários? A exposição do setor sucroalcooleiro à discussão inegável das relações de trabalho degradantes historicamente existentes? A conjugação dos vários ministérios com a possibilidade de construção de ações intersetoriais mais efetivas?

Na verdade, após mais de quatro anos da assinatura do compromisso o que se observa é que o mecanismo de *soft law*⁷ - característica de uma política de governança - adotado como estratégia de construção e pactuação do acordo esconde, por trás do discurso de democracia participativa, mais uma forma de neutralização da luta dos trabalhadores pelos seus direitos, onde a legitimação da precarização do trabalho no setor sucroalcooleiro se mostra uma das consequências mais evidentes.

Dada flexibilidade com que se apresenta, o pacto pode ser caracterizado praticamente como uma “carta de recomendações”, pois conduziu as duas principais divergências surgidas durante o processo de construção da mesa (a obrigatoriedade ou não da adesão e do cumprimento dos termos acordados e o problema da garantia da adesão de um número significativo de empresários), de maneira a forjar um consenso de unidade que não se aplica à realidade.

Mediante um setor construído sob a égide da superexploração do trabalho, da expansão latifundiária, da concentração de renda e da degradação ambiental é ilusão se apoiar apenas no reconhecimento da “boa vontade” das empresas à adesão voluntária de boas

⁷ Com origem no direito internacional, e ligado ao debate do direito ambiental, o *soft Law* se caracteriza pela normatização de comportamento, uma proposta que se baseia em recomendações construídas a partir da divergência de interesses entre aqueles que participam de um processo decisório. Sem estipular condutas e sanções para descumprimento dos comportamentos sugeridos, se apresenta como um incentivo à colaboração e união de esforços (LIMA; OLIVEIRA, 2008).

práticas, sem a existência de procedimentos de punição pelo não cumprimento das ações, principalmente quando se sabe que a única forma de pressão entendida por este modelo são danos à reputação, já que eles afetam diretamente o acesso aos mercados e aos créditos necessários ao crescimento.

Todavia, o que se vê neste caso é justamente o contrário. O Compromisso Nacional se apresenta explicitamente como um mecanismo de promoção das empresas sucroalcooleiras brasileiras com a garantia de acesso ao mercado mundial, sob a imagem de “Empresa Compromissada”, quando na realidade desmonta as principais reivindicações dos trabalhadores canavieiros, dado a manutenção dos baixos salários, do pagamento por produção, da precariedade das relações contratuais e das condições de trabalho, entre outras coisas, como marcou Silva (2009), além de potencializar um processo de legitimação da reestruturação produtiva do setor.

Tal condição faz sentido quando se observa que historicamente o setor sempre teve profunda vinculação com o mercado externo, sendo alvo de forte ação institucional, o que resultou num tipo de expansão estruturalmente vinculada ao Estado. Sobre estas ações do Estado junto à agroindústria canavieira, Lima (2001, p.22) traz que

“o Estado, seja o português, seja o brasileiro, nacional ou regionais, exerceu papel determinante na configuração e manutenção da sua estrutura produtiva, atuando em defesa dos interesses das classes proprietárias [...]. O poder político que sempre esteve fortemente associado à propriedade fundiária é que se constitui em elemento explicativo dessa trajetória histórica”.

Diante disto, quando consideradas as transformações no processo de trabalho do setor, as quais só têm reforçado a competitividade e o aumento da carga de trabalho, seria estratégico se aproveitar do conflito travado entre capital e trabalho exposto pelo Compromisso Nacional, para potencializar a luta desses trabalhadores pela construção de ações concretas de mudanças, que possam ir além do cumprimento de ações já institucionalizadas.

5.1.4 Do (des)conhecimento dos trabalhadores sobre o Compromisso Nacional e as relações com os sindicatos

Haja vista que a proposta do Compromisso Nacional foi construída sob o julgo do trabalho decente da OIT – entendido como a convergência dos seus quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, principalmente os princípios e

direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006) - se pautando sobre a importância da negociação tripartite, para aprofundar o debate das melhorias das condições de trabalho entre Estado, empresas e trabalhadores, seria fundamental a apropriação do pacto pelos trabalhadores para construir suas ações de reivindicação e garantir o cumprimento do acordado.

Entretanto, esta não foi uma realidade para os trabalhadores alagoanos entrevistados, visto que os cortadores e cabos relataram nunca terem ouvido falar no Compromisso, restringindo aos sindicalistas o conhecimento da existência do pacto.

[Sobre a existência do Compromisso] Só agora. Só agora que você falou. Esse nome tá aparecendo agora, a senhora falando aí (risos) (GF 1)

[Sobre a existência do Compromisso] Até agora ninguém não tinha ouvido não. (GF 2)

Não, não soube não porque esse mês agora eu tava de férias e não fui à empresa, aí num tive, não passaram nenhuma informação. [Esclarecimento da existência desde 2009 e assinatura em 2012] Não sabia não. 2012, mas aí eles ficam calados, é o silêncio. [sorriso de canto de boca] Olhe pelo menos nós no campo, nós não sabíamos não. O sindicato não avisou nada não. (E₁)

O entrevistado representante local dos trabalhadores rurais, no primeiro momento referia desconhecer o Compromisso Nacional.

[Sobre a existência do Compromisso] Não, a gente vai ter um encontro agora em Maceió, talvez seja para isso né. Semana que vem vai começar. Vamos ter o Grito da Terra segunda, segunda não, terça dia 20, talvez já seja para essas discussões aí.

Entretanto, após explicações sobre como se deu o pacto e a existência do selo de Empresa Compromissada, o entrevistado lembrou a vinda dos possíveis auditores privados responsáveis pelo monitoramento do pacto.

[Existência do selo de Empresa Compromissada] É o pessoal veio por aqui, pessoal de São Paulo, Rio Grande do Sul, eles vieram aqui pra Usina X. Eles ficaram de mandar esse selo aí, só que não sei se já chegou. Não sei se já chegou porque eles encontraram algumas irregularidades ainda, que não conversei com o menino ainda, mas o pessoal veio para cá.

Questiona-se assim como realmente se deu o reconhecimento de “Empresa Compromissada” das usinas alagoanas em questão. A fala de um dos entrevistados dá um pouco da dimensão do processo de participação dos trabalhadores a nível local nas discussões do pacto.

Era só mais um documento. Só mais um documento pra entrar na máquina pra facilitar a vida dos caras. E a nível nacional temos a confederação que é a CONTAG, toda discussão foi feita lá no topo, na base foram tirados subsídios, então foi o que a gente achava interessante na época. As federações enviaram as estruturas das convenções coletivas, apresentamos para eles quais itens trabalhados e aí eles entraram em acordo justamente pra isso. Quais itens seriam confeccionados no documento e os empregadores e o governo participariam. E nós ficaríamos com a responsabilidade de fiscalização nos estados. (E₃)

Depois ele explica como se deu o trabalho de divulgação do Compromisso junto aos sindicatos municipais

Foi feito. Chegamos a fazer duas reuniões. A gente fez reuniões que traz todos os dirigentes pra cá. A gente fez dois ou três seminários, e ainda tinha, além da divulgação da CONTAG que mandava por escrito para todo sindicato, mandava o Compromisso. Toda preparação que foi feita na CONTAG teve participação de dirigente sindical, tanto da FETAG como de outros sindicatos. Isso é multiplicado quando volta pros estados. Isso foi feito em várias etapas aqui e quando o Compromisso chegou, todo mundo foi convidado para participar das reuniões com os auditores, os companheiros do sindicato, todo mundo já sabia do que se tratava. (E₃)

O entrevistado prossegue explicando o reconhecimento do Compromisso pelos trabalhadores em Alagoas.

Não, aqui não teve nada, essa assinatura foi tudo feito em Brasília, com CONTAG e Ministério do Trabalho. A Federação apenas na última vez no último compromisso [assinatura em 2012], que foi no final do mandato do grupo, eu fui participar da assinatura desse compromisso. Mas só foi a palavra da presidente, a solenidade só de assinatura, esse movimento foi feito pela CONTAG, confederação que distribui “essas” dentro do ministério, que faz essa negociação. E a gente participa dos coletivos apoiando né, o documento, e a CONTAG vai lá e negocia. Então isso, inclusive eu fui para a solenidade apenas da assinatura do compromisso. Mas foi feito sempre com a confederação, a UNICA e o ministério. (E₃)

A condição de desinformação (ou de informações desencontradas) entre os trabalhadores alagoanos e seus representantes sindicais revela quão enfraquecida se encontra a relação entre a base e seus dirigentes, demonstrando carência de articulações e conseqüente falta de intervenções.

Historicamente, a organização sindical rural em Alagoas, principalmente a canavieira, nunca foi das mais fortes, se apresentando em vários momentos subjugada ao patronato e

distanciada das necessidades reais dos trabalhadores (VERÇOZA, 2012; SILVA, 2011). Esta situação pode ser explicada, conforme Silva (2011, p.89) citando Mello (1990)⁸ pelo fato de que o surgimento das organizações sindicais rurais em Alagoas, em meados dos anos 1950/1960, já se deu sob condições controversas, pois não versaram sobre os processos de luta própria dos trabalhadores em confronto com suas condições de vida e trabalho postas, mas sim como resultado da mediação entre patronato e trabalhadores para minimizar o crescimento de tensões sociais nas áreas canavieiras, revelando deste modo uma “vasta dependência pessoal”.

Essa possível relação de dependência – ou atrelamento, por assim dizer – entre sindicatos e usinas, assim como a dificuldade de relacionamento entre trabalhadores e sindicato ficou ainda mais exposta nas falas dos grupos. Enquanto os cortadores alegavam que

O sindicato que tem aqui em Alagoas é só para comer dinheiro, descontar do dinheiro da gente, e pro trabalhador é zero. (GF 1)

Pra falar a verdade eu pago o sindicato lá, não sei nem onde fica. (GF 2)

Eu queria que fosse um sindicato que batesse assim, aqui numa empresa dessa, botasse rodando. Mas sindicato aqui bota rodando? Sindicato aqui é da empresa! Sindicato aqui é tudo comprado! (GF 1)

Quem é esse sindicato? O sindicato nunca chegou lá não, ninguém sabe quem é esse sindicato. Tem que chegar lá pra saber quem é eles e eles saber quem é nós. (GF 2)

Entre os entrevistados, contudo, as falas apresentavam uma posição de luta permanente e discutiam as dificuldades dos sindicatos se fazerem presentes:

[...] Nós passa o ano todo na briga aí por melhores salários, melhorar o peso da cana, as medidas, transporte. Um monte de coisa a gente fica o tempo todo batendo na tecla aí. (E₂)

Eu acho que a reclamação deles é pertinente, às vezes na ausência do sindicato mesmo. É muito comum no dia a dia o problema na pesagem de cana. A gente recebe direto esse tipo de denuncia. E ai é chato porque você já sabe, a gente já lida com esse tipo de situação a 15/16 anos, ta na convenção a questão da pesagem, como deve ser promovido. A gente sabe que dentro da usina tem uma ou duas pessoas que gosta de tirar do trabalhador, eles denunciam, o sindicato tem que realmente tá lá presente. E não é incomum de chegar à conclusão de que o sindicato não tá aqui o sindicato não ajuda. [...] É mais ou menos isso, o que eu posso dizer é o seguinte, primeiro que o trabalhador deve ter os seus motivos para reclamar, mas também que o sindicato, a qualidade do serviço prestado é no mínimo 8, a nota 8, não atende 100% porque nem todo sindicato tem estrutura pra isso e nem todo sindicalista tem boa pretensão ou qualificação necessária pra empenhar e produzir os resultados necessários, acho que está dentro disso. (E₃)

⁸Para maior aprofundamento buscar: MELLO, Paulo Décio Arruda. *Alagoas: sindicatos rurais e dominação*. 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro.

Silva (2011) ao discutir os paradeiros e revoltas dos canavieiros alagoanos entre 2007 e 2009 apresenta entre as peculiaridades da organização destes trabalhadores, diferenças regionais nas manifestações entre a Zona da Mata – considerada uma região canavieira mais tradicional - e o Litoral Sul do estado (região em que se encontra o município em questão do nosso trabalho) – devido à localização de usinas mais modernas, com padrões tecnológicos mais avançados. Ele aponta que, apesar de compartilharem das mesmas condições inadequadas de relações de trabalho (sem o cumprimento de garantias básicas, como a falta da aferição correta do peso da cana, o não oferecimento de condições adequadas nas frentes de trabalho, a jornada de trabalho excessiva, o preço inadequado da cana, e o não pagamento das horas *in itinere.*), a região da Mata alagoana foi marcada por experiências de luta pela terra, principalmente após os anos de 1990, com o processo de reestruturação do setor sucroalcooleiro, apoiados pela CPT, enquanto na porção sul do estado, a ausência desta instituição expôs uma carência de experiência social de luta dos trabalhadores desta região.

De um modo geral, o que se observou nos estudos que debatem a organização dos canavieiros alagoanos foi o caráter muitas vezes espontâneo das suas mobilizações, articulando suas ações a partir do cotidiano das relações sociais, onde a culminância em deflagrações de greves, como a última ocorrida em 2011, independe dos sindicatos, o que demonstra o afastamento e não reconhecimento dos trabalhadores da sua representação.

Outro elemento encontrado em nosso estudo e que confirma os achados de Silva (2011) foi o fato de os canavieiros não reconhecerem nas lideranças sindicais aliados para a luta contra usineiros, por não se reconhecerem da mesma classe inclusive. Esta afirmação aparece quando questionamos sobre a existência de abertura das usinas para a presença dos sindicatos nos eitos

O sindicato quando vai pro serviço, os caba fica logo no meio do caminho. [Acesso dos sindicatos à usinas] Tem, só em tempo de fichar, dali acabou-se. Se vai pro campo uma vez, no ano... Lá os caba tapeia... Mas num é trabalhador que anda com a gente (GF₁)

A isso os entrevistados responderam sob a seguinte alegação:

A gente tem liberdade, conversa em qualquer canto. A gente vai no campo, faz visita, época de moagem a gente vai ver peso de cana, medida. A gente vai tranquilamente. (E₂)

Agora, se disser que o sindicato não tá no campo todo dia, não tão mentindo não. Isso é verdade, até porque o sindicato não teria condições de tá no campo todo dia, nem atingir todos trabalhador todo dia. Você chega no campo hoje, você tem 1500 trabalhador na usina, você não consegue atender os 1500 num dia. São cinco, 10, 12 frentes de serviço, você chega numa, ali você conversa com dois, três e vai embora,

o resto você não vai ver. Ai você passa dia pra voltar, quando você volta depois termina pegando outra turma que você não pegou aquela mesma turma. (E₃)

O que podemos concluir é que o ponto de vista do trabalhador, os sindicatos se apresentam enquanto uma entidade que não desenvolve nenhuma ação para acompanhar sua base social. Contudo, as falas dos representantes sindicais revelam ações pontuais pautadas em fiscalizações, sem a devida articulação com a base.

Observamos, portanto, a existência real da fragilidade de organização de classe destes trabalhadores em Alagoas, a qual deve repercutir diretamente no não cumprimento das condições de trabalho exigidas seja pelo Compromisso, seja pelas convenções coletivas.

5.2 Do Processo de Trabalho e da Superexploração nos Canaviais Alagoanos

Se o operário soubesse
Reconhecer o valor que tem seu dia
Por certo que valeria
Duas vezes mais o seu salário
Mas como não quer reconhecer
É ele escravo sem ser
De qualquer usurário
Abafa-se a voz do oprimido
Com a dor e o gemido
Não se pode desabafar
Trabalho feito por minha mão
Só encontrei exploração
Em todo lugar.
(Cartola, O Samba do Operário)

De acordo com Ferreira (1996, p.26) “a análise da atividade dos trabalhadores, isto é, o que eles fazem concretamente para dar conta das exigências das tarefas em suas situações de trabalho é um potente instrumento para se conhecer a realidade do trabalho.” Foi neste sentido que buscamos, através das falas dos próprios trabalhadores, o (re)conhecimento do processo de trabalho do cortador de cana alagoano, para alcançar o entendimento sólido dos elementos que compõem a realidade deles, trazendo em paralelo o que estava proposto pelo Compromisso Nacional.

Sob a clareza de que a extração da mais-valia é fim maior do processo de trabalho no capitalismo, como propõem Laurell e Noriega (1989), buscamos identificar os dois lados do processo de produção imbricado ao processo de trabalho dos cortadores, tanto o processo de

valorização (de produção de mais-valia), quanto o processo de trabalho (de produção de bens).

Para esta análise partimos da categoria-chave *Organização e processo de trabalho*, onde por meio da questão condutora: *o que você faz no seu trabalho?* e seus desdobramentos, os trabalhadores expuseram as diversas condições objetivas e subjetivas a que estão submetidos, ao mesmo tempo que construía e davam significado à sua vivência de trabalho.

5.2.1 O Trabalho “em si”

Divididos em turmas de trabalho de aproximadamente 50 trabalhadores, os cortadores tem uma rotina árdua de trabalho, seguindo um esquema de 6x1, que corresponde a seis dias de trabalho por um dia de descanso com jornadas de trabalho extensas.

Para chegar ao trabalho no horário os cortadores são levados por ônibus das próprias usinas. Buscados às margens das pistas ou em pontos de ônibus existentes dentro da cidade, eles iniciam sua jornada de trabalho a bordo de um ônibus que eles descrevem como

Esses ônibus daqui pra usina não têm cinto de segurança. Só tem pro motorista mesmo. Mas são bem conservados. Que as empresas agora não querem mais esses ônibus mais velhos. Só seminovo, de segunda mão, que roda mais dentro da cidade. (GF 1)

A ocorrência de acidentes de trânsito envolvendo os transportes de trabalhadores canavieiros sempre esteve em evidência nas discussões do trabalho no setor. Tanto que a NR 31 buscou estabelecer regras mais completa sobre o transporte de trabalhadores, com a exigência de veículos com: compartimento de passageiros coberto, com porta e escada de acesso, assentos para todos os ocupantes e iluminação; compartimento para transporte de ferramentas em separado dos passageiros; registrador instantâneo de velocidade; bom estado físico e de funcionamento dos pneus, freios, sistema de iluminação e sinalização e direção (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2005, 2011).

Entretanto, apesar do aumento da fiscalização pelo MTE, junto ao fato do quesito transporte ser um dos pontos pautados pelo Compromisso Nacional (ainda que trazendo as mesmas coisas da NR 31), o que se observa é a persistência de condições duvidosas em algumas usinas como apontaram os entrevistados:

[Melhoria nas condições de transporte desde 2012] Melhorou também porque o Ministério sempre tá atuando, e quando pega irregularidade... vamos dizer um ônibus sem o vidro, uma cadeira amarrada de borracha – que tinha muito né, então...

um pneu careca. Então, eles tem tido esses cuidados, mas sempre tem as falhas. Sempre tem as falhas. (E₁)

Então, a usina X pegou [o selo], eles ficaram ainda discutindo por causa de ônibus, porque tava sem cinto, num sei o que. E até porque aqui na região não tem ainda essa fiscalização pra exigir botar cinto em ônibus, e eles ainda concederam. (E₂)

Em consonância com outros estudos (ALVES 2006; NOVAES 2007; SILVA 1999; VERÇOZA, 2012), na corrida pelo pagamento por produção e manutenção do emprego, os trabalhadores alagoanos em questão relataram jornadas de trabalho de 10h,

Sai de 5h, 5h, 5:30h. E pra acabar de acertar, quando a gente termina o serviço, que termina um pouco mais cedo, o caba ainda fica insistindo, dando massada de lá, pro caba sair tarde. [Horário de retorno] 16h, 16:30h, 17h, tem vez que até 17h chega. Tem vez que nós fica até 18h da noite, tem vez que chega mais cedo. (GF 1)

Eu saí 4:40h de casa, pego o transporte 5h e chego no trabalho, 6:30h, 7h. (...) a gente pega 7h em ponto. O pessoal pra não perder tempo, já coloca os EPI's no ônibus.(...) Uns param 15:20h outros param 16h. (GF 2)

Cortando de sete até 19t de cana/dia – a média diária encontrada é de sete toneladas na região Nordeste até 12 toneladas de cana na região Centro-Sul (VERÇOZA, 2012), os cortadores, reféns da produção, referem o estabelecimento de pausas aleatórias, de acordo com suas necessidades, onde apenas visto que apenas uma das três usinas possuía as duas pausas coletivas obrigatórias (pelo Compromisso)

A parada nós não ganha. É só na hora da boia fria, porque comida quente a gente num come no serviço. Aí só pra boia fria, demora um pouquinho e começa de novo. É só a água e senão o cigarro que nós bota na boca e pronto. (GF 1)

Na usina Y tem só na lei, mas não deram não pra gente. Só no primeiro dia da moagem, daí pra cá não teve mais. Logo no começo, 9h o carro apitava, os fiscal, pra todo mundo parar tomar um suco que eles dão lá. E parar 11h pra comer e pronto, mas só foi um mês ou foi dois? Um mês foi! Na usina X foi só no início, fez nem um mês já parou tudo. Quem para é a gente mesmo por livre vontade, na hora que a gente quiser parar a gente para. Pra tomar água, amolar o facão e pegar de novo né. Na parte da tarde eles falam que é pra parar 15:20h, mas 15:20h a gente vai pra 16. (GF 2)

Na usina Z é 15 minutos, para de 9h (15m), as 11:30h para pra almoçar e 14h para de novo e vai até 3:00h. (GF 2)

Sobre estas pausas para descanso destacamos que a NR 31 traz a proposta para as atividades realizadas necessariamente em pé e/ou aquelas que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica (31.10.7 e 31.10.9, respectivamente), sem necessariamente estabelecer um tempo de duração. Diante da pressão da produtividade e sob a condição da pausa sem ganho, muitos trabalhadores acabam não parando e se submetendo à condições limítrofes de

esgotamento físico. Alguns trabalhadores, contudo, tem recorridos aos seus direitos e é possível encontrar casos em que a Justiça concedeu causa ganha se pautando pelo art. 72 da CLT (de 10 minutos a cada 90 minutos trabalhados) com pagamento em hora extra pela inobservância das pausas para descanso (TST..., 2014; MINAS GERAIS, 2014).

Quando indagados para narrar como se dava o trabalho no eito, os trabalhadores participantes descreviam sempre de forma sucinta.

A maneira como eles descrevem demonstra a realização do trabalho em ações automatizadas, nos dá uma dimensão da forma naturalizada com que lidam com o esforço realizado, um processo extremamente exaustivo.

Chega, toma café, amola o facão e vai trabalhar. Corta a cana embaixo e no olho e bota na esteira. (GF 1)

Chega no serviço, toma café, pega um eito de 7 carreira e trabalha até as 2 horas ou 3 horas da tarde. Ai quando termina é se lavar e vem embora. (GF 2)

Olhe, se a cana é de semente, é cana crua, a gente bate mais a metade da palha, pra o caba não se cansar muito. Aí o caba pega o mói, corta, joga pra esteira, corta o olho, e a maneira já joga fora, entendeu? (GF 1)

Pega a cana, cortou, bota na esteira, corta novamente, o dia todinho nesse rojão. É correria. Pega o “moinhão”. (GF 2)

A exploração da força de trabalho do cortador de cana perpassa pela apreensão de dois mecanismos essenciais: a delimitação do espaço físico destinado a cada trabalhador; e a remuneração por produção. Aqui podemos percebemos um dos fenômenos característicos do processo de trabalho enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista: o trabalhador se encontra sob controle do capitalista, logo, todo o trabalho a ser desenvolvido está submetido às condições que o capitalista permitir (MARX, 1988).

De acordo com Alves (2007), desde a década de 1970, o processo de trabalho no corte de cana incide sobre o trabalhador cortar toda a cana delimitada no seguinte espaço: dentro de um retângulo maior de cana – o talhão⁹ – são estabelecidos retângulos menores com 8,5 metros de largura – o eito -, contendo cinco ruas¹⁰ de cana, com um comprimento que variável entre os trabalhadores. Esta variação no comprimento do eito se deve à dependência da resistência física e do ritmo de trabalho de cada trabalhador. Logo, o ganho diário de cada

⁹Talhão, por definição (Dicionário Michaelis) é um terreno cultivado ou próprio para cultura, que fica entre dois regos, em forma tabuleiro; um espaço de terreno com qualquer plantação. De maneira geral, a divisão de uma propriedade em talhões serve para ter um melhor controle dos custos de produção, individualizados por safra (ciclo produtivo).

¹⁰Linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metros de distância entre elas. Popularmente em Alagoas, as ruas também são chamadas de carreiras, como observamos na fala de um dos grupos focais.

trabalhador se refere ao comprimento do eito, medido em metros multiplicado pelo valor do metro.

A descrição de Alves (2007) se refere aos eitos paulistas, os quais se limitaram a cinco ruas após mobilizações dos trabalhadores na década de 1980, pela redução das setes ruas antes exigidas. Tal fato, como discute Verçoza (2012), se deve a condição de que sob o sistema de sete ruas os trabalhadores são expostos à intensificação do seu trabalho devido maior distância entre as canas cortadas e o centro do eito, onde elas devem ser amontoadas. O autor refere ainda que para o usineiro o sistema de sete ruas apresenta vantagens devido o melhor rendimento industrial oriundo da diminuição de impurezas e a economia de gastos e tempo no transporte da cana. Para ele,

“quando se aumenta o número de ruas que formam o eito, amplia-se o tamanho do eito e, conseqüentemente, ocorre uma diminuição da quantidade de eitos por hectares. Como cada trabalhador deve arrumar todas as canas cortadas na fileira central do eito, no sistema de sete ruas as canas cortadas ficam mais concentradas e em um número menor de fileiras por hectares. Esse detalhe economiza o tempo de trabalho das máquinas carregadeiras que transportam a cana para os caminhões. Além disso, a redução no número das fileiras de canas amontoadas faz com que a distância entre as respectivas fileiras seja maior, decorrendo disso uma maior proteção da cana contra as impurezas derivadas da arrumação e do transporte”. (VERÇOZA, 2012, p.62).

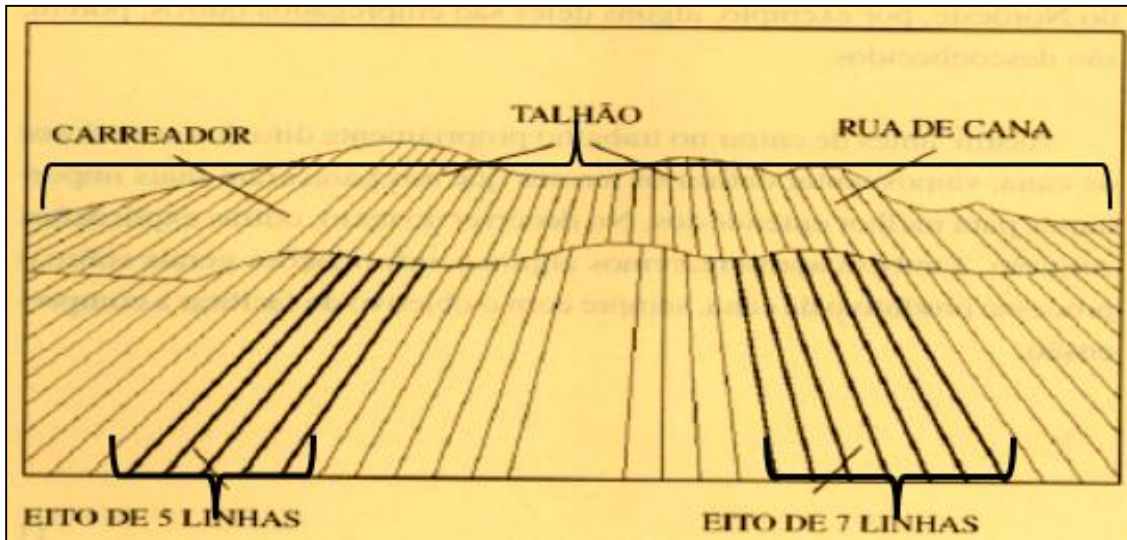
Em Alagoas, porém, alguns trabalhadores revelaram trabalhar com eitos de sete e até de nove ruas, corroborando com pesquisas recentes (SANTOS, 2011; VERÇOZA, 2012) e reafirmando o fato de estarem ainda mais expostos à exploração.

[Um eito tem] Sete carreiras. Tem de nove. Depende do loteamento que eles façam. [tem de 9] Tá pouco, mas tem. [Este ano] era de cinco e de sete. É porque agora, inventaram agora os sulcos bem largos, da cana dupla. As carreirinhas assim, uma encostada na outra assim ó. (GF 1)

É importante ressaltar que as próprias convenções coletivas do setor (2010/2011; 2014/2015) para os trabalhadores em Alagoas ainda trazem essa delimitação dos eitos com sete ruas, de maneira que os trabalhadores acabam legitimando seu próprio processo de exploração, enquanto em São Paulo são as convenções coletivas da categoria que definem o eito composto por cinco ruas (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006). Ou seja, a persistência do “eito gigante” em Alagoas acaba por submeter o cortador alagoano a um trabalho ainda mais mortificante, já que ele tem de desempenhar um esforço maior para dar conta da organização da cana no eito. Tal condição justifica a diferença nos índices de toneladas de cana exigidos entre as usinas

alagoanas e as paulistas, aponta Verçoza (2012), pois a necessidade de mais esforço gera, obviamente, uma redução no potencial da quantidade de toneladas cortadas.

Figura 1 - Layout do Canavial.



Fonte: Ferreira, Gonzaga e Donatelli (1998).

Além disto, um outro elemento existente neste processo de trabalho, que foi não destacado na fala dos nossos trabalhadores, mas foi registrado em outros estudos sobre trabalhadores canavieiros alagoanos é a questão do cumprimento de um rígido padrão de qualidade do corte da matéria-prima (SANTOS, 2011; VERÇOZA, SILVA 2010). Esta exigência consiste no seguimento de etapas específicas para o corte onde o trabalhador tem que:

- a) evitar perda de sacarose cortando a cana o mais rente possível ao chão (“toco baixo”);
- b) cortar a parte superior da cana (ponta ou ponteiro) em um local preciso para garantir que seja processada apenas a parte da matéria-prima rica em sacarose (“ponteiro tirado no ar”);
- c) evitar o processamento de organismos minerais e vegetais indesejáveis arrumando a cana cortada em local bem afastado das palhas, de maneira que os guinchos recolham apenas a cana, (“palha afastada da esteira”).

Segundo Verçoza e Silva (2010) este novo padrão de produtividade não foi aceito tão facilmente pelos trabalhadores e teve de se consolidar aos poucos. Diante das reclamações dos trabalhadores e das tentativas de burlar o processo, as usinas acabaram desenvolvendo formas

de punição, que afetaram diretamente a reprodução social dos trabalhadores, como a sujeição a descontos salariais e a possibilidade de não contratação nas safras seguintes.

5.2.2 O Pagamento por Produção

A transparência na aferição da produção se apresenta como é um dos pontos de tensão no processo de trabalho dos canavieiros, como relatado pelos alagoanos. De acordo com a fala dos trabalhadores, não havia mecanismos de aferição da produção previamente acertados com suas representações, ou mais diretamente, que os trabalhadores soubessem disso, conforme refere alguns. Os trabalhadores não eram informados antecipadamente sobre a medição da cana cortada, não sabiam com precisão de que forma eram aferidas, e não tinham noção exata da proposta de aferição que os permitissem avaliar o cálculo de salário devido, o que vai de encontro com o Compromisso Nacional (SGPR, 2009) e as convenções coletivas.

Os homi num pesa a cana, caba aí não pesa a cana. E se pesar não conta ao cara. E se pesar não bota preço. Só lucra a empresa, é só tapiando a gente. (GF 1)

Quando a gente foi fichar, eles diz isso né? Que ia ter uma pessoa lá dentro. E cada dia a gente ia acompanhar esse pessoal. Tem vez que a gente nem sabe o que a gente está fazendo, quando chega no final o cara diz “tiraram tantas toneladas”, mas não diz o peso, não sabe o que está fazendo. Aqui dentro não tem isso, mas lá fora tem. Eles medem o metro, com o compasso, amarra e pesa a cana e da o peso pra você. (GF 2)

Quando a gente chega eles mede uma braça, mói e amarra, coloca na balança e suspende. E ninguém ver nem balança não, quando é de tardezinha o cabo pega a braça e mede “deu tanto”, já guarda ali e pronto. Não diz o peso quanto é nem nada não. Ali o cara não ganhou nem a metade não foi? O cara ganhou menos da metade. (GF 2)

Alves (2006, p.93) destaca que “o peso da cana varia em função da qualidade da cana naquele espaço, e a qualidade da cana naquele espaço depende, por sua vez, de uma série de variáveis (variedade da cana, fertilidade do solo, sombreamento etc.)”, o que implica nos trabalhadores saberem que cortaram uma quantidade de metros elevada, mas devido o baixo peso da cana, eles acabam tendo um ganho pequeno.

Medição é... mede a braça aqui e sai bei bei bei. [Braça representa] Depende do preço da cana né. Depende do peso. Porque no peso que ele corta, é onde ele faz a pesagem. 10 braças dá uma tonelada, seis braças dá uma tonelada. (GF 1)

Logo, o trabalhador não consegue ter um padrão fixo a ser seguido, seu trabalho estará sempre a mercê do tipo de cana que lhe calhar no dia e da sua condição para conseguir cortando em maior ou menor quantidade.

[Média de braças diária] Rapaz, o que manda na cana é se ela é boa de cortar, produz mais, se ela é ruim, produz menos. Se ela for uma cana em pé, deixa 100 braças de altura. 100, 150. É como daqui na pista lá ou mais. É pro cara derrubar aquele pedaço. Se for uma cana forte deixa 50, 60 de altura. Ai quando deixa, passa a braça. (GF 1)

Denunciam então o trabalho às escuras, visto que sem ter noção exata do tipo de cana que lhe será oferecido ao dia, eles ainda trabalham sem saber o valor do peso da cana no dia: “Aquilo ali eles fazem o peso que eles querem fazer. Aí ele bota aquele tanto do que ele quer. Diz ‘ó, deu tanto ali’ ” (GF 2).

Ao contrário dos estados do Centro-Sul, que se utilizam do compasso, em Alagoas e alguns estados do Nordeste o instrumento utilizado para fazer a metragem da cana cortada são as varas (DIEESE, 2006), onde cada vara possui uma braça¹¹ de comprimento, o equivalente a 2,20m. Porém, a vara é apontada como um instrumento impreciso, que prevê um salto durante a medição, o qual pode subtrair metros do trabalhador e assim subestimar sua produção (ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005, p. 9). Sobre este processo, um dos entrevistados explica como se dão as fraudes:

Porque sabe o que é que ele faz. Tem lote de cana de 100 braças, que o eito de 100, o caba corta 100. Um eito de 100, não dá as oito toneladas? Porque a média que ele faz, com a cana de 15, 20kg ele faz por 8kg. Aí pronto, o caba já sai massacrado. Ai às vezes um cara diz um eito de oito? De 100 braças o dia todo e não dá oito toneladas? Num dá a média que eles querem? Aí como é que o caba vai? Aí pronto, quando chega 30 dias de moagem, que o caba tá fazendo a média, aí o caba acaba no jacaré, pra fora. Só fica aquele que tira mais. São 100 braças, com sete ou nove carreiras. (E₄)

O entrevistado explica que muitas vezes os encarregados das usinas não chegam nem a medir a cana para consultar o peso, simplesmente determinam a esmo. O próprio entrevistado revela sua indignação com o processo.

Sim! É 10 palmos e meio, a mão dos caba que dá uma braça de 2,20m, na vara. Ai, às vezes o cara quando vai medir, não mede, pega e pronto. É o pulo do gato! (risos em geral!) De todo jeito, sei lá. Hoje o caba derrubar um lote de cana, um eito de cana com 100 braças de altura. (pausa). Eu mermo... Um eito de cana, 100 braças de altura... pela média da cana, pela média da cana.... Que nem eu vi nas coisa lá, tirando média... Eu já tirei média de cana de 14kg e o caba me mandar botar oito. ‘Por que deu 14kg? Não, mas perai. Mas aí, o lote do meio vai ter cana fraca.’ Mas perai, como é que você vai saber? Você contou aqui, montou aqui, nesse mói de

¹¹Braça é uma unidade de comprimento usada em Alagoas.

cana foi amarrado, deu 20kg. Esse aqui deu 14kg, e aí como é a média que vai fazer? Aí o caba chega aí, enrola pra lá e pra cá. ‘Vou botar 10kg!’ Eu digo 10kg? 14 com 20, 34!, A metade? 17kg. Aí o cara bota com 10, o trabalhador vai tá perdendo 7kg de cada mói de cana braça. Aí pronto! E eles procuram a carreira mais fraca que tenha. A mais fraca. (E₄)

Estas fraudes muitas vezes se ligam ao fato de que, além da sua remuneração fixa pela atividade de fiscalização, os cabos recebem um bônus pela produtividade dos trabalhadores de sua turma, o que estabelece uma tensa relação no momento da apuração, já que o cabo acaba exercendo uma pressão sobre o ritmo do trabalho dos cortadores de cana (SILVA, 2011).

Assim, além de não ter certeza sobre sua produção, os trabalhadores também não são informados antecipadamente sobre o preço da cana no dia, por vezes só descobrindo o valor no fim do dia. Esta falta de informação se apresenta como mais uma forma de controle da força de trabalho, funcionando como uma ferramenta de autoimposição da intensificação do ritmo de trabalho, visto que o pagamento é por produção.

O pagamento por produção é um mecanismo utilizado pelo capital para intensificar a capacidade produtiva dos trabalhadores e aumentar a exploração (ALVES, 2008; TAVARES; LIMA, 2009). No caso do cortador de cana, o trabalhador é submetido a uma lógica perversa: à medida que a quantidade de cana cortada é aferida em metros lineares e o valor definido em toneladas, é necessário a conversão do valor de tonelada para o valor do metro. Só que este procedimento só é feito pela usina, porque apenas elas podem fazer o cálculo exato a partir das balanças calibradas, o trabalhador não acompanha nem participa deste processo. Logo, o trabalhador, sem um controle sobre a quantidade cortada em metros e em peso e sobre o valor do pagamento fica a mercê das pressões dos usineiros para aumentar a produtividade, afora a autoimposição psíquica de trabalhar mais para ganhar mais.

Como uma saída para este descontrole do trabalhador sobre o *quantum* de canas que é efetivamente produzido por ele em sua jornada de trabalho foi criado em Cosmópolis-SP o sistema de “quadra fechada”. Enquanto alternativa para evitar fraudes, o sistema impõe a pesagem da cana e o cálculo de conversão do metro em tonelada sobre o controle do sindicato (GUANAIS, 2010). Contudo, a experiência demonstrou diversos limites (GUANAIS, 2010) e não interferiu sobre o “caráter perverso do salário por produção” que leva o trabalhador a se impor um ritmo de trabalho que o mais intenso possível.

Manifesta-se então o segundo fenômeno característico do processo de trabalho: o produto é propriedade do capitalista e não do trabalhador. A força de trabalho do trabalhador

é a mercadoria comprada pelo capitalista, que utiliza seu valor-de-uso até o limite que entender necessário para a produção de novas mercadorias (que terão valor-de-troca) que também serão suas.

Você corta como daqui lá na pista, pra quando vai tirar (o dinheiro), não tira nada. E pra acabar de acertar quer que o cara feche o feixe de cana bem assim (mostra com as mãos o tamanho). Quando a gente vai perguntar, não dá nada. É capaz de o caba chorar. Só não chora, porque não tem água nos olhos (GF1).

Notamos assim que a pilhagem do usineiro sobre o trabalhador alagoano, através das manobras quanto ao peso e valor da cana, se revela como mais uma forma de espoliação na agroindústria canavieira a partir da compra da mercadoria força de trabalho e da extração cada vez maior da sua mais-valia.

Esta superexploração do trabalhador pôde ser observada também nos relatos dos grupos focais e entrevistados em diversas outras situações, seja pela forma de contratação e os critérios seletivos usados (produtividade do trabalhador), seja pela jornada de trabalho de 10h ou mais (contabilizando desde o sair de casa até o retorno) sem realização das duas pausas coletivas exigidas, ou ainda pelo assédio moral sofrido pelos trabalhadores para o alcance da meta diária de corte e garantia da manutenção do trabalho, diante da ameaça da mecanização.

5.2.3 Seleção e Contratação dos Trabalhadores

A morfologia do trabalho canavieiro em usinas alagoanas, conforme definem Plancherel e Queiroz (2011), se configura a partir da segmentação do trabalho assalariado formal (*fichados*) e informal (*clandestinos*), onde o primeiro consiste em trabalhadores com situação empregatícia e salarial mais estáveis e mais extensamente protegidos por direitos trabalhistas (sob o contrato de duração indeterminada) e trabalhadores temporários/safristas (sob contrato de duração formalmente indeterminada, mas efetivamente interrompida ao término da safra), enquanto o segundo é formado pelos plantadores e fornecedores de cana, que ainda subsistem nos dias atuais.

Das formas de contratação, todos os cortadores haviam trabalhado nas últimas safras com carteira assinada, em sua maioria enquanto safristas, e se encontravam regularizados, ainda que com salários atrasados. Dentre os trabalhadores permanentes havia pessoas com o mínimo de três até o máximo de 17 anos de carteira assinada direto na mesma usina. Com relação à forma de contrato que estão submetidos eles citaram

Porque a Usina X agora, só quer o pessoal agora de contrato. Trabalhou a moagem, sai. [...] Porque agora eles tão assim: trabalhou a moagem, aí bota pra fora. É, eles não tão deixando mais. (GF 1)

A contratação como safrista é prevista por lei e se refere oficialmente ao contrato por tempo determinado, o qual não permite o acesso do trabalhador ao aviso prévio, a multa rescisória de 40% e ao seguro desemprego, o que acaba por privilegiar o Estado - com a economia dos recursos que seriam destinados para o seguro desemprego - e os usineiros - pela redução dos tributos. Para Carvalho (2008, p.56)

o chamado contrato de trabalho rural por pequeno prazo é um retrocesso diante das conquistas históricas dos trabalhadores, e um suporte para a existência da exploração de trabalho escravo pelo latifúndio, já que não há mais garantia de direitos trabalhistas, apenas um contrato temporário que poderá ser elaborado a qualquer tempo para burlar a fiscalização e interrompido a qualquer hora, quando o usineiro bem entender.

Diante do prejuízo, esta condição de contratação chegou a ser pauta principal de reivindicação na safra 2010-2011 em Alagoas, ano em que ocorreram intensas greves e paralisações dos trabalhadores canavieiros (VERÇOZA, 2012).

Em cima disto, um dos entrevistados revela o porquê de atualmente os safristas terem contrato “indeterminado”:

O contrato... é... eles chamam os safristas né... Então ele... sempre é por tempo indeterminado porque, eles tem uma previsão de terminar a moagem em 5 meses, as vezes não termina. Se eles fizerem [o contrato] em cima daquilo ali tem que dispensar o trabalhador nos 5 meses e fica o resto da cana. Então eles tem lá o jeito deles, que é por tempo indeterminado porque pode chegar os 5 meses, pode chamar os 6 ou passar. Existe um código lá que eles botam que se trabalhar 5 meses e 15 dias eles dão o seguro desemprego. (E₁)

O Compromisso Nacional, no que tange ao contrato de trabalho, não traz nenhuma discussão sobre os tipos de contratos existentes. O que o documento propõe é o contrato direto dos trabalhadores – para evitar os atravessadores (“gatos”) principalmente com trabalhadores migrantes -, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social; a exigência da cláusula sobre experiência no contrato de trabalho apenas uma vez em relação à mesma empresa e ao mesmo empregado; e a eliminação da vinculação da remuneração do trabalhador sobre os serviços de transporte de trabalhadores, administração e fiscalização, executados pelas próprias empresas ou por terceiros. Todas estas condições estavam sendo cumpridas junto aos trabalhadores investigados.

Contudo, gostaríamos de destacar o processo seletivo por qual passam os cortadores, que não deixa de ser uma forma de recrutamento dos trabalhadores, geralmente realizada por encarregados das usinas (muitas vezes os cabos). Para tanto, partiremos da seguinte fala

Antes quando eles pediam para gente recrutar o pessoal para fichar, a gente recrutava qualquer pessoa que quisesse trabalhar, mas o tempo foi passando e depois eles fizeram uma nova exigência: recrutar só aquelas pessoas que estivessem dentro do padrão. Por exemplo, um trabalhador que cortasse 4t ou 5t a gente não recrutava mais [em outro ano], porque aí tinha que recrutar mais pessoas para poder manter a empresa funcionando. Aí hoje a gente tem fazer uma seleção para contratar menos pessoas e fazer a moagem. (E₁)

A capacidade produtiva tornou-se um dos principais critérios adotados pelas usinas, não só alagoanas, já que o objetivo da usina é garantir a moagem contratando o mínimo de trabalhadores e fazendo com que estes produzam o máximo possível. Logo, para alcançar as necessidades da usina estes trabalhadores precisam ter disposição física de bater as metas fixadas. Instala-se assim mais um elemento de intensificação da força de trabalho.

Os trabalhadores revelaram que todas as usinas possuíam uma média mínima de corte diário, porém diferiam de usina para usina

Lá disseram que a média mesmo é quatro toneladas. Mas pro cara tirar quatro toneladas só é melhor ficar em casa, fazendo raiva a mulher. (GF 2)

[Média de tonelada de cana diária atual] Aí é muita. A média que a empresa pede é seis, cinco toneladas. Na verdade, eles diz é seis toneladas e meia. (GF 1)

5.2.4 Intensificação do Ritmo de Trabalho x Mecanização

A intensificação do ritmo de trabalho vem sendo discutida em muitos trabalhos (GUANAIS, 2011; ALVES, 2008) como uma das principais responsáveis pela degradação da saúde do canavieiro. Contudo, gostaríamos de destacar aqui a inter-relação existente entre o cumprimento da meta mínima diária, o pagamento por produção, o risco eminente do desemprego e a mecanização do setor.

Esta necessidade de produtividade dos cortadores de cana os obriga a aumentar a quantidade de cana cortada por dia para que possam permanecer na usina para qual trabalhavam. Sobre esta mesma condição, encontrada em trabalhadores de Cosmópolis-SP, Guanais (2011) argumenta, respaldando-se em outros pesquisadores, como o pagamento de produção incentiva a intensificação do trabalho e funciona como um “método de introversão da disciplina e do autocontrole do trabalhador” (p.267), que acaba atuando sempre na

perspectiva de superação de sua produção para garantir seu posto de trabalho atual e das próximas safras.

As falas dos trabalhadores nos revelam as estratégias de pressão usadas pelas usinas para tentar manter um nível de produtividade regular

Hoje a meta é 6,5t. A gente terminou a moagem agora [março 2014] foi R\$ 5,17 para quem cortava até as 6,5t, quem cortasse depois de 6,5t tinha mais R\$0,50. [quem não alcança as 6,5t no fim do dia] aí aquelas pessoas têm 30 dias [para recuperar], no final de 30 dias aquelas pessoas entram no famoso jacaré, é a lista negra, está desenquadrado, então tem aquele jacaré, só fica as pessoas que estão atingindo essa meta. (E₁)

E se a gente só atingir o salário e vir simhora, sai no jacaré. A pessoa tem que pegar mais, a pulso. Tem que pegar mais, marimba. Se não pegar, sai no jacaré. (risos) (GF 1).

Na usina X tem jacaré com força! (GF 2)

O risco de perder o emprego é apontado nas falas pelo medo de cair no “jacaré”. O jacaré é o nome dado por eles a uma lista feita pelos fiscais, identificando os trabalhadores que não atingem e/ou só alcançam o mínimo do corte diário (entre seis a sete toneladas, de acordo com os relatos), os quais ficam limitados a receber apenas o salário mínimo. Estes trabalhadores ficam visados e são pressionados a cortar além das suas forças para conseguir se manter no serviço, aqueles que não conseguem aumentar sua produção acabam sendo excluídos do contrato da próxima moagem.

Para tanto, um dos principais argumentos tem sido usado para pressionar os trabalhadores é a implementação da mecanização do corte da cana.

Segundo Alves (2009), a discussão sobre a mecanização do corte de cana se evidenciou a partir da expansão do complexo agroindustrial canavieiro brasileiro, e da intervenção da sociedade com o debate sobre os danos sociais e ambientais causados pela atividade e a necessidade de ações contra estas condições, se efetivando no espaço canavieiro a partir dos anos 2000. Entretanto, é importante sublinhar que “na realidade, a mecanização compõe o processo de subordinação das forças da natureza e do trabalho à lógica de acumulação capitalista intensificada, enquanto que a questão ambiental faz parte do processo de consciência verde ou socioambiental” (ANDRADE Jr; MANIGLIA, 2011 *apud* LOURENÇO, 2012, p.39).

Neste sentido, outros pesquisadores apontam que a mecanização pode ser entendida a partir da orquestração de fatores como: a intensificação da tecnologia através do uso de

máquinas cada vez mais potentes e mais baratas em seus custos de compra e manutenção; o discurso ambiental (atrelamento da expansão das exportações do álcool enquanto biocombustível à condição de uma produção que degrada o meio ambiente nem as condições de trabalho); e o aumento nos custos do trabalho manual (devido o crescimento das ações trabalhistas movidas pelos trabalhadores contra as empresas diante do não cumprimento de direitos) (COSTA, SILVA; SANTOS, 2014; MENEZES, SILVA; COVER, 2011).

A mecanização da colheita da cana em Alagoas não segue o mesmo ritmo do resto do país, isso porque apenas 50% da área produtora do estado possui atributos que permitem a mecanização, afora o fato de não ter legislação específica para o fim da queima da cana, o que deixa a definição de implementação ou não da colheita mecanizada nas mãos do empresariado do setor (SANTOS, 2011). Para Silva (2011, p.113), “a máquina vai para onde for conveniente dentro do jogo da relação tradicional/moderno que orienta o setor no estado”. E o trabalhador entende isto, como nos trouxe um deles,

Eu acho que ela [a usina] gasta menos com trabalhador e ainda fica mais bem feito do que o da máquina. O problema todinho acho que é porque eles trazendo a máquina não vão ter compromisso com a gente. (GF 1)

Isto pode ser constatado quando das greves e paralisações que ocorreram entre 2007 e 2011, onde alguns usineiros responderam com o emprego de mais máquinas colheitadeiras em retaliação às exigências de alteração da forma de contratação dos trabalhadores e melhorias nas condições de trabalho em geral (VERÇOZA, 2012).

Sendo assim, as falas dos trabalhadores demonstram como o discurso da mecanização é manipulado para reforçar a intensificação do ritmo de trabalho e amedrontar o trabalhador.

Se a pessoa num trabalha [como eles querem] eles dizem ‘as máquinas estão vindo aí pra vocês saírem’. Aí eu digo ‘eu não sou máquina!’ (GF 1)

Um funcionário da usina falou: “para o ano se Deus quiser vem um meio mundo de máquina e esse comboio de animal vão tudo para fora.” (GF 2)

O aumento significativo da produtividade do trabalho, apesar da redução no número de trabalhadores, se manifesta pela ação combinada do ritmo imposto pelas máquinas em paralelo ao trabalho manual extorquindo a mais-valia relativa e absoluta dos trabalhadores durante a atividade produtiva (OLIVEIRA 2011).

Um dos entrevistados expõe sua opinião sobre a inserção das máquinas na região alagoana e o que tem sido feito sobre.

As máquinas é o desemprego danado que vem aí, já deu muito desemprego e a tendência é dar mais. E as máquinas trabalham as 24h direto, e o trabalhador trabalha as 8h dele, e a máquina vai direto, 24h no ar. Aí desemprega muita gente. (E₂)

A gente fez um pedido através da convenção coletiva do trabalho pra reduzir a quantidade de máquina, ficar só 20% de máquinas e resto ficar pra o trabalhador rural. Mas isso aí é uma luta, é uma briga, a gente ainda não tem resposta. (E₂)

O medo efetivo do desemprego, reforçado pela (inevitável) chegada das máquinas, demonstra que o estabelecimento da relação entre a superpopulação relativa com a superexploração é o que determina o sentido de exacerbar as formas de extração de mais-valia apontadas, pois este fato é o que fortalece a ocorrência da superexploração do trabalho, a qual induz impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho de intensificação do trabalho e de queda salarial (AMARAL; CARCANHOLO, 2009; MARINI, 1978).

5.2.5 Qualificação Profissional do Trabalhador Canavieiro

Diante da intensificação da mecanização em desenvolvimento um dos trabalhadores manifestou sua resiliência com a seguinte fala

Por causa disso aí, um cara que trabalha no campo, ele tem 53 anos, ele disse, 'oh seu Fulano, nós somos os últimos homens a cortar cana. Os menor não vai cortar cana mais não.' Antigamente limpava cana, antigamente aqui nesse período era cheio de cabo. Não tem um mais. E o pessoal não vive rapaz?! Sem cortar cana a gente também vive. Deus é grande! (GF 1)

Esta afirmação do cortador alagoano levanta a questão sobre: do que viverá este trabalhador após a implementação total das máquinas?

O processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro, através da mecanização, traz consigo o aumento do desemprego no meio rural, com expansão da massa de trabalhadores sem qualificação para buscar espaços em outras atividades no próprio setor e no mercado de trabalho. Para tanto, o Compromisso Nacional apresenta entre suas cláusulas de responsabilidade do Governo Federal a promoção da alfabetização e elevação da escolaridade dos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar, assim como a qualificação e requalificação destes trabalhadores, com vistas a sua reinserção produtiva.

Sobre os processos de qualificação propostos para a categoria o entrevistado explicitou preocupação com a morosidade para essa efetivação em detrimento das condições dos trabalhadores

Qualificar em quê, pra que? Ele é analfabeto, não se qualifica, porque o governo até hoje não botou esse programa de qualificação, a gente tem várias reuniões no ministério. E o ministro disse, inclusive assinou no livro da Terra Brasil que ia qualificar 400 mil trabalhadores no Brasil, isso em 2010, 2011. Não qualificou nenhum, não colocou nenhum programa em prática. Hoje tem a questão do PlanSEQ, aí diz que o PlanSEQ vai qualificar o assalariado rural.

O trabalhador rural de roça? 80, 90% deles são analfabetos. Vai qualificar eles em que? Pra que? “Não, não, pra construção civil pra botar nas máquinas”. O cara que tá operando as máquinas, as máquinas são de uma tecnologia que são tudo computadorizadas, o cara não sabe nem o nome dele. Como ele vai operar uma máquina dessa? E daqui que qualifique ele pra chegar nessa máquina, o cara que tá empregado, vai deixar o emprego pra botar aquele? Outra coisa, você tem um Estado com 65 maquinas que vai fazer o serviço no estado, ainda não tem as 65 mas tá próximo disso. 70 máquinas resolve o Estado de Alagoas. Ai você tinha por exemplo 3.000 trabalhadores em cada usina. De repente você vai ter 60, 70 maquinas para fazer tudo isso. Cada maquina dessa pega 2 homens. Você pega 2 homens e multiplica isso por 20 que é a média de uma maquina, 20 homens, ela mais o motorista, mais o cara que junta o pedacinho da cana, então você multiplica 70 vezes 20, enquanto você teria 3000 em cada usina que era a média. Hoje já não tem mais... essa é a proposta maior.

Na defesa de políticas públicas compensatórias para o setor em São Paulo, Alves (2009) discute que é necessário analisar o ritmo da mecanização para poder estabelecer tais políticas, visto que estas precisam estar em sintonia, com a criação de novos postos de trabalho ao mesmo tempo dos que estão sendo perdidos. Segundo ele, esta adequação deve ser resultado de processos de negociação entre empresários e sindicatos, para que os dois lados possam obter respostas positivas simultâneas, seja com o emprego das máquinas e trabalhadores qualificados para operação por parte do empresariado, seja com a qualificação dos trabalhadores e o reemprego deles, por parte dos sindicatos.

Na perspectiva de minimizar o impacto desta perda do emprego na atividade canavieira em razão da mecanização, em Alagoas existe o Programa Amigo do Trabalhador.

O programa criado em 2013, foi baseado em programas da mesma natureza, como o Chapéu de Palha em Pernambuco, e tem por objetivo dar um auxílio financeiro aos trabalhadores rurais no período de entressafra da cana-de-açúcar, quando a maioria fica sem atividade remunerada durante quatro meses, associado à promoção de cursos de qualificação para esses trabalhadores (ALAGOAS, 2014).

Com relação a este programa um dos entrevistados explicou em 2014

Lá em Pernambuco tem o Chapéu de Palha, tem o Mão Amiga em Sergipe, aí a gente criou aqui o Amigo do Trabalhador. Foi criado pelo movimento sindical, a gente precisou aí de ajuda dos deputados, deputado Joãozinho, pediu pela levar pra assembleia e foi aprovado. Nós estamos acabando de fazer esse cadastro aí, ele vai receber três parcelas de 130reais (junho, julho e agosto) enquanto começa a outra moagem e vão participar de cursos profissionalizantes pra quando dizer assim “não tem mais corte de cana”, eles também já tarem prontos pra outro mercado. Tem vários cursos diferentes. Eu não sei quais os cursos que vão ser dados porque a demanda é grande. (E₂)

Todavia, já em 2015 outro entrevistado manifestou que

Esse aqui é uma política de Estado, aqui é FETAG, a questão é a seguinte, a gente lutou aqui, construiu, foi aprovado uma lei no estado. Que dá uma bolsa de 130 reais no período da entressafra, para que os trabalhadores possam ter alguma coisa, porque eles estavam passando fome e comprando fiado. Então conseguimos avançar em 130 reais, em contrapartida o governo paga, mais também a contra partida do trabalhador seria a qualificação dele. Até agora o governo continua estudando qual seria essa qualificação e não sabe nem se esse ano sai a bolsa e a qualificação. Que a lei diz que em 2015 já tinha que ter. O programa foi implantado em 2013/2014, mas só pagando sem qualificação nenhuma. A qualificação é agora para 2015. (E₃)

De acordo com este mesmo entrevistado a proposta do programa é cobrir 12 mil trabalhadores, mas em 2014 só conseguiu dar conta de dois mil, devido problemas com os recursos e processos burocráticos. Foi noticiado ainda por um dirigente da FETAG-AL que no primeiro ano do programa, apenas 70 trabalhadores foram contemplados (CAVALCANTI JUNIOR, 2015).

Ressaltamos, portanto, que apesar da existência das propostas, a qualificação e/ou requalificação profissional do trabalhador canavieiro alagoano, se continuada sob este ritmo não conseguirá responder às necessidades do setor, e principalmente, mantém em risco a garantia de condições de vida destes trabalhadores.

5.3 O Peso da Cana sobre a Saúde do Trabalhador Canavieiro

*“Numa usina se aprende
como a carne mastiga o osso,
se aprende como mãos
amassam a pedra, o caroço;
numa usina se assiste
à vitória, de dor maior,
de brando sobre o duro,
do grão amassando a mó;
numa usina se assiste
à vitória maior e pior,*

*que é a da pedra curta
furada de suor.”*
(João Cabral de Melo Neto. *Encontro com a Usina - trecho de O Rio, 1953*)

As práticas que compõem o corte manual da cana-de-açúcar (pagamento por produção, contratos de trabalho ambíguos, formas de recrutamento/seleção e o (des)cumprimento de cláusulas trabalhistas) podem ser consideradas exemplos nocivos e alarmantes da superexploração e da precarização do trabalho no século XXI (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Carvalho (2008), algumas das principais causas de acidentes e mortes de trabalhadores canavieiros estão relacionadas à ausência de equipamentos de proteção, desnutrição, insolação, alojamentos inadequados, exaustão, transporte irregular, carbonização e intoxicação com herbicidas e com gás carbônico liberado durante a queima da cana.

Por isso, para nós, ao analisar o trabalho na agroindústria canavieira

o que se encontra em jogo é a luta contínua pela defesa da vida – de sua sobrevivência e sua humanidade – permanentemente ultrajada em sua dignidade no cotidiano das relações de trabalho e da falta de trabalho, demonstrando que a ordem econômica apresenta uma indissociável dimensão ético-política (IAMAMOTO, 2012, p.197).

Tendo em vista que estas condições de trabalho favorecem a ocorrência de sofrimento, doenças, acidentes e até mortes no espaço canavieiro, analisamos nossa terceira categoria-chave, *Saúde do trabalhador canavieiro*, a partir da percepção dos trabalhadores alagoanos sobre sua saúde e sobre as práticas de gestão das usinas voltadas para a atenção à saúde dos trabalhadores, discutindo as recomendações de Saúde e Segurança do Trabalho do Compromisso Nacional, assim como seus elementos correlatos.

5.3.1 O Corpo “Quebrado”, o Canguru e o Medo da Morte

A partir do processo de trabalho apresentado podemos compreender que o corpo do trabalhador é utilizado como parte das engrenagens da indústria sucroalcooleira, assim vai rapidamente se desgastando e sofrendo as consequências disto. Câimbras, dores de cabeça, escolioses, tonturas, vômitos, náuseas, mutilações de pernas, braços, dedos, são algumas das marcas da bárbara realidade imposta pela territorialização do projeto societário do capital no setor do agronegócio (OLIVEIRA, 2011).

Quando indagados sobre o que sentiam no corpo devido o trabalho, os cortadores alagoanos disseram

Rapaz, a gente 'tamo' tudo quebrado viu com esse negócio de trabalho. (risos) (GF 1)

Dor de coluna eu tenho há quase 20 anos [trabalha desde 1997]. (GF 2)

Quando volta pra casa? Dói tudo, negócio de junta (risos), quando a gente para, quando num esculhambar mais um pouco... Às vezes quando nós se levanta da cama é com os pés já todo quebrado. (risos) Coluna? A senhora sabe como é. Às vezes sai todo troncho. Quem tá ainda mais dormente, quando começa a esquentar ela fica normal, agora quando num dá, quando esfria... Ai pronto tem que trabalhar direto. (GF 1)

É importante ressaltar que as respostas dos grupos focais 1 e 2 expõem o perfil dos trabalhadores que os compunham, onde o primeiro tinha homens acima de 40 anos de idade, enquanto o segundo era composto por homens entre 24 e 40 anos. Tal condição, ligada nestes grupos a maior e menor tempo de trabalho no corte, respectivamente, se reflete nos discursos daqueles que se disseram estar "ótimos" (mesmo com insistentes perguntas na condução do grupo sobre qualquer coisa que eles sentiam que poderiam relacionar ao trabalho) em detrimento daqueles em que "tudo dói" (o grupo mais velho fez questão de reforçar a condição em que o trabalho os deixa).

Devido à agregação de esforço físico permanente, ritmo intenso de trabalho e movimentos repetitivos e bruscos, o aparecimento de doenças osteomusculares (dor e lesões agudas e/ou crônicas em membros superiores e região lombar), somados ao extremo cansaço físico e mental, está entre os mais encontrados nestes trabalhadores (CECCATO et al, 2014; ROCHA; MARZIALE; ROBAZZI, 2007), sendo as dores no corpo em geral a principal causa de absenteísmo no trabalho (ALVES, 2008). Há inclusive casos em que eles se tornam inválidos para o trabalho, pois acabam mutilados e descartados antes mesmo de completar o tempo regulamentado pela legislação para a obtenção de aposentadoria (SILVA, 2013).

As moléstias resultantes deste trabalho são decorrentes principalmente da pressão da produção que estão submetidos estes trabalhadores, imersos num processo intensificado que os leva aos seus limites físicos, como referem

Os homi quando chega, bota assim 'Oia menino, o seu é esse, esse, esse e esse.' Pronto, todo mundo pega. Baco, baco, baco,[derrubam os eitos] que nem uns doído. Quando termina é já cai, mas não cai. O cara vai pegar mais um pedacinho, pega tantinho assim [não aguenta]. Fazer o quê? (GF 1)

Guanais (2011) destaca que quando os trabalhadores são acometidos por dores, só lhes restam duas opções, ou faltar o serviço para atendimento médico ou ir trabalhar sob o risco de não alcançarem a meta mínima de produtividade exigida. Para ela, o problema é que nas duas

condições o trabalhador saía prejudicado. Isso porque, em caso de falta, é possível abonar desde que apresentem um atestado médico e um recibo da compra dos medicamentos receitados. Porém, em muitos casos, o custo de tais medicamentos equivale a todo o dinheiro ganho no dia e faltar ao trabalho para tratamento médico acaba saindo muito caro. Por outro lado, quando os trabalhadores insistem em ir trabalhar mesmo com dor, a possibilidade de não atingir o *quantum* mínimo ou cessar o trabalho diante da dor, os expõe a um risco ainda maior que é o monitoramento dos fiscais de turma.

Diante destas condições de superação a ocorrência mais encontrada entre os cortadores de cana é a câimbra. A labuta sob o sol faz com que os trabalhadores percam muita água através do suor, através do qual também perdem sais minerais, o que leva à desidratação e à frequente ocorrência das câimbras, também chamadas de birola ou canguru, as quais podem levar até a morte (LAAT et al, 2008; PLANCHEREL; QUEIROZ; SANTOS, 2010; SILVA, 2006; SILVA et al., 2006). Dos trabalhadores entrevistados, quase todos já tinham sofrido com o canguru em seus mais diversos graus. Sobre esses episódios eles revelaram:

Esse daí, no corte mermo, quando pensa que não, passa o dia todinho só tomando garapa. Só dando canguru. (risos) (GF 1)

Ave Maria! Dá em mim direto, muito serviço. Eu hoje pra num fazer feio, não parei não. (GF 1)

Em mim nunca deu não, eu trabalho devagar. E se eu for trabalhar e ver que ele tenha pego [o canguru], como diz a história, eu dou maçada, uma manerada no trabalho para ele ir embora. (GF 1)

Não, mas tem um amigo meu que já deu duas vezes nele que ele fica dentro do ônibus que não consegue nem andar. E a ambulância não chega não. (GF 2)

Devido a essa frequência, para contê-las, existem usinas que ministram aos trabalhadores soro fisiológico e/ou suplementos energéticos, para a reposição eletrolítica, havendo, porém, casos em que os próprios trabalhadores procuram os postos de saúde da cidade para que lhe administrem o soro diretamente na veia (NOVAES, 2007). No caso dos trabalhadores entrevistados, segundo eles, apenas uma das usinas ministrava o soro hidroeletrólítico (Figura 2) - de uso obrigatório segundo o Compromisso Nacional - onde sua distribuição é realizada sob fiscalização para garantia da ingestão do mesmo.

Sobre a utilização desses produtos, Alves (2008) discute a instabilidade desta distribuição, em que as usinas distribuía soros de natureza diversa (soro caseiro, soro caseiro acrescido de potássio e outros minerais, soro com adicionais energéticos, suplementos energéticos) sem a devida ciência das autoridades sanitárias sobre a composição dos produtos,

muito menos sobre seus efeitos sobre os trabalhadores. Em sua pesquisa ele também identificou opiniões diferentes entre os trabalhadores: havia aqueles que consideravam o soro importante para não se “borrar”¹², ajudando-os a suportar a longa jornada de trabalho; outros que sentiam melhora desde a capacidade de trabalho até o desempenho sexual; assim como aqueles que se recusavam a tomar o soro, por não lhes fazer bem, ou não o não saberem o que contém.

A fala dos trabalhadores em questão demonstra o desconhecimento da serventia do suplemento: “É o suco em pó, eles dizem que é pra baixar a caloria, pra não suar muito” (GF 2).

Houve ainda um dos trabalhadores que falou, fora do grupo focal, que às vezes não toma o suplemento para não ter que parar o trabalho. Como a regra da usina em que trabalha é tomar e devolver a embalagem para comprovar a ingestão, ele aproveita quando esquecem de recolher para guardar embalagens antigas e devolvê-las em outro momento, sem ter tomado o soro do dia.

Figura 2 - Suplemento hidroeletrolítico apresentado por cortador de cana em Teotônio Vilela-AL, 2015.



Fonte: A autora.

Em estudo realizado no mesmo município no ano de 2008, trabalhadores relataram ter participado de um projeto piloto de uma usina da região em que distribuía um shake nos horários de lanche. Todavia esse suplemento foi logo descartado pela usina sob alegação de

¹²Borrar: ser acometidos por câimbras, desmaios, diarreias, dores fortes na coluna, impossibilitados de qualquer movimento corporal.

alto custo. Nesta pesquisa os trabalhadores referiam se sentir mais dispostos para o trabalho, mas não perceberam mudanças significativas na sua produtividade pessoal (SANTOS; PLANCHEREL, 2011).

O discurso de “não sentir nada”, os risos em meio às falas sobre o canguru, a resistência ao uso dos suplementos e o ímpeto de não parar a produção, podem ser entendidos como elementos de um processo de *auto-disciplinamento* do trabalhador. Processo este desencadeado tanto por questões objetivas, como o pagamento por produção, quanto por questões subjetivas como a necessidade do cumprimento do papel masculino de provedor da família associado ao medo do desemprego iminente (OLIVEIRA, 2011). Sobre estas condições alude Verçozza (2011, p. 258) que “o orgulho em mostrar que o trabalho é duro, somente existe porque o orgulho maior está em mostrar que ele é mais duro do que o trabalho. Dessa maneira, faz sentido esconder marcas que demonstram a superioridade do trabalho alienado sobre o trabalhador”.

Haja vista que as relações de trabalho, dentro das organizações, frequentemente, despojam o trabalhador de sua subjetividade, excluindo o sujeito e fazendo do homem uma vítima do seu trabalho (DEJOURS, 1987), estas situações ansiogênicas que levam a intensificação da atividade produtiva e o conseqüente sofrimento físico e psicológico do trabalhador demonstram também a banalização do sofrimento alheio (DEJOURS, 1999).

Para Dejours (1987), toda essa negação ou naturalização da dor (ou doença) corresponde a uma estratégia coletiva de defesa, se apoia, entre outras coisas, no fato de que para o homem a doença corresponde à ideologia da vergonha de parar de trabalhar, e parar de trabalhar não é uma opção para o subproletariado. Ao lutar contra a dor e negar seu sofrimento, este homem não está procurando uma medida terapêutica para sua condição patogênica, na verdade o que ele busca é calar esta sua condição. “A angústia contra a qual é dirigida a ideologia da vergonha não é a do sofrimento, da doença ou da morte; a angústia que ele ataca é, através da doença, a destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho” (DEJOURS, 1987, p.34).

Ouvimos ainda de um dos trabalhadores a seguinte fala: “Tô ótimo, só é cansativo né? Tô normal até agora” (GF 2).

Sobre isto cabe destacar aqui que a condição de normalidade pode ser interpretada como resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) do trabalhador contra seu sofrimento laboral. Isso se revela, nesta fala quando o trabalhador

finaliza com “*até agora*”, o que pressupõe que em algum momento ele prevê a possibilidade de sair da normalidade. Esta condição é vista por Dejours (1999) como uma “normalidade sofrente”, onde

a normalidade não é um efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma “normalização” pejorativa e desprezível, obtida na “interiorização” da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho (DEJOURS, 1999, p.36).

Em meio a todo este contexto, o que se observa, independente das condutas, é que o risco de morte pelo desgaste físico e ocorrência do canguru assombram os trabalhadores.

Canguru viu moça, se o cara insistir o cara morre. (GF 1)

Morreu gente por causa disso aí. Morreu não, morre! Se o caba for forçar demais, qualquer um... se o cara não tem preparo físico, ele termina... (GF 2)

As vezes que dá nas pernas, sobe aquele mondrongo assim nas coxas da gente, rasgando. É nas veias. Quando não é isso é aqui ó [braços, próximo ao tronco]. Se der aqui meu amigo, se der no coração já era. (GF 1)

De acordo com Silva (2006), ao investigar a situação laboral dos trabalhadores rurais dos setores sucroalcooleiro e cítrico na região de Ribeirão Preto (SP), médicos relatam que a ocorrência das câimbras é resultado da perda de excessiva de potássio provocada pela sudorese que pode levar à parada cardiorrespiratória. Neste trabalho, a autora discute a ocorrência de 21 mortes de trabalhadores cortadores migrantes, ocorridas supostamente em função do desgaste excessivo da força de trabalho entre 2004 e 2007, associado ainda a um alto número de acidentes de trabalho. Todavia, como discute Alves (2008), as usinas se defendem sob o argumento da falta de ‘nexo causal’ entre mortes e excesso de trabalho, pois na maioria das vezes a dificuldade de estabelecimento do nexo causal para morte por excesso de trabalho, como exigido pelas usinas, se dá pela imprecisão dos atestados de óbito destes trabalhadores, associado ao fato de que o excesso de trabalho não deixa marcas visíveis externamente (trauma), nem internamente, como uma causa química (envenenamento).

É possível então reconhecermos neste processo, como aponta Verçozza (2011), que corte da cana é determinado por duas grandezas diretamente proporcionais: quanto maior o grau de exploração da força de trabalho, maior a seqüela física e mental no trabalhador.

5.3.2 Exames Admissionais

Quando discutimos o processo de trabalho dos cortadores de cana, observamos que os mesmos possuem uma rotina de trabalho que remete ao preparo físico de um atleta maratonista, tal como infere Alves (2007). Para tanto as usinas tem como principal critério seletivo a resistência física e desenvolvem processos seletivos próprios para a admissão de seus “trabalhadores atletas”.

Da exposição e constrangimento coletivo à carência de exames solicitados/realizados, o que se observou nos relatos é a expressão de um processo seletivo cruel e insuficiente para análise das reais condições de saúde do trabalhador, onde os trabalhadores são submetidos a procedimentos peculiares de avaliação.

Lá o doutor fica que nem a senhora tá aí, aí ele tem uma mesa de ferro dessa altura aqui e aquele bocado de homem, tudo nu, 5 a 6 homens, manda tirar a roupa. Aí ele fica assim de frente, fica aquele monte de homem sentado em cima da banca. Aí tem uma marambinha [peso] deste tamanho assim de ferro. Aí vai descendo de um em um, aí pega na maramba, levanta. Ele vai dizendo bote no chão, levante. [...] Que é pra vê se o pessoal tem hérnia. Aí pronto, vai vestir a roupa. Não bota um aparelho, não bota nada. [...] a pressão já tem outra mulher lá pra tirar a pressão. São esses dois exames só. (GF 1)

Na Usina Y não é nu, é de cueca. Faz uma fila fora e entra de um em um pra doutora ver. Faz as mesmas perguntas das outras. Aqui não faz exame de sangue e lá fora faz, tira o sangue e espera três dias o resultado. (GF 2)

Usina Z não tem peso não. Lá coloca uns aparelhos na gente, ouve o coração. E faz umas perguntas também. (GF 2)

Lourenço (2012) lembra que, em geral, há um temor de reconhecimento da ocorrência de doenças pelos trabalhadores, visto que estando submetidos aos contratos temporários, o aparecimento de problemas pode acarretar problemas na recontração da safra posterior. A autora refere ainda o fato de que ter qualquer problema de saúde implica na necessidade de cuidados médicos que também interferirão na continuidade do trabalho, devido possibilidade de afastamento. A fala dos trabalhadores quando dos exames admissionais reforça esta questão:

Não pergunta o que é que o cara tem, não pergunta nada. Mas também se o cara for dizer, ele num entra. (risos) Se você for dizer como é que tá, ele num entra. Quando é na primeira semana aparece um bocado de gente doente, quando os cara começam a trabalhar. Um bocado de gente doente, é gente com atestado. Tem muita gente que vai doente, tem muita gente que vai meio truncado. (GF 1)

Um estudo desenvolvido no mesmo município de nossa pesquisa mostrou que é comum a prática de ir ao trabalho mesmo com algum problema de saúde, onde os trabalhadores doentes tentam realizar suas tarefas sem que os superiores percebam, porém não conseguem escapar dos previsíveis prejuízos em sua produção diária, conseqüentemente em seus salários, correndo o risco inclusive de agravar seu quadro de saúde (SANTOS, 2011).

A seleção dos trabalhadores, conforme discutido no capítulo anterior, perpassa pela necessidade de aprimoramento do trabalho a partir da garantia de produtividade, ou seja, da garantia da possibilidade de exploração do trabalhador até seus limites. Neste sentido, o exame admissional da forma descrita pelos trabalhadores em questão, de fato, se restringe a mais um dos filtros de eficiência da produção da usina.

5.3.3 Assistência Médica e Acidentes

O Compromisso Nacional traz entre suas determinações a necessidade de melhorar as condições de atendimento médico aos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar em situações de emergência, porém não especifica quais medidas deveriam ser adotadas.

Delgado e Sant'ana (2011, p.203) discutem que a expansão canavieira tem revelado “um quadro dramático de crescimento do ‘grau de morbidade’ das relações formais de trabalho, medido por um movimento quase epidêmico de elevação do ‘auxílio-doença’, correlacionada fortemente às doenças osteomusculares”.

De um modo geral, ao serem indagados sobre acidentes e assistência médica nos eitos, os trabalhadores confirmaram a existência de um profissional médico nas usinas nos casos urgentes, e relataram relativa demora na chegada de ambulâncias,

[assistência em caso de acidentes] é um pouco demorada, tem, mas é um pouco demorada. A ambulância vem pegar. Às vezes vem, e às vezes o cara fica lá o dia todinho. Quando o trabalhador é cortado, moça, o cabo liga para usina, e a ambulância vem e leva. Tem médico na usina. (GF 1)

Tem, o atendimento ele é... rápido, porque a gente é muito centralizado aqui os cortes de cana, então é, quando se acidenta um trabalhador, quando não tem um fiscal, um administrador lá na área, a gente liga, no máximo meia hora quando tá longe. Mas até 10min, 15min ele faz aquele socorro. (E1)

No ano retrasado teve um neguinho que morava ali embaixo, ele cortando cana, a cana pegou no pau da venta assim ó em cima do óculos, quebrou. O ônibus não tava lá! Tinha que trazer ele de volta pra usina, mas ficou lá a tarde toda sangrando. Ficou lá no serviço dentro do carro sangrando”. (GF 1)

Em geral, os acidentes ocasionados principalmente pelo manuseio de instrumentos de trabalho estão entre as principais notificações de agravos à saúde ligadas ao setor canavieiro, o que, de acordo com Lourenço (2012) expõe o fato de que os registros muitas vezes se detêm àquilo que é mais visível e exposto, não abrangendo assim a totalidade do problema.

Da ocorrência de acidentes nas usinas nos últimos anos eles referem

Diminuiu os acidentes, todo dia se cortava uma média de 10 pessoas. Hoje, por semana, ainda não corta dez. A maioria dos acidentes, dos cortes hoje é amolando, da forma incorreta. A gente ensina que é para amolar o facão para lá e tem deles que ainda fazem virado para cá, aí é onde acontece os cortes, os acidentes, mas melhorou. Os acidentes eles diminuíram muito. É porque os EPI protegem muito. No final do dia você vê os cortes na perneira e os cortes na bota. Se fosse como antes, era uma tristeza. Então mudou alguma coisa. (E₁)

Choveu, todo mundo tem que parar e ir esperar no ônibus: Semana passada morreu um cara lá na porteira, por causa de um raio. (GF 2)

Dados do Ministério da Previdência Social demonstram que houve relativa redução nos registros de agravos em todo país no período de 2009 a 2013, anos de vigência do Compromisso (BRASIL. Ministério da Previdência Social, 2015). Quando destacamos só os Cadastros Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) concernentes à produção da cana de açúcar e seus componentes industriais (0113-0 - cultivo de cana-de-açúcar; 1931-4/00 - fabricação de álcool; 10.71-6 fabricação de açúcar em bruto), também notamos redução das ocorrências no setor sucroenergético (Tabela 1).

Tabela 1 - Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) referentes à cana-de-açúcar no Brasil - 2009/2013.

CONDIÇÃO DE REGISTRO	QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO				
	2009	2010	2011	2012	2013
Total de Acidentes de trabalho geral	733.365	709.474	720.629	713.984	717.911
CNAEs Cana - Com CAT* Registrada	30.022	26.579	23.410	21.822	18.792
CNAEs Cana - Sem CAT* Registrada	4490	4165	3858	3445	2802
Total de Acidentes de trabalho na Cana	34.512	30.744	27.268	25.267	21.594
Total %	4,71	4,33	3,78	3,54	3,01

Fonte: Anuários de estatísticas do site da Previdência Social (BRASIL. Ministério da Previdência Social, 2011, 2013).

Nota: *CAT - Comunicação de Acidentes do Trabalho

A tabela 1 demonstra que a participação das atividades referentes à cana-de-açúcar no processo de adoecimento dos trabalhadores sofreu uma redução entre 2009 e 2013, caindo de 4,71% para 3,01%, respectivamente. Lourenço (2012) discute que estes números não

contemplam o todo, por se aludirem apenas os trabalhadores formais e não apresentar referência sobre o que ocorreu e como ocorreu.

Ao buscarmos estes dados especificamente de Alagoas, identificamos a mesma tendência de decréscimo dos acidentes, contudo sua participação percentual diante do total geral de registro de acidentes no estado evidencia a dimensão da atividade econômica para a região. Em 2009 mais da metade dos registros de acidentes de trabalho no estado (55%) se referiram ao setor canavieiro, em 2013 reduziu para 39,8% (Tabela 2).

Tabela 2 - Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) referentes à cana-de-açúcar no estado de Alagoas - 2009/2013.

CONDIÇÃO DE REGISTRO	QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO				
	2009	2010	2011	2012	2013
Total de Acidentes de trabalho geral	9.065	9.308	9.813	8.624	6.473
CNAEs Cana - Com CAT* Registrada	4.541	4.456	4.067	3.544	2.193
CNAEs Cana - Sem CAT* Registrada	448	583	629	542	383
Total de Acidentes de trabalho na Cana	4.989	5.039	4.696	4.086	2.576
Total %	55,04	54,14	47,85	47,38	39,80

Fonte: Anuários de estáticas do site da Previdência Social (BRASIL. Ministério da Previdência Social, 2011, 2013).

Nota: *CAT - Comunicação de Acidentes do Trabalho

Dividindo as informações referentes a cada CNAE, observamos que a maior parte dos acidentes registrados em Alagoas ocorre na planta fabril. Os registros do cultivo da cana-de-açúcar, onde estão inseridos nossos trabalhadores, apresentam números baixos e perfazem em média 0,8% do total (Tabela 3).

Tabela 3 - Quantidade de acidentes do trabalho na cana-de-açúcar estratificada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) referentes ao setor no estado de Alagoas - 2009/2013.

CNAE DE REGISTRO	QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO				
	2009	2010	2011	2012	2013
0113	27	42	44	34	26
1071	4.807	4.873	4.543	3.936	2.486
1931	155	124	109	116	64
Total de Acidentes de trabalho na Cana	4.989	5.039	4.696	4.086	2.576
Total % CNAE 0113	0,54	0,83	0,94	0,83	1,01

Fonte: Anuários de estáticas do site da Previdência Social (BRASIL. Ministério da Previdência Social, 2011, 2013).

Ao apreciarmos todos estes números devemos trazer à tona elementos anteriormente discutidos, como o fato das notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro possuir muitas dificuldades de registros, as quais perpassam desde o seu não reconhecimento nos serviços de saúde devido análises superficiais que desconsideram o papel do trabalho nos acidentes (SANT'ANA; CARMO, 2010) até as relações sociais que permeiam os trabalhadores rurais (LOURENÇO, 2012), principalmente no que tange ao risco de desemprego diante da descoberta de uma doença, como nos relatou um trabalhador: “Teve um rapaz com hérnia que o medico botou pra operar e a usina botou ele pra fora doente. Não é pra procurar a justiça?” (GF 1).

A Vigilância em Saúde do Trabalhador do estado de Alagoas está organizada em quatro Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), sendo três regionais e um estadual.

Intervenções como a criação de um serviço de Vigilância em Saúde do Trabalhador Canavieiro, a exemplo de São Paulo (VILELA et al, 2014), apontam para possibilidades de redução de acidentes e alcance de melhores condições de trabalho nos canaviais. A experiência paulista tornou público o debate sobre a precariedade das condições de trabalho no estado, forçando ações intersetoriais que refletiram em melhorias para os trabalhadores, uma alternativa interessante para pressionar o empresariado e rever as ações da VISAT em Alagoas.

5.3.4 Ginástica Laboral: “O que é que significa aquilo dali?”

A ginástica laboral (GL) é conceituada enquanto “um conjunto de práticas físicas, elaboradas a partir da atividade profissional exercida durante o expediente, que visa compensar as estruturas mais utilizadas no trabalho e ativar as que não são requeridas, relaxando-as e tonificando-as, tendo como objetivo a prevenção da fadiga.” (LIMA, 2003, p. 7 *apud* NOVACK, 2010, p. 35)

Num contexto geral dos estudos de GL, o que se observa é que ela tem a potencialidade de reduzir os acidentes de trabalho e a ocorrência de doenças ocupacionais, trazendo em contrapartida para o empresariado um aumento da produtividade dos trabalhadores, a partir da melhoria de suas condições laborais.

Diante dos movimentos altamente repetitivos e grande esforço muscular que caracterizam o corte manual da cana, o risco de aparecimento das lesões por esforço repetitivo (LER) e/ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) é constante.

Um estudo sobre a visão da GL no corte manual da cana em São Paulo refere que as usinas sucroalcooleiras, assim como outras empresas, têm implementado a ação enquanto uma medida de preservação da saúde do trabalhador rural. No entanto, no que compete aos cortadores de cana, ainda não há muitos relatos científicos evidenciando sua eficácia¹³ (NOVACK, 2010).

A prática de ginástica laboral foi referida nas três usinas, porém com diferenças quanto à longitudinalidade de sua existência. Em duas das usinas os trabalhadores relatam sua ocorrência apenas no início das moagens, seja somente no primeiro mês ou no primeiro dia de trabalho. Enquanto na usina Z os trabalhadores informaram sua realização mais frequente.

[Existência de algum programa de saúde/ginástica] Logo no começo da moagem, tem todos os dias de trabalho, com a faixa de um mês por aí o pessoal faz. Depois de um mês relaxa. (GF 1)

Isso foi só no início [das moagens] pra tapiar também e depois parou tudo. [Usina Z] De tempos em tempos tem. Na usina X só teve no primeiro mês. Na usina Y só no primeiro dia. (GF 2)

A fala dos trabalhadores alagoanos evidencia o descrédito e falta de interesse do trabalhador nesta prática, provavelmente por não chegarem a sentir seus resultados: “O que é que significa aquilo dali? Vão pra lá só se balançar. Até eu.” (GF 1).

As condições relatadas corroboram com os resultados de Novack (2010), que demonstrou a ineficácia da GL diante das características de aplicação em que foi encontrada em São Paulo (uma vez ao dia, de caráter obrigatório, com exercícios repetitivos e monótonos), o que levou ao desinteresse dos cortadores paulistas entrevistados, que referiam principalmente indisposição e cansaço para sua realização. Tais respostas, infere a autora, se deve ao fato de que diante de todo desgaste físico imposto pelo corte da cana, ainda que a GL seja aplicada como um aquecimento antes do início do trabalho, ela não deixa ser um exercício e acaba se somando à jornada exaustiva do trabalhador. Outro elemento importante discutido pela autora foi o fato de alguns dos próprios profissionais responsáveis pela GL nas

¹³ Sublinhamos que em nossas pesquisas também pouco encontramos sobre os impactos da GL nos cortadores de cana. Os trabalhos encontrados estavam distribuídos em sites e/ou revistas não indexadas, por isso achamos por bem não utilizá-los, para garantir a qualidade científica do estudo.

usinas não acreditarem na sua eficácia para prevenir doenças e lesões ocasionadas pelo trabalho da forma com que era desenvolvida, por entenderem que esta não deve ser a única medida empregada na prevenção de doenças e promoção da saúde destes trabalhadores.

Numa análise pragmática, o que gostaríamos de destacar é que no contexto de superexploração e elevação permanente dos limites físicos (e psíquicos) ao qual o cortador de cana está imerso, a realização (ou não) de GL passa longe de ser uma medida resolutiva.

Acreditar que ao submetemos este trabalhador a intervalos de 15 minutos de alongamento e depois o arremessarmos novamente em longas horas de esforços extremos e repetitivos achando que estes exercícios melhorarão suas condições de saúde, é querer escamotear às raízes do problema, que estão cravadas sobre a intensificação do trabalho pelo pagamento por produção para manutenção da extração de mais valia do trabalhador.

5.3.5 Alimentação

Há tempos a carência nutricional é apontada por estudos como um dos fatores influentes na potencialização do desgaste físico do cortador de cana, com evidências da perda de peso e de gordura corporal, aumento de massa magra e alterações importantes de marcadores bioquímicos de inflamação crônica e sistêmica (DESAI et al, 1980; LUZ, 2010) e apontamentos para a necessidade do uso de suplementos para a melhoria da qualidade de vida e saúde destes trabalhadores (SILVA NETA, 2009).

Ações da Vigilância em Saúde do Trabalhador Canavieiro de São Paulo em 2008 também demonstraram problemas quanto à qualidade e quantidade da água disponibilizada, assim como da alimentação dos trabalhadores de 156 das 182 usinas ativas no estado com os resultados levantam a causa de problemas de saúde devido à organização e logística daquele processo produtivo, indicando a necessidade de normatização das condições sanitárias nestas frentes de trabalho.

Sobre a ingestão de água um dos trabalhadores levantou a seguinte condição: “Lá é 40, 50 braças, 30 braças sem tomar água. Eu tiro, eu! Os cara consomem muita água também, 8, 9L de água por dia”. (GF 2)

Sua referência dialoga com os achados de Luz et al (2014) que encontraram um consumo mínimo de 5L e máximo de 10L de água diários durante a jornada de trabalho,

independente da época do ano, que variava conforme a quantidade de esforço e temperatura ambiente.

Um dos entrevistados discute sobre a qualidade da água disponibilizada e fala impressionado sobre a quantidade consumida pelos trabalhadores

Eles levam uma garrafa de casa e a usina tem poço artesiano, nele foi até feita uma análise na água, se era boa. Então cada carro anda com um galão grande, dependendo do tanto de pessoas, um anda com uma caixa, outros que a turma é maior, duas. E também o gelo. Quer dizer, essa água, ela fornece uma água de qualidade e gelada. Quando é assim, 10h eles acabaram a garrafa que eles levaram. Um absurdo né, 5L! E eles já tem tomado, aí abastecem novamente. A maioria... quantas vezes quiser, a água sempre sobra, mas a maioria só abastece uma vez. 10L é o suficiente, mas tem deles que tomam 15L. A gente só acredita vendo né, uma pessoa! 10L já é muito e 15L? Isso no carro tem 2 ou 3 desse, a média é 10L de água por dia. (E₁)

Sobre a alimentação dos trabalhadores alagoanos foi colocado que

A comida é da gente. Na usina Y dão um suco [suplemento hidroeletrolítico]. Na usina Z tem um pãozinho, um melzinho pra tapiar, tem um suco natural. Pão com alguma coisa, tem a manteiga, uns negocinho lá, tem doce, de vez em quando vem um queijinho. (GF 2)

É feijão com farinha né. É de casa. Leva arroz, leva macarrão. É o que tiver, é farinha seca, é o arroz branco. Às vezes o cara teve problema em casa, vai sem nada, come mais o outro. (risos) Não ri, não, sério mermo. Tem colega meu que eu já levei comida para ele lá, que não leva nada. (GF 1)

Em pesquisa realizada com outros cortadores de cana do mesmo município, entre os quais havia alguns das mesmas usinas em questão atualmente, Santos e Plancherel (2011) constataram a presença de insegurança alimentar leve a moderada na maioria das famílias de cortadores entrevistados, onde 100% das famílias se localizavam na linha de pobreza, sobrevivendo com uma alimentação quali e quantitativamente limitada à renda – que estava comprometida 45% em alimentação e com um déficit de 22,8% do valor mínimo considerado para uma cesta básica, reafirmando a precariedade das condições de vida destes trabalhadores.

De acordo com o Compromisso Nacional a exigência é que as usinas ofertem um depósito seguro para que os trabalhadores guardem sob temperatura adequada a alimentação trazida de casa, assim como forneçam local apropriado para realização das refeições, esta última, exigência da determinação do item 31.23.4.3 da NR 31, presente também nas cláusulas dos acordos coletivos. Neste quesito todos os trabalhadores admitiram o recebimento das marmitas para acondicionamento, mas ainda reclamaram de insuficiência de espaço e cadeiras quando das condições do momento da alimentação, preferindo muitas vezes se alimentar dentro do eito.

A comida é o trabalhador que leva, a famosa boia-fria. Olha uns deixam no carro, outros deixa encostadinho no eito, porque quando é 11h eles vem. Fica na cadeira que ele tá sentado [dentro do ônibus]. Então 11h larga para almoçar. Tem um toldo, ao lado do ônibus, ele já é instalado no ônibus, aí a gente arma e o pessoal almoça naquele toldo. Alguns... não cabe tudo, só cabe 24 pessoas, é duas vezes para almoçar. Tem cadeira, tem mesa, tem tudo isso, só que não dá para almoçar tudo de uma vez, é de duas vezes. (E₁)

O carro tem aquela lona, a casinha, aí o carro vem... Toda usina agora botaram aquelas lonazinha, leva cadeira... [...] Do que adianta, um barraquinho desse tamanho assim, como daqui-ali, quando acabar meio mundo de pessoas. Foi dois lá de baixo e fica o resto lá fora, debaixo do sol quente. Pra mim é melhor, no meio do corte da cana, fazer um barraquinho, quem nem eu faço mais o *fulano*, nós fica de baixo, come sossegado. (GF 1)

Reafirmamos então nossos destaques ao item da alimentação pautado pelo Compromisso à medida que apenas a garantia de distribuição de marmitas térmicas e um local adequado para realização das refeições é insuficiente para o suporte das necessidades destes trabalhadores, não havendo justificativas de bases concretas para a recusa dos usineiros em não fornecer alimentação sob o argumento de que “o sistema para saciar a fome dos trabalhadores seria muito caro e complexo” (REIMBERG, 2009b).

A medida proposta para conservação das refeições visa garantir a segurança microbiológica dos alimentos a partir da RDC nº216 de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que exige a conservação do alimento após cocção à temperatura superior a 60°C por, no máximo, seis horas, reduzindo assim as conhecidas boias-frias. Entretanto, diante da elevação do número de óbitos de trabalhadores devido às desordens fisiológicas pelo trabalho levado à exaustão, a garantia de uma alimentação adequada em quantidade e qualidade poderia reduzir a ocorrência das desordens fisiológicas desencadeadas pelas jornadas intensas e extensas de trabalho.

E a saída possível já existe desde a década de 1970 com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)¹⁴ (Lei nº6.321, de 14 de abril de 1976), que objetiva melhorar a saúde do trabalhador a partir da sua situação nutricional, com prioridade para o atendimento de trabalhadores de baixa renda.

¹⁴ As exigências nutricionais do programa consideravam apenas a densidade energética (1.400kcal para as refeições principais - almoço, jantar e ceia e 1.600kcal para trabalhos com alto nível de esforço físico) e proteica (mínimo de 6% do valor calórico total) para uma jornada diária de 8h. Com a instituição da Portaria nº.193 em 2006, considerando a mesma jornada de trabalho, os parâmetros nutricionais passaram para 600 a 800kcal nas grandes refeições, com distribuição balanceada de macronutrientes (carboidratos, proteínas e gorduras), considerações sobre o teor de fibras e sódio e obrigatoriedade do oferecimento de, pelo menos, uma porção de fruta e uma porção de verduras ou legumes em cada grande refeição.

Em 2006 o programa passou por uma reestruturação dos seus parâmetros nutricionais com o objetivo de readequar-se ao perfil nutricional da população brasileira e dos trabalhadores, com melhorias no teor de micronutrientes (vitaminas e minerais) e fibras (Portaria nº193 de dezembro de 2006). Contudo, ao discutir as possibilidades de implementação do PAT no setor canavieiros, Luz et al (2010) mencionam diversos estudos que demonstram elementos que interferem na sua efetivação, tais como um baixo impacto nas condições de saúde, influência positiva sobre o absenteísmo, maior adesão por pequenas e médias empresas dos centros urbanos, relação com o aumento do sobrepeso e obesidade e desconhecimento dos gestores locais sobre seus objetivos. A autora aponta ainda que um dos pontos que mais interferem para a não adesão dos empregadores rurais é justamente a não obrigatoriedade da sua implantação.

Um fato interessante encontrado em nossas pesquisas foi a condição da implementação do PAT aparecer entre os prêmios propostos pela Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE), se apresenta enquanto uma possibilidade de medida de incentivo ao trabalhador no desempenho de suas atividades (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SERGIPE, 2011).

5.3.6 Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

Um dos pontos do Compromisso Nacional debatidos com mais afinco foi a disponibilidade dos EPIs, que de acordo com o documento, em consonância com a NR 31, deve ser fornecido gratuitamente ao trabalhador, com qualidade e garantia certificadas, fazendo sempre o esforço de adequação e melhoria ao trabalho rural, assim como de conscientização dos trabalhadores sobre a importância do seu uso.

Entre os grupos focais e entrevistados, o fornecimento gratuito dos EPIs foi confirmado pelos trabalhadores. As ressalvas realizadas se deram principalmente sobre a qualidade dos materiais e a frequência de disponibilização dos mesmos:

... a usina dá a garrafa, a usina dá o mangão, a usina dá a bota, e a usina dá caneleira, dá lima... É o material que ela dá, ela dá todo material. Os óculos... sim, mas quando falta alguma coisa, o caba fica quase uma semana sem pegar. Agora quando termina a moagem pode ir todo rasgado, só o molambo, agora tem que entregar. (GF 1)

Eles que dão. Na Usina X, quando vem dá uma luva não tem nem graça, fica com os dedos do lado de fora. Já comprei umas duas. E o facão já consertei várias vezes. Na

Usina Y é igual. [...] Usina Y o cara falou para ir lá uma vez por mês ver como está a bota, mas o pessoal trabalha 5 meses e não vai nenhuma vez. (GF 2)

Quando a gente foi fichar, disse que ia ter uma pessoa, que se não usasse o óculos ia ganhar suspensão de um dia ou de dois dias. Eu mesmo usava todo dia porque gosto, mas tem gente que bota no boné ou bota aqui oh?! E quando acontece um acidente? Não tem ninguém fiscalizando. Não tem porque os óculos já tão arranhado aí você pede pra trocar e não tem. Eu mesmo, o meu tá arranhado, aí deixo na bolsa, não da pra usar?!”(GF 2)

Silva (2011) nos lembra de que, ainda que sejam instrumentos que podem preservar a vida do trabalhador, a utilização dos EPIs apresenta particularidades quando se trata do trabalhador rural. Segundo ele, do ponto de vista do trabalhador, mesmo sabendo do potencial de proteção há certo desinteresse em dar importância ao uso, pois ainda não está internalizado este processo, além do que eles apresentam dificuldades na adequação dos instrumentos às suas diversas situações de uso. Já do ponto de vista do empresariado, o debate dos EPIs se pauta pelas suas condições de aquisição, que mesmo existindo normatizações a seguir, o fator custo é imperativo e muitas vezes leva à distribuição de equipamentos de baixa qualidade, que conseqüentemente repercute em dificuldades de uso pelos trabalhadores.

Do esforço realizado para conscientização e garantia do uso e adequação dos EPIs um dos entrevistados referiu

A usina já trocou diversas vezes ou de óculos, lentes, que são uns óculos baratos né, mas tem uns que é melhor para trabalhador. no suor ele embaça né, trabalhador não vê direito. Já tem outros que acho até que é conversa, porque o tipo de óculos que a gente tem, a maioria trabalha. Então, a gente tem que ter muito cuidado porque a gente é penalizado, quem tá tomando conta. Porque as vezes leva advertência, suspensão, trabalhador também. Tem os seguranças do trabalho que sempre acompanham. (E₁)

Veiga et al (2007, p.67) referem que “a legislação brasileira é ingênua em relação aos EPIs quando aceita universalmente que o uso desses produtos deve eliminar ou neutralizar a insalubridade, assumindo que a proteção do trabalhador ao usar o EPI é eficiente”. Os autores discutem a partir do estudo em relação aos agrotóxicos, que muitas vezes há uma proteção parcial do trabalhador, porém há no Brasil um subdimensionamento dos casos, pois a penalização dos responsáveis dependente das fiscalizações é deficiente. Ou seja, os EPIs além de não eliminar ou neutralizar a insalubridade, ainda agravaram a contaminação dos trabalhadores rurais em algumas atividades.

Oliveira (2011) reforça tal posição quando observa que a saída para a proteção da saúde dos trabalhadores muitas vezes tem sido marginal, ficando restrita ao uso dos EPIs,

enquanto suas condições de trabalho permanecem as mesmas – a exemplo a necessidade de um salário fixo adequado e não mais por produção. O autor ressalta ainda que apesar dos EPIs darem certa proteção contra exposição excessiva ao sol e possíveis cortes ou picadas de animais peçonhentos, eles não evitam as doenças relacionadas ao trabalho, causadas pelo movimento repetitivo e os mal estar.

Neste sentido fica evidente que a implementação do uso de EPIs nas usinas se devem mais ao medo de ser penalizadas por uma fiscalização do MT, do que necessariamente à uma preocupação com a saúde do trabalhador, já que é a mais eficiente ao patronato fornecer EPIs do que instituir outras medidas de proteção, com mudanças no processo e organização do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do modelo flexível das relações de trabalho o processo de captura da subjetividade é mais uma estratégia da ampliação do valor usada para acumulação capitalista, e é justamente nesta dimensão que se aloca o Compromisso Nacional.

Entende-se que o acordo em questão se estabeleceu como um mecanismo de promoção das empresas sucroalcooleiras brasileiras para a garantia de acesso ao mercado mundial. Para isso, a utilização dos parâmetros do “trabalho decente” da OIT foi estratégica, à medida que o discurso de democracia participativa das práticas de negociações tripartite pode diluir os conflitos de classes existentes, potencializando a legitimação da reestruturação produtiva do setor e a flexibilização de suas relações de trabalho.

O intento de debater as condições de trabalho e saúde dos cortadores de cana-de-açúcar do estado de Alagoas no contexto do Compromisso Nacional revelou quão distante ainda se encontra a situação destes trabalhadores para o reconhecimento de um trabalho efetivamente decente - se é que existe esta possibilidade diante do grau de exploração física e psíquica que esta atividade confere ao trabalhador.

O desconhecimento do acordo por parte dos cortadores alagoanos e a fragilidade da relação entre trabalhadores canavieiros e seus sindicatos, principalmente diante das peculiaridades da organização sindical rural no estado, demonstraram as possíveis causas das dificuldades de acompanhamento do cumprimento das condições pactuadas, ainda que estas não tragam nada de diferente das convenções coletivas comumente realizadas.

Das condições de trabalho o que se encontrou foi a manutenção da precariedade do trabalho, intensificada sob os mais diversos mecanismos de exploração da força de trabalho do setor. O Compromisso Nacional acabou por contribuir ao setor canavieiro como mais um elemento para a legitimação da desregulamentação do trabalho canavieiro, permitindo o aprofundamento dos processos de degradações socioambiental e das condições de trabalho nos canaviais, que reforçam o status de superexploração da categoria.

A intensificação da exploração da força de trabalho imposta pelo aumento da quantidade de cana cortada durante jornadas extenuantes põem em risco a saúde e a vida destes trabalhadores, que pela obrigação da produtividade na pressão da necessidade de manutenção do seu emprego, assim como na busca incessante de aumentar seus ganhos

devido o pagamento por produção, ficam submetidos ao capital agroindustrial num processo de alienação do produto do seu trabalho e da sua própria saúde.

Sobre as condições de risco à saúde do trabalhador canavieiro, cabe destacar aqui o pagamento por produção, apontado por tantos estudiosos como um dos principais vilões deste processo de trabalho, por se ajustar à acumulação flexível, reduzindo o valor da força de trabalho e levando o trabalhador aos seus limites para a garantia de uma renda minimamente digna. Compreendemos que a eliminação do salário por produção por si só não resolveria o complexo ciclo de precariedade em que estes trabalhadores se encontram, mas acreditamos sim ser um elemento-chave na luta pela garantia do bem estar físico dos cortadores de cana.

A respeito do quadro de mecanização no estado e da iminência do desemprego em massa percebemos que mesmo com propostas de programas compensatórios, ainda não há uma garantia de qualificação e/ou requalificação da categoria para ocupar outros postos de trabalhos, o que nos leva a temer pelas condições de vida destes trabalhadores num futuro próximo.

Em síntese, o caso estudado ao dar voz aos cortadores alagoanos apresenta o Compromisso Nacional a partir de um ângulo diferente de outros estudos. Ainda que ratifiquem sua insuficiência, como tantas análises já deparadas, o que ocorreu foi que para estes trabalhadores foi dada a oportunidade de conhecer o pacto e, através dos seus próprios relatos, refletirem coletivamente sobre as condições de trabalho e saúde a que estão submetidos, gerando questões discutidas entre eles dos porquês das ações pactuadas não estarem sendo cumpridas até então e o papel dos sindicatos e de cada trabalhador neste processo.

Para Breilh (2008b), quando tornamos públicas as evidências científicas sobre os efeitos negativos em saúde derivados da iniquidade social e da injustiça, não apenas divulgamos evidências, como também fazemos uma denúncia. Para além de contribuir com a difusão do conhecimento acadêmico sobre “as causas das enfermidades”, é imperativo reportarmos à mobilização daqueles agentes sociais interessados em erradicar tais iniquidades e injustiças.

Considera-se, portanto, de extrema importância aprofundar os estudos e discussões sobre a responsabilidade do Estado e das empresas na garantia de condições de trabalho no setor canavieiro, para além do cumprimento de ações já institucionalizadas, ao passo que a

conformação do trabalho no modelo flexível torna ainda mais complexa a compreensão das determinações sociais da saúde e a construção de ações concretas de mudanças.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional. **Edital de credenciamento, seleção e habilitação de entidades para a execução de ações do Programa Amigo Trabalhador – PAT. SETEQ/ AL/2014 nº 001/2014**. Disponível em: <<http://www.trabalho.al.gov.br/programa-amigo-trabalhador>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. A cana-de-açúcar e a sua contribuição para a formação social de alagoas e do nordeste brasileiro - um breve ensaio. **Revista Palavrando**, Penedo, v. 1, n. 1, p. 59-67, 2007. Disponível em: <<http://palavrando.frm.edu.br/index.php/mundo/article/view/1/5>>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p.111-121, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000600010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- ALESSI, Neiry Primo; SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. A saúde do trabalhador do corte da cana-de-açúcar. In: ALESSI, Neiry Primo et al. **Saúde e Trabalho no Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994. p.121-151.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, n. 3, p.90-98, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/7496/9009>>. Acesso em: 13 jan. 2008.
- _____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EduFScar, 2007. p.21-54.
- _____. Processo de Trabalho e Danos à Saúde dos Cortadores de Cana. **Inter-Facehs: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 3, n. 2, abr./ago. 2008. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=145>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- _____. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**. Revista do Centro de Estudos Rurais. Campinas, vol. 3, n. 1, p.153-178, 2009.
- ALVES, Francisco; NOVAES, José Roberto P. Dinâmica do Mercado de Trabalho no Setor Sucro-alcooleiro. In: GALEAZZI, Maria Antônia M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania: a contribuição das universidades paulistas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996. p.301-318.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.216-225, dez. 2009.

ANDRADE, Claudia. "Não virou maravilha, mas estabelecemos novo paradigma", diz Lula sobre acordo que beneficia boias-frias. **UOL Notícias**, São Paulo, 25 jun. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/25/ult5772u4489.jhtm>>. Acesso em: 5 Out. 2012.

ANDRADE Jr., José Roberto Porto; MANIGLIA Elisabete. Modernização perversa e degradação ambiental através da proibição gradativa da queimada da cana de açúcar. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org). **Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: Unesp-Cultura Acadêmica, 2011. p. 283-297.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008: agricultura para o Desenvolvimento**. Washington, 2007. Disponível em: <<http://wdronline.worldbank.org/worldbank/a/langtrans/28>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BATISTA, Fabiana. Desembolsos do BNDES para o setor sucroalcooleiro já superam 2012. **NovaCana**, [s.l.] 30 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/investimento/desembolsos-bndes-aportes-agricolas-usinas-300713/#>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

BENETTI, Maria Domingues. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p.149-160, 2009. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2220/2620>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976**. Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador. Brasília, 14 abr.1976. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A454D74C101459AB9B9B46DF4/Lei%20n%C2%BA%206.321%201976%20com%20altera%C3%A7%C3%B5es%20pela%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20n%C2%BA%202.164-41,%20de%202001.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5 de 14 de janeiro de 1991**. Regulamenta a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que trata do Programa de Alimentação do Trabalhador. Brasília, 14 jan. 1991. Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081450918530145186AAD0354AB/Decreto%20n%C2%BA%205,%20de%2014%20de%20janeiro%20de%201991%20-%20Vers%C3%A3o%20atualizada.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

_____. **Anuário estatístico de agroenergia 2012**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/anuario_agroenergia_web_2012.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Estudo sobre as convenções coletivas da categoria canavieira: São Paulo, Pernambuco e Goiás, 1989-2005**. São Paulo: DIEESE, 2007.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeat-2013/estatisticas-de-acidentes-do-trabalho-2013/subsecao-a-acidentes-do-trabalho-registrados/tabelas-a-2013/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeat-2011/aeat-2011-secao-i-estatisticas-de-acidentes-do-trabalho/aeat-2011-secao-i-estatisticas-de-acidentes-do-trabalho-subsecao-a-acidentes-do-trabalho/aeat-2011-secao-i-estatisticas-de-acidentes-do-trabalho-subsecao-a-acidentes-do-trabalho-tabelas/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF91BAE4A6A38/p_20050303_86.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Portaria n.º 2546 de 14 de dezembro de 2011**. Altera a Norma Regulamentadora n.º 31. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C01345615AF507D69/Portaria%20n.%C2%BA%202546%20\(Altera%20a%20NR-31\)%20M%C3%A1quinas%20e%20Equipamentos.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C01345615AF507D69/Portaria%20n.%C2%BA%202546%20(Altera%20a%20NR-31)%20M%C3%A1quinas%20e%20Equipamentos.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Portaria Interministerial n.º 66, de 25 de agosto de 2006. Altera os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 2006. Seção 1, p. 153. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/704703/pg-153-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-08-2006>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de n.º 24 de novembro de 2010**. Cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12937.htm>. Acesso em: 5 out. 2012.

_____. **Resolução n.º 1, de 23 de maio de 2012**. Dispõe sobre o mecanismo de reconhecimento de empresas que aderirem ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e cumprirem as práticas empresariais nele contidas. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/24070/2012_res0001_pr.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 out. 2012.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocana-deacucar.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar**. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas/compromisso-nacional-para-aperfeicoar-as-condicoes-de-trabalho-na-cana-de-acucar>>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. Portaria de 23 de agosto de 2011. Designa os membros para integrar a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2011a. Seção 2, p. 1. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/canadeacucar/publicacoes-e-documentos/portaria-nomes-comissao-cana-de-acucar>>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. **Resultado da Chamada Pública nº 1/2011**. Resultado final da seleção para credenciamento de empresas de auditoria independente para verificação do cumprimento de práticas empresariais. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/canadeacucar/publicacoes-e-documentos/empresas-de-auditoria-selecionadas>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BREILH, Jaime. Pilhagens, Ecossistemas e Saúde. In: MIRANDA, Ary Carvalho et al. (Org). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008. p. 159-182.

_____. Uma Perspectiva Emancipadora da Pesquisa e da Ação Baseadas na Determinação Social da Saúde. In: Taller Latinoamericano de Determinantes Sociales de la Salud, 2008, Cidade do México. **Taller ...** [S. l.]: Universidade Autônoma do México: Alames, 2008. Disponível em: <<http://www.alames.org/documentos/ponencias.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

_____. **El nuevo imperialismo: despojo, derechos sociales y la domesticación de la salud**. Cuenca: Universidad de Cuenca. Facultad de Ciencias Médicas, 2004. Disponível em: <<http://ebookbrowse.net/gdoc.php?id=615644284&url=53b3ef0358b33f70a113d72a3a54f57d>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

CARVALHO, Cícero Pérciles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 2009.

CARVALHO, Severino. Passo do Camaragibe. Acidente mata um e fere seis. Ônibus que transportava canavieiros perde controle e cai em ribanceira. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 14 jan. 2014. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=237413>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

CARVALHO, Simone Pereira de; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. **Revista de Economia de Sociologia Rural**, Brasília, v. 49, n. 3, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2014.

CARVALHO, Thyago Augusto de. Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **PUC Viva**, São Paulo, n. 33, out. 2008. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/39-edicao-33/425-os-trabalhadores-dosetor-sucroalcooleiro>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CAVALCANTI JÚNIOR, Edivaldo. AL vai perder mais de 50 mil empregos este ano com crise da cana. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 22 set 2013. Disponível em: <<http://blogsdagazeta.com.br/edivaldojunior/politica/al-pode-vai-perder-mais-de-50-mil-empregos-este-ano-com-crise-da-cana>>. Acesso: 20 jan. 2014.

_____. Deputada une forças com Fetag-AL em defesa do “Amigo Trabalhador”. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 02 abr. 2015. Disponível em: <<http://blogsdagazetaweb.com.br/edivaldojunior/politica/deputada-une-forcas-com-fetag-al-em-defesa-do-amigo-trabalhador/>>. Acesso: 20 abr. 2015.

CECCATO, Aline Duarte Ferreira et al. Absenteísmo por doença ocupacional de trabalhadores rurais no setor canavieiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.30, n. 10, out. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014001102169&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Agrotóxicos e Usinas de cana-de-açúcar condenam trabalhadores à morte na zona da mata de PE**. Recife, 20 maio 2011. Disponível em: <<http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/agrot%C3%B3xicos/2853-agrotoxicos-e-usinas-de-cana-de-acucar-condenam-trabalhadores-a-morte-na-zona-da-mata-de-pe29.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Brasil). **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, terceiro levantamento, abril/2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_04_09_10_30_34_boletim_cana_portugues_abril_2013_4o_lev.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

_____. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **A banalização da injustiça social**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.15-47.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, ano 3, n. 30, p.1-34, fev. 2007.

_____. **Do estudo sobre as convenções coletivas da categoria canavieira em São Paulo, Pernambuco e Goiás nos anos de 1989, 1995 e 2005**. jul. 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/cedoc/3024.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

DESAI, I. D. et al. Food habits and nutritional status of agricultural migrant workers in Southern Brazil. **American Journal of Clinical Nutrition**. Bethesda, n. 33, p.702-14, 1980. Disponível em: <<http://ajcn.nutrition.org/content/33/3/702.long>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005, Igarassu. **Organização do Trabalho e Controle da Produção, Acidentes e Doenças, Migração e Transporte, Terra e moradia**. Igarassu: Fundacentro, 2005. Disponível em: <<http://www.nrcomentada.com.br/download/relatorios/6NORDESTE%20%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

ESPÍNDOLA, Adriana Andrade. Processo de Certificação do Etanol Brasileiro. **Revista de Ciências Gerenciais**, Valinhos, v. 13, n. 17. 2009. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rcger/article/view/781>>. Acesso em: 5 out. 2012.

FERREIRA, Leda Leal et al. **Análise Coletiva do Trabalho dos contadores de cana da região de Araraquara, São Paulo**. São Paulo: Fundacentro, 1998.

FERREIRA, Leda Leal. Dois estudos sobre o trabalho dos petroleiros. **Production Journal**. São Paulo, v. 6, n.1, p. 7-32, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v6n1/v6n1a01>>. Acesso em: 5 maio 2014.

_____. A Análise Coletiva do Trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v. 2, n. 78, p.7-19, 1993.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SERGIPE. **Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011**. Disponível em: <<http://fetase.org.br/convencao-coletiva-de-trabalho-20102011/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

GALVÃO, Rodrigo. Trabalhador morre cortando cana-de-açúcar - “Deus lhes pague”. **Sindinotícias**, [S. l.], 2010. Disponível em: <http://www.sindinoticias.com/noticias,8087,uma_reflexao_trabalhador_morre_cortando.html>. Acesso em: 5 out. 2012.

GRAY, David E. Desenho de Pesquisa: Métodos Qualitativos. In: GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso, 2012. p.135-162.

_____. Elaborando o desenho de estudos de caso. In: GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso, 2012. p.201-225.

GUANAIS, Juliana Biondi. **No eito da cana, a quadra é fechada**: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

_____. O pagamento por produção e a degeneração física dos cortadores de cana: uma íntima conexão. In: SANT’ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.). **Questão agrária e saúde do trabalhador**: desafios para o século XXI. São Paulo: UNESP-Cultura Acadêmica, 2011. p.265-280.

_____. O salário por produção enquanto uma estratégia empresarial: estímulo à intensificação do trabalho dos cortadores de cana brasileiros. **International Journal On Working Conditions**, Porto, n. 3, jun. 2012. Disponível em: <http://ricot.com.pt/artigos/1/J.Guanais_pp.65.84.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. 201p.

HASHIZUME, Maurício. Repleto de problemas, "compromisso nacional" para melhorar as condições de trabalho da cana perde validade. **Repórter Brasil**, São Paulo, 22 jul. 2013.

Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/472>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

_____. MPT pede cassação de "selo social" concedido a usinas pelo Planalto. **Repórter Brasil**, São Paulo, 30 dez. 2012. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2012/10/mpt-pede-cassacao-de-quot-selo-social-quot-concedido-a-usinas-pelo-planalto/>>. Acesso em: 8 nov. 2012.

HEREDIA, Beatriz Aladia de. **Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT-CNPq, 1988.

HUGO, V. Barbárie avança: Planos de Lula e Bush reduzem vida útil dos cortadores de cana de São Paulo àquela dos escravos do Século XIX. **World Socialist Web Site**. [S. l.], 10 maio 2007. Disponível em: <<http://www.wsws.org/pt/2007/may2007/port-m10.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KVALE, Steinar. **Interviews: an introduction to qualitative research interviewing**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

LAAT, Erivelton Fontana de. et al. Impacto sobre as condições de trabalho: o desgaste físico dos cortadores de cana-de-açúcar. In: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Impactos da Indústria Canavieira no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008, p.36-48.

LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. **Mesa Nacional de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar**: um espaço de participação. Trabalho de conclusão de curso (especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/monografias/Antonio%20Roberto%20Lambertucci.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, n.2, p.7-25, 1981. Disponível em: <http://historiademedicina.homestead.com/Laurell-La_salud_-_enfermedad_como_proceso_social.docx>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana**: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990. 2001. Dissertação (mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

_____. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de Integração Nacional**. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LIMA, Eduardo Sales de. Mais máquinas, mesma exploração. **Brasil de Fato**, São Paulo, 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6578>>. Acesso em: 3 out. 2012.

LOUREIRO, Fernanda. Cortador de cana tem indenização maior no TST por falta de acesso a banheiro. **TST-JUS**, Brasília, 12 fev.2014. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/de/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/7834279 >. Acesso em: 5 mar. 2014.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Iris Fenner. Degradação da saúde: determinantes sociais para a saúde dos trabalhadores da agroindústria canavieira. In: SANT'ANA, Raquel et al. (Org). **O Averso do Trabalho II: Trabalho, Precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.367-397.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Degradação do Trabalho e Agravos à Saúde dos Trabalhadores no Setor Agroindustrial Canavieiro. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 13, nº 2, p.20-45, dez.2012.

LUZ, Verônica Gronau. **Desgaste nutricional e consumo alimentar de migrantes safristas cortadores de cana**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LUZ, Verônica Gronau et al . Consumo alimentar e condições de trabalho no corte manual de cana de açúcar no estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, nº 4, p. 1316-1328, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401316&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MARCATTO, Celso; SCHLESINGER, Sergio; OVERBEEK, Winfridus. Cortina de fumaça: o que se esconde por trás da produção de agrocombustíveis. **ActionAid**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/cortinaFumaca_PT.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 10. ed. México: Era,1990. Versão digitalizada. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 5 maio 2014.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, México, 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm#9>. Acesso em: 5 maio 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1.

MINAS GERAIS, Tribunal Regional do Trabalho (3ª Região). Turma defere a cortador de cana as mesmas pausas previstas para os digitadores., Belo Horizonte, 18 nov. 2014. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/noticias/no_noticias.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=11517&p_cod_area_noticia=ACS>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MINAYO-GOMEZ, Carlos. Produção de conhecimento e intersectorialidade em prol das condições de vida e de saúde dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000900002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2012.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000600003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. A influência dos sindicatos nos salários do setor sucroalcooleiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 3, set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MOREIRA, Emília de Rodat F. et al. **Espaço Agrário, Condições de Vida, Trabalho e Saúde**. Trabalho apresentado em VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999. p.1-11. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/f1e3cf567f726ac703256f8e00452c78/\\$FILE/NT000A4DD2.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/f1e3cf567f726ac703256f8e00452c78/$FILE/NT000A4DD2.pdf)>. Acesso em: 2 fev.2014.

NOVACK, Tatiana. **A dupla visão da ginástica laboral no corte manual de cana-de-açúcar: profissionais e cortadores**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2010. Disponível em: <http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3716>. Acesso em: 5 abr. 2015.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n. 59, p.167-177. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 mar. 2008.

OLIVEIRA, Regina Márcia Rangel de. **A abordagem das lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho - LER/DORT no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo - CRST/ES**. 2001. Dissertação (Mestrado), Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2001. p.143. Disponível em: <http://portaldesic.iciet.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00005104&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2015.

OLIVEIRA, Gérson de Souza. O mal estar do trabalho no corte da cana-de-açúcar: superexploração dos trabalhadores migrantes no Pontal do Paranapanema-SP. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org). **Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.235-247.

OLIVEIRA, Wagner. Morte de 10 agricultores no Agreste reacende debate sobre segurança na migração de cortadores de cana. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 fev. 2014. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/02/26/interna_vidaurbana,491382/morte-de-10-agricultores-no-agreste-

reacende-debate-sobre-seguranca-na-migracao-de-cortadores-de-cana.shtml>. Acesso em: 5 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_nacional_trabalho_decente_536.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014.

PADRÃO, Luciano Nunes. O trabalho na cana-de-açúcar, reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n. 1, jan./mar. 1997. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza; SANTOS, Charles. O “canguru” no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. **Revista RET**, Marília, ano 4, n. 7, p.115-136, 2010.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza. Antigas e recentes configurações do trabalho canavieiro. **Revista Latitude**, Maceió, v. 5, n. 1, p.07-51, 2011.

PORTO, Marcelo Flirpo. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 mar. 2014.

PYL, Bianca. Fiscalização liberta 95 de trabalho escravo no Rio de Janeiro. **Repórter Brasil**, São Paulo, 27 set. 2010. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/09/fiscalizacao-liberta-95-de-trabalho-escravo-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

REIMBERG, Maurício. Governo prepara protocolo; alimentação é cara, dizem usineiros. **Repórter Brasil**, São Paulo, 02 jun 2009a. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/06/governo-prepara-protocolo-alimentacao-e-cara-dizem-usineiros/>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

_____. Patrões não comprovam alto custo de comida para cortadores. **Repórter Brasil**, São Paulo, 4 ago. 2009b. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/08/patroes-nao-comprovam-alto-custo-de-comida-para-cortadores/>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

REPÓRTER BRASIL. **O etanol brasileiro no mundo: os impactos socioambientais causados por usinas exportadoras**. São Paulo, maio 2011. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Canafinal_2011.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.

ROCHA, Fernanda Ludmilla R.; MARZIALE, Maria Helena P.; ROBAZZI, M^a Lucia do Carmo C. A pobreza como fator predisponente ao adoecimento de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692007000700004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2008.

ROCHA, Graciliano; BANDEIRA, Luiza. Acidente mata 33 cortadores de cana na BA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/12880-acidente-mata-33-cortadores-de-cana-na-ba.shtml>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

RODRIGUES, Allan; NAGAMINE, Hércio. A morte por trás do etanol. **Istoé Independente**, São Paulo, 28 mar. 2007. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/2136_A+MORTE+POR+TRAS+DO+ETANOL>. Acesso em: 8 nov. 2010.

RODRIGUES, Lino. Compromisso para gringo ver: Denúncias trabalhistas atingem um terço das usinas de cana com selo de empresa responsável. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/compromisso-para-gringo-ver-5549753>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. In: SANT'ANA, Raquel et al. (Org). **O Avesso do Trabalho II: Trabalho, Precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.343-366.

SANTINI, Daniel. Usina não registrou transporte de cortadores mortos em acidente. **Repórter Brasil**, São Paulo, 07 dez. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2011/12/usina-nao-registrou-transporte-de-cortadores-mortos-em-acidente/>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

SANTOS, André Luiz da Silva; PEREIRA, Eugênia Cristina Gonçalves; ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti. A Expansão da Cana-de-Açúcar no Espaço Alagoano e suas Consequências sobre o Meio Ambiente e a Identidade Cultural. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.2, n. 4, ago. 2007. p.19-37. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11824/10572>> Acesso em: 27 fev. 2008.

SANTOS, Carla Caroline Silva dos. PLANCHEREL, Alice Anabuki. (IN)Segurança Alimentar de Famílias de Trabalhadores Canavieiros em Alagoas. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna. (Org). **Trabalho e Capitalismo Contemporâneo**. 1. ed. Maceió: EDUFAL, 2011. p.198.

SANTOS, Charles dos. Trabalho e saúde na agroindústria sucroalcooleira alagoana. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/29468/31327>>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **“Serviço pesado”**: uma análise das condições de saúde do trabalhador canavieiro alagoano. Trabalho apresentado no XIV CISO – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife, 2009. Disponível em: <http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_307.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2009.

SANTOS, Sérgio Silva dos. **O cultivo da cana no Estado de Alagoas**: uma análise comparativa do estado de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHLESINGER, Sergio. **Dois casos sérios em Mato Grosso**: a soja e a cana de açúcar. 1. ed. Mato Grosso: Formad, 2013. Disponível em: <<http://fase.org.br/wp->

content/uploads/2013/06/LIVRO_completo_soja_cana_acucar_FASE_MT.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.147-61, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n.8, p. 74-108, jul-dez. 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?” **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.359-391, 2013.

_____. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p.11-46, 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4751/4053>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. Trabalho nos canaviais, o que mudou? **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/mundo-do-trabalho/trabalho-nos-canaviais-o-que-mudou?page=full>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. **Interfaces: Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, São Paulo, v.3, n. 2, abr./agosto 2008.

_____. **A face oculta do agribusiness do açúcar e álcool no Brasil**. Trabalho apresentado no VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural (ALASRU). Quito/Equador. 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/04-GT-Maria-Aparecida-de-Moraes-Silva.doc>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida; RIBEIRO, Jadir Damião. Estado e regulação das relações de trabalho nos canaviais do Brasil. In: BAENINGER, Rosana; MACIEL, Lidiane (Org.). **Região Administrativa Central**. Campinas: Nepo, Unicamp, 2013. p.61-84. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_12.pdf>. Acesso em: 5 maio 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 maio 2014.

SILVA, Paulo Candido da. **Paradeiros e revoltas dos Canavieiros Alagoanos entre 2007 e 2009**. 2011. Tese (Doutorado) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

SILVA NETA, Maria de Lourdes da. **Perfil nutricional e de saúde de cortadores de cana nordestinos migrantes no sudeste do Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

STAKE, Robert E. Métodos – coletando dados. In: STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011. p.101-118.

TAMBELLINI Anamaria Testa; CÂMARA VM. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p.47-59, 1998.
TAMBELLINI, Anamaria Testa. Sustentabilidade e sustentabilidade: um debate sobre a concepção de uma sociedade sustentável. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n.6, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 mar. 2015.

TAVARES, Maria Augusta; LIMA, Roberta Oliveira Trindade de. A "liberdade" do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, nº 2, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 mar. 2015.

TEIXEIRA, Gabriel Pereira da Silva. **Trabalho, tripartismo e processos sociais: contribuições sobre o Compromisso Nacional da Cana de Açúcar**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2013/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Gabriel-Pereira-da-Silva-Teixeira1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

TST concede pausa destinada a datilógrafos a cortador de cana. Migalhas, [s.l.], 27 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI206614,41046-TST+concede+pausa+destinada+a+datilografos+a+cortador+de+cana>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Safra de cana-de-açúcar no centro-sul será maior que o estimado, mas receita permanece aquém do valor observado em 2011/2012**. São Paulo, 20 dez.2012. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticia/18631428920317494047/safra-de-cana-de-acucar-no-centro-sul/>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

VEIGA, Marcelo Motta. et al. A contaminação por agrotóxicos e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 116, p. 57-68, 2007.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; SILVA, Maria Aparecida Moraes. A resistência dos trabalhadores nos canaviais alagoanos. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 13, p. 137-168, 2010.

VERÇOSA, Lúcio Vasconcellos de. Particularidades da agroindústria canavieira de Alagoas e as sequelas da superexploração da força de trabalho. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org). **Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: UNESP, Cultura Acadêmica, 2011, p.249-263.

_____. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas**: um estudo obre as condições de trabalho e resistência. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia et al . Experiência de vigilância no setor canavieiro: desafios para interromper a "maratona" perigosa dos canaviais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4659-4668, dez. 2014.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de ENTREVISTA**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****PESQUISA: *UM PACTO E VÁRIOS OLHARES: A SAÚDE DO TRABALHADOR CANAVIEIRO EM QUESTÃO*****Responsável: Carla Caroline Silva dos Santos, mestranda em Saúde Pública****Instituição: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM-FIOCRUZ)****Parte I****Introdução**

Estamos convidando o(a) Sr.(a) para participar da pesquisa intitulada "**UM PACTO E VÁRIOS OLHARES: A SAÚDE DO TRABALHADOR CANAVIEIRO EM QUESTÃO**", onde vamos analisar como os trabalhadores rurais do corte manual da cana-de-açúcar em usinas alagoanas percebem suas condições de trabalho e saúde após o pacto firmado com o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar*, e como tem se organizado coletivamente na busca de melhorias sobre estas condições. Pode levar este documento para ler em casa e depois trazer para assinar. Se alguma parte não estiver clara, pode perguntar que lhe explicaremos.

Objetivos

O *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar* foi um acordo feito entre Governo Federal, representantes dos empresários e representantes de trabalhadores de todo o Brasil, com a proposta de melhorar as condições de trabalho no espaço canavieiro. Queremos entender como as mudanças propostas por este pacto foi sentida pelos trabalhadores. Acreditamos que o Sr.(a) pode nos ajudar contando sua experiência enquanto cortador(a) de cana, explicando como é o seu trabalho. Queremos conhecer sobre práticas de saúde que podem existir dentro da usina onde trabalha ou trabalhou. Queremos saber também como os trabalhadores como o Sr(a) se organizam ou se organizaram para lutar por condições dignas de trabalho e saúde. Além disso, é nosso interesse saber mais sobre o trabalho nos canaviais e como isto vem interferindo na saúde dos trabalhadores, porque este conhecimento poderá nos ajudar a construir propostas de melhorias reais das condições de trabalho neste setor.

Tipo de intervenção

Esta pesquisa envolverá sua participação em uma discussão em grupo e aproximadamente uma hora de entrevista.

Seleção dos participantes

O(a) Sr(a). está sendo convidado a fazer parte nesta pesquisa porque nós sentimos que sua experiência como trabalhador canavieiro pode contribuir muito para nossa pesquisa.

Voluntariedade na participação

Sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária. É sua escolha participar ou não. Se o Sr.(a) escolher não participar, não tem problema. A escolha que o Sr.(a) fizer não terá nenhum impedimento no seu trabalho ou em qualquer avaliação relacionada ao seu tipo de trabalho ou relatórios.

O(a) Sr.(a) pode mudar de ideia mais tarde e deixar de participar até mesmo se concordou no início.

Procedimentos

Estamos pedindo que nos ajude a aprender mais sobre as condições de trabalho e saúde no espaço canavieiro alagoano. Para tanto convidamos o(a) Sr(a) a fazer parte neste projeto de pesquisa.

Se o(a) Sr(a) aceitar será solicitado a: participar em uma entrevista comigo, (pesquisadora Carla Caroline Silva dos Santos). Durante a entrevista, eu sentarei com o(a) Sr(a) no local que será de sua escolha, onde o(a) Sr(a) achar mais conveniente. Se o(a) Sr(a). não desejar responder quaisquer umas das perguntas durante a entrevista, o(a) Sr(a). pode dizer isso e passarei para a próxima pergunta. Ninguém mais além de mim estará presente a menos que o(a) Sr(a) queira que outra pessoa esteja junta. A informação registrada é confidencial e ninguém mais exceto eu e minha orientadora (Prof. Idê Gomes Dantas Gurgel) terá acesso à informação documentada durante a sua entrevista.

Riscos ou desconfortos

O desconforto que o(a) Sr(a). poderá sentir é compartilhar um pouco das informações pessoais ou confidenciais por casualidade, ou alguns dos tópicos que o(a) Sr(a). pode se sentir incômodo em falar. Porém, não desejamos que isto venha acontecer. O(a) Sr(a). não tem que responder qualquer pergunta ou parte de informações obtidas no

debate/entrevista/pesquisa se o(a) Sr(a). sentir que a pergunta é muito pessoal ou se sentir incômodo em falar.

Benefícios

Não haverá nenhum benefício direto a o(a) Sr(a), mas é provável que sua participação nos ajude a demonstrar a necessidade de aprofundar a discussão sobre os rumos deste compromisso e a situação desta categoria de trabalhadores, na expectativa de contribuir para a construção de ações concretas de mudanças.

Incentivos

Não há qualquer incentivo para fazer parte na pesquisa.

Confidencialidade

A pesquisa que está sendo realizada aqui no município de Teotônio Vilela por ser uma cidade bem localizada entre usinas em Alagoas e concentrar grande número de trabalhadores. Não compartilharemos informações sobre o(a) Sr(a). para qualquer um que esteja fora do time de pesquisa. As informações que coletarmos neste projeto de pesquisa serão mantidas em sigilo. Qualquer informação sobre o(a) Sr(a). terá um número ao invés de seu nome. Somente os investigadores saberão qual é o seu número e manteremos esta informação em total sigilo. Ela não será compartilhada ou fornecida a qualquer um exceto, eu como pesquisadora e minha orientadora.

Divulgação dos resultados

O conhecimento que obtermos desta pesquisa será compartilhado com o(a) Sr(a), antes dela ser extensamente disponível ao público. Cada participante receberá um resumo dos resultados e assim que possível, eu enquanto pesquisadora virei apresentar pessoalmente estes resultados encontrados. Pretendemos também publicar os resultados de forma que outras pessoas interessadas possam aprender com a pesquisa.

Direito de recusar ou desistir do consentimento

O(a) Sr(a). não tem que fazer parte nesta pesquisa se o(a) Sr(a). não desejar e se escolher a participar, isso não afetará o seu trabalho ou avaliações relacionadas ao trabalho de qualquer forma. O(a) Sr(a). pode deixar de participar do (debate/entrevista) a qualquer hora que o(a) Sr(a). desejar sem que seu trabalho seja afetado.

Quem Contatar

Se o(a) Sr(a). tiver qualquer pergunta o(a) Sr(a). pode perguntar agora ou depois. Se o(a) Sr(a). desejar fazer perguntas depois, o(a) Sr(a) me pode contatar através dos seguintes endereços:

Endereço: Rua João Lira, 143. Edifício Marajó, apartamento 222. Bairro: Santo Amaro
CEP: 50050-550

Cidade: Recife

Estado: Pernambuco

Telefones p/contato: (81) 92573751/(82)33538062

E-mail: carlaline@gmail.com

Esta proposta foi revisada e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, que é um comitê cuja tarefa é ter certeza que aqueles participantes de pesquisa serão protegidos de qualquer dano. Se o(a) Sr(a). deseja mais sobre o CEP, contate:

Telefone: (81) 2101-2639

ou

E-mail: comiteetica@cpqam.fiocruz.br

Parte II Certificado do consentimento

Eu entendo que participarei de uma entrevista com a pesquisadora. Eu fui informado que os desconfortos são mínimos e podem incluir somente o compartilhar um pouco das informações pessoais ou confidenciais por casualidade. Eu estou consciente que talvez não haja nenhum benefício pessoal e que eu não só serei pago por nada. Fui informado do nome e endereço da investigadora que pode ser contatada facilmente.

Teotônio Vilela - AL, ____ de

de 2014.

	<p>Carla Caroline Silva dos Santos (pesquisadora)</p>
<p>(Assinatura ou impressão datiloscópica). d(o/a) voluntári(o/a) ou responsável legal</p>	<p>Idê Gomes Dantas Gurgel (orientadora)</p>

Assinatura da testemunha:

(caso o(a) entrevistado(a) seja analfabeto(a))

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de GRUPO FOCAL**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****PESQUISA: *UM PACTO E VÁRIOS OLHARES: A SAÚDE DO TRABALHADOR CANAVIEIRO EM QUESTÃO*****Responsável: Carla Caroline Silva dos Santos, mestranda em Saúde Pública****Instituição: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM-FIOCRUZ)****Parte I****Introdução**

Estamos convidando o(a) Sr.(a) para participar da pesquisa intitulada "**UM PACTO E VÁRIOS OLHARES: A SAÚDE DO TRABALHADOR CANAVIEIRO EM QUESTÃO**", onde vamos analisar como os trabalhadores rurais do corte manual da cana-de-açúcar em usinas alagoanas percebem suas condições de trabalho e saúde após o pacto firmado com o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar*, e como tem se organizado coletivamente na busca de melhorias sobre estas condições. Pode levar este documento para ler em casa e depois trazer para assinar. Se alguma parte não estiver clara, pode perguntar que lhe explicaremos.

Objetivos

O *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar* foi um acordo feito entre Governo Federal, representantes dos empresários e representantes de trabalhadores de todo o Brasil, com a proposta de melhorar as condições de trabalho no espaço canavieiro. Queremos entender como as mudanças propostas por este pacto foi sentida pelos trabalhadores. Acreditamos que o Sr.(a) pode nos ajudar contando sua experiência enquanto cortador(a) de cana, explicando como é o seu trabalho. Queremos conhecer sobre práticas de saúde que podem existir dentro da usina onde trabalha ou trabalhou. Queremos saber também como os trabalhadores como o Sr(a) se organizam ou se organizaram para lutar por condições dignas de trabalho e saúde. Além disso, é nosso interesse saber mais sobre o trabalho nos canaviais e como isto vem interferindo na saúde dos trabalhadores, porque este conhecimento poderá nos ajudar a construir propostas de melhorias reais das condições de trabalho neste setor.

Tipo de intervenção

Esta pesquisa envolverá sua participação em uma discussão em grupo e aproximadamente uma hora de entrevista.

Seleção dos participantes

O(a) Sr(a). está sendo convidado a fazer parte nesta pesquisa porque nós sentimos que sua experiência como trabalhador canavieiro pode contribuir muito para nossa pesquisa.

Voluntariedade na participação

Sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária. É sua escolha participar ou não. Se o Sr.(a) escolher não participar, não tem problema. A escolha que o Sr.(a) fizer não terá nenhum impedimento no seu trabalho ou em qualquer avaliação relacionada ao seu tipo de trabalho ou relatórios.

O(a) Sr.(a) pode mudar de ideia mais tarde e deixar de participar até mesmo se concordou no início.

Procedimentos

Estamos pedindo que nos ajude a aprender mais sobre as condições de trabalho e saúde no espaço canavieiro alagoano. Para tanto convidamos o(a) Sr(a). a fazer parte neste projeto de pesquisa.

Se o(a) Sr(a). aceitar será solicitado a:

Fazer parte em grupo de debate com 7-8 pessoas com experiências semelhantes. Esta discussão será moderada por mim, Carla Caroline Silva dos Santos. O debate em grupo começará comigo. Também responderemos as suas dúvidas sobre a pesquisa. As perguntas serão sobre condições de trabalho nos canaviais, como é o seu trabalho e se o(a) Sr(a) percebeu mudanças no campo depois do Compromisso Nacional. Também falaremos sobre as práticas de saúde que existem dentro das usinas, porque isto nos dará uma chance de entender mais sobre como Compromisso Nacional foi aplicado, assim como a existência de práticas de organização dos trabalhadores como o(a) Sr(a), porque isto irá ajudar no entendimento de como se encontra suas condições de organização. Não pediremos que compartilhe crenças pessoais, práticas, histórias ou conhecimentos, a não ser que o(a) Sr(a). não se sinta à vontade em compartilhar A discussão acontecerá em local fechado e conveniente a todos e ninguém mais além das pessoas que farão parte da discussão estará presente. A conversa será gravada integralmente, e ninguém será identificado através do nome na fita. A fita será mantida guardada com a pesquisadora. A informação registrada é sigilosa, e ninguém mais além da pesquisadora e sua orientadora terá acesso às fitas. As fitas serão destruídas depois de cinco (5) anos. No caso de registros por fotos, as mesmas manterão em sigilo minha identidade e de qualquer outro do participante.

Riscos ou desconfortos

O desconforto que o(a) Sr(a). poderá sentir é compartilhar um pouco das informações pessoais ou confidenciais por casualidade, ou alguns dos tópicos que o(a) Sr(a). pode se sentir incômodo em falar. Porém, não desejamos que isto venha acontecer. O(a) Sr(a). não tem que

responder qualquer pergunta ou parte de informações obtidas no debate/entrevista/pesquisa se o(a) Sr(a). sentir que a pergunta é muito pessoal ou se sentir incômodo em falar.

Benefícios

Não haverá nenhum benefício direto a o(a) Sr(a), mas é provável que sua participação nos ajude a demonstrar a necessidade de aprofundar a discussão sobre os rumos deste compromisso e a situação desta categoria de trabalhadores, na expectativa de contribuir para a construção de ações concretas de mudanças.

Incentivos

Não há qualquer incentivo para fazer parte na pesquisa.

Confidencialidade

A pesquisa que está sendo realizada aqui no município de Teotônio Vilela por ser uma cidade bem localizada entre usinas em Alagoas e concentrar grande número de trabalhadores. Não compartilharemos informações sobre o(a) Sr(a). para qualquer um que esteja fora do time de pesquisa. As informações que coletarmos neste projeto de pesquisa serão mantidas em sigilo. Qualquer informação sobre o(a) Sr(a). terá um número ao invés de seu nome. Somente os investigadores saberão qual é o seu número e manteremos esta informação em total sigilo. Ela não será compartilhada ou fornecida a qualquer um exceto, eu como pesquisadora e minha orientadora.

Sobre o grupo de debate: Perguntaremos a o(a) Sr(a). e aos outros do grupo para não falar com pessoas fora do

grupo sobre o que foi dito no grupo. Em outras palavras, pediremos a cada um dos Sr(a)s para manter confidencial o que foi dito no grupo. Porém, o(a) Sr(a)s devem saber que não podemos evitar ou fazer com que os participantes que estão no grupo compartilhem as informações que devem ser confidenciais.

Divulgação dos resultados

O conhecimento que obtermos desta pesquisa será compartilhado com o(a) Sr(a), antes dela ser extensamente disponível ao público. Cada participante receberá um resumo dos resultados e assim que possível, eu enquanto pesquisadora virei apresentar pessoalmente estes resultados encontrados. Pretendemos também publicar os resultados de forma que outras pessoas interessadas possam aprender com a pesquisa.

Direito de recusar ou desistir do consentimento: O(a) Sr(a). não tem que fazer parte nesta pesquisa se o(a) Sr(a). não desejar e se escolher a participar, isso não afetará o seu trabalho ou avaliações relacionadas ao trabalho de qualquer forma. O(a) Sr(a). pode deixar de participar do (debate/entrevista) a qualquer hora que o(a) Sr(a). desejar sem que seu trabalho seja afetado.

Quem Contatar

Se o(a) Sr(a). tiver qualquer pergunta o(a) Sr(a). pode perguntar agora ou depois. Se o(a) Sr(a). desejar fazer perguntas depois, o(a) Sr(a) me pode contatar através dos seguintes endereços:

Endereço: Rua João Lira, 143. Edifício Marajó, apartamento 222. Bairro: Santo Amaro
CEP: 50050-550

Cidade: Recife Estado: Pernambuco

Telefones p/contato: (81) 92573751/(82)33538062 E-mail: carlaline@gmail.com

Esta proposta foi revisada e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, que é um comitê cuja tarefa é ter certeza que aqueles participantes de pesquisa serão protegidos de qualquer dano. Se o(a) Sr(a). deseja mais sobre o CEP, contate:

Telefone: (81) 2101-2639 ou E-mail: comiteetica@cpqam.fiocruz.br

Parte II Certificado do consentimento

Eu entendo que participarei de uma entrevista com a pesquisadora. Eu fui informado que os desconfortos são mínimos e podem incluir somente o compartilhar um pouco das informações pessoais ou confidenciais por casualidade. Eu estou consciente que talvez não haja nenhum benefício pessoal e que eu não só serei pago por nada. Fui informado do nome e endereço da investigadora que pode ser contatada facilmente.

	<p style="text-align: center;">Carla Caroline Silva dos Santos (pesquisadora)</p>
<p>(Assinatura ou impressão datiloscópica). d(o/a) voluntári(o/a) ou responsável legal</p>	<p style="text-align: center;">Idê Gomes Dantas Gurgel (orientadora)</p>

Teotônio Vilela - AL, ____ de _____ de 2014.

Assinatura da testemunha:

(caso o(a) entrevistado(a) seja analfabeto(a))

APÊNDICE C - Roteiros de Perguntas-Chaves para grupo focal.

ROTEIRO DE PERGUNTAS-GUIAS PARA GRUPO FOCAL

- *Vocês conhecem o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar? Quem conhece, como conheceu? O que vocês conhecem sobre o Compromisso? Percebe que houve mudança?*
 - *Existe alguma mobilização e luta dos trabalhadores por condições dignas de trabalho e saúde nas usinas onde vocês trabalham? Quais? Vocês participam?*
 - *Alguém é sindicalizado?*
 - *Conhece? Participa?*
 - *Sabe de alguma atividade que o sindicato faça?*
 - *É permitida ações do sindicato dentro da empresa?*

- **Descrever o processo produtivo e organização do trabalho das usinas empregadoras desses trabalhadores, apontando suas relações com a saúde;**
 - *Como é organizado o trabalho de vocês nas usinas? – desmembrar!*
 - *O que faz?*
 - *Como faz?*
 - *Que ferramentas utiliza?*
 - *Como é o tempo de descanso?*
 - *Como é a alimentação? Alimentação: traz de casa ou a empresa fornece? Fornecem ao menos vasilha térmica gratuita? Tem mesa e cadeiras para comer em local tranquilo?*
 - *Jornada, supervisão, transporte*
 - *Há quanto tempo trabalha? Como fica na entressafra?*
 - *Qual o vínculo de trabalho? Carteira assinada? Contrato de trabalho?*

- **Compreender a relação que os trabalhadores estabelecem sobre a sua saúde dentro deste processo.**
 - *Como vocês observam a atenção à saúde de vocês no seu espaço de trabalho?- desmembrar*
 - *Quem fornece os EPI que usa a empresa ou vocês compram sozinhos?*
 - *Que tipo de ação a empresa faz para incentivar o uso dos EPI?*
 - *Tem algum programa de ginástica que a empresa faz antes, durante ou depois do trabalho?*
 - *Faz alguma pausa durante o trabalho? De quanto tempo?*
 - *Como funciona o acompanhamento médico na empresa? Tem médico? Tem alguma equipe?*
 - *Faz exame? De quanto em quanto tempo?*
 - *O que fazem quando alguém se acidenta ou passa mal?*
 - *É distribuído para os trabalhadores soro para reidratação?*

- *Conhece o programa de controle de saúde ocupacional?*
- *Tem mapa de risco? Alguém participou?*
- *Qual a relação entre as condições de saúde em que se encontram e o trabalho que vocês desenvolvem? – rever forma de perguntar e usar nas perguntas anteriores.*

APÊNDICE D - Roteiro de Perguntas-Chaves para entrevistas

ROTEIRO DE PERGUNTAS-GUIAS PARA ENTREVISTAS

(INFORMANTES-CHAVES)

- Vocês conhecem o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar? Quem conhece, como conheceu? O que vocês conhecem sobre o Compromisso?
- Como vocês observam a atenção à saúde dada aos trabalhadores no espaço de trabalho dos canaviais? O que existe de práticas de gestão da saúde nestes espaços?
- Como os trabalhadores tem se mobilizado e organizado a luta por condições dignas de trabalho e saúde nas usinas? Quais ações você conhece?
- Como vocês percebem a relação entre as condições de saúde em que se encontram estes trabalhadores e o trabalho por eles desenvolvidos?

ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO

A Secretaria-Geral da Presidência da República, a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Fórum Nacional Sucroenergético, a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – UNICA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP:

Considerando a relevância da atividade sucroalcooleira para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;

Considerando o interesse de todos os entes aqui representados no aperfeiçoamento das condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar;

Considerando o avanço da mecanização da colheita da cana-de-açúcar e seus impactos sobre a geração de emprego;

Considerando o respeito à legislação trabalhista e previdenciária e às Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pelo País;

Considerando a valorização e a necessidade de disseminar práticas empresariais exemplares que extrapolem as obrigações legais;

Considerando a valorização do diálogo e da negociação como base das relações e da solução de conflitos;

Considerando os debates ocorridos no âmbito da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instituída pelo Presidente da República e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República;

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, doravante denominado “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, ou, simplesmente, “Compromisso Nacional”, consubstanciado nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O Compromisso Nacional tem como objeto a cooperação entre os entes privados e públicos neste ato representados para viabilizar conjunto de ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar, valorizando e disseminando práticas empresariais exemplares.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS

Mediante adesão voluntária ao Compromisso Nacional, as empresas comprometem-se a respeitar as seguintes práticas empresariais:

I - Contrato de Trabalho

- a) contratar diretamente os seus trabalhadores para as atividades manuais de plantio e corte da cana-de-açúcar, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) utilizar a cláusula de experiência no contrato de trabalho somente uma única vez, em relação à mesma empresa e ao mesmo empregado, na contratação de trabalhadores para as atividades manuais do cultivo da cana-de-açúcar; e
- c) eliminar a vinculação da remuneração dos serviços de transporte de trabalhadores, administração e fiscalização, executados pelas próprias empresas ou por terceiros, à remuneração dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, respeitadas as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria.

II - Contratação de Trabalhador Migrante

- a) utilizar a intermediação do Sistema Público de Emprego quando for necessária a contratação de trabalhadores migrantes em outras localidades que fiquem impossibilitados de retornar ao seu município de origem após a jornada de trabalho. Na localidade na qual não exista o Sistema Público de Emprego ou o número de trabalhadores não seja suficiente, contratar diretamente;
- b) protocolar, junto às unidades do Ministério do Trabalho e Emprego, Certidão Declaratória que comprove a contratação regular dos trabalhadores e as condições de seu retorno à localidade de origem ao final da safra, para os trabalhadores migrantes contratados em outras localidades e que fiquem impossibilitados de retornarem ao seu município de origem após a jornada de trabalho;
- c) assegurar alojamentos de boa qualidade e de acordo com os requisitos da Norma Regulamentadora 31 para os trabalhadores migrantes contratados em outras localidades e que fiquem impossibilitados de retornarem ao seu município de origem após a jornada de trabalho; e
- d) proporcionar o acesso dos trabalhadores contratados em outras localidades a meios de comunicação nos alojamentos, para facilitar o contato com seus familiares.

III - Transparência na Aferição da Produção

- a) dispor de mecanismos de aferição da produção previamente acertados com as representações dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, devidamente escritos e amplamente divulgados entre os cortadores de cana-de-açúcar, que permitam a estes avaliar o cálculo do salário devido;
- b) informar o preço antecipadamente aos empregados e utilizar, para medição da cana-de-açúcar cortada, compasso com ponta de ferro, na presença dos trabalhadores, respeitadas as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria, qualquer que seja o sistema utilizado para pagamento dos trabalhadores – metro, tonelada ou outros; e
- c) complementar o pagamento da diária correspondente ao piso salarial para os trabalhadores que não alcançarem tal remuneração com sua produção do dia.

IV - Saúde e Segurança do Trabalho

- a) adotar melhores práticas de gestão em saúde e segurança e valorizar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural – CIPATR;
- b) fornecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual – EPI de boa qualidade com Certificado de Aprovação – CA;
- c) realizar esforço, em conjunto com trabalhadores, para adequação e melhoria de EPI ao trabalho rural;
- d) realizar esforço, em conjunto com trabalhadores, para conscientizar os trabalhadores sobre a importância do uso de EPI;
- e) garantir a realização de duas pausas coletivas por dia, sendo uma no período da manhã e outra à tarde;
- f) ter rigor no exame admissional, lançando mão de exames complementares sempre que o médico responsável entender necessário;
- g) promover campanhas informativas aos seus trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar sobre a importância da reidratação durante os serviços de campo, fornecendo gratuitamente o soro hidratante a critério do médico da empresa;
- h) adotar, orientar e difundir a prática de ginástica laboral nas atividades manuais de plantio e corte da cana-de-açúcar; e
- i) melhorar as condições de atendimento médico aos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar em situações de emergência.

V - Transporte

- a) fornecer transporte seguro e gratuito aos trabalhadores para as frentes de trabalho no campo;
- b) manter, para o transporte de trabalhadores, sistema de controle de acordo com a NR31 e as normas legais de trânsito, e que contemple:
 - 1. condição material dos ônibus ou veículos adaptados;
 - 2. registro e licenças dos veículos;
 - 3. documentos e habilitação dos condutores;
 - 4. inspeção periódica dos veículos, uma sendo feita necessariamente antes do início da safra;
 - 5. boas práticas na utilização dos veículos;
 - 6. gestão de sistema de transporte; e
- c) adotar Plano de Auxílio Mútuo em Emergência, com pactuação e integração local/regional de serviços privados e públicos.

VI - Alimentação

- a) fornecer gratuitamente recipiente térmico – “marmita” – que garanta condições de higiene e manutenção de temperatura; e
- b) assegurar, nas frentes de trabalho, mesas e bancos para a realização de refeições.

VII - Organização Sindical e Negociações Coletivas

- a) estabelecer, em conjunto com entidades de trabalhadores, negociação coletiva de trabalho, esgotando todas as possibilidades de acordo, e zelar pelo cumprimento das condições pactuadas;
- b) assegurar acesso aos locais de trabalho de dirigentes de sindicato, federação ou confederação da respectiva base territorial, desde que estejam previamente credenciados e seja a empresa comunicada de maneira simplificada e com antecedência, para verificar eventuais problemas e buscar soluções junto aos representantes da empresa; e
- c) orientar os líderes de equipe sobre a importância do respeito às atividades sindicais.

VIII - Responsabilidade no Desenvolvimento da Comunidade

- a) divulgar e apoiar ações relativas à educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades em que os trabalhadores estão inseridos.

I X - Divulgação de Boas Práticas

- a) divulgar e orientar seus fornecedores de cana-de-açúcar sobre os termos deste instrumento e as boas práticas empresariais adotadas pela empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Governo Federal apoiará e incentivará ações destinadas a:

- I - assegurar a adequação dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI utilizados pelos trabalhadores no cultivo manual de cana-de-açúcar;
- II - ampliar progressivamente os serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego na intermediação da contratação de trabalhadores para o cultivo manual da cana-de-açúcar;
- III - promover a alfabetização e elevação da escolaridade dos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar;
- IV - promover a qualificação e requalificação dos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar, com vistas a sua reinserção produtiva; e
- V - fortalecer ações e serviços sociais em regiões de emigração de trabalhadores para atividades sazonais do cultivo manual da cana-de-açúcar.

CLÁUSULA QUARTA: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO

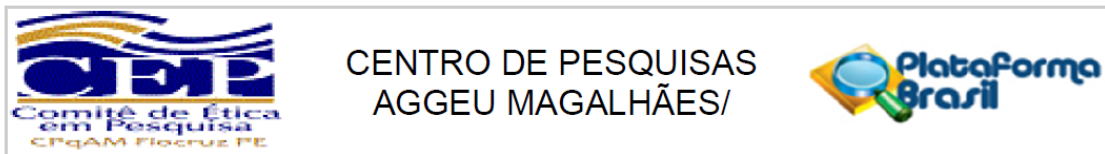
Os entes signatários deste Compromisso constituirão “Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional”, cujas atribuições serão as seguintes:

- I - estabelecer critérios e procedimentos para implementar, acompanhar e avaliar os resultados do Compromisso Nacional, inclusive com a possibilidade de autorizar auditoria independente para exercício das atividades de monitoramento do cumprimento das práticas empresariais;
- II - divulgar este Compromisso Nacional e estimular a adesão das empresas da atividade sucroalcooleira;
- III - propor e definir mecanismos para eventuais ajustes na adesão e permanência de empresas aos termos deste Compromisso Nacional;
- IV - deliberar sobre o estabelecimento e divulgação de mecanismo de reconhecimento das empresas que aderirem e cumprirem as práticas empresariais estabelecidas neste Compromisso Nacional; e
- V - propor e debater a revisão deste Compromisso Nacional.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES GERAIS

Este Compromisso Nacional entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência por um período de dois anos, podendo ser prorrogado com a concordância de todas as partes.

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa:

UM PACTO E VÁRIOS OLHARES:
A SAÚDE DO TRABALHADOR CANAVIEIRO EM QUESTÃO

Pesquisador: CARLA CAROLINE SILVA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 25067413.2.0000.5190

Instituição Proponente: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/ FIOCRUZ

Patrocinador Principal:

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 606.725

Data da Relatoria: 12/03/2014

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho se debruçará sobre o universo da precarização das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores canavieiros de usinas alagoanas, ancorado na proposta do Compromisso Nacional para aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, apontado como novo paradigma de melhorias para os cortadores de cana em atividade no Brasil

Objetivo da Pesquisa:

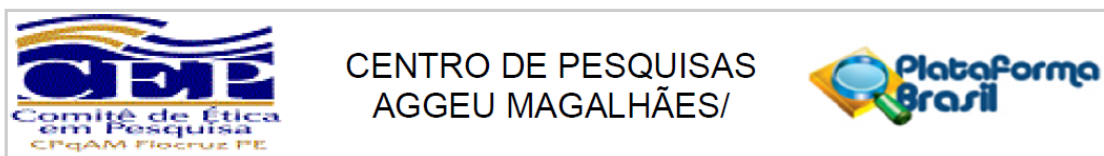
Analisar a percepção e mobilização dos trabalhadores rurais do corte manual da cana-de-açúcar em usinas alagoanas sobre suas condições de trabalho e saúde após o pacto firmado com o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No que se refere aos riscos, dado que não se trata de uma pesquisa de intervenção, serão tomadas todas as medidas para se evitar a exposição e constrangimento dos trabalhadores participantes, assim como qualquer possibilidade de retaliação pela empresa ao qual estejam ligados.

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** comiteetica@cpqam.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 606.725

Tal afirmação baseia-se no fato de que em período de safra, como o momento de coleta proposto, se estas entrevistas ocorressem em meio a sua jornada de trabalho, a qual é por produção, nestas condições o trabalhador estaria pressionado sob a necessidade de manter sua produtividade dividindo seu tempo com os entrevistadores, o que acarretaria em prejuízos a qualidade e veracidade das informações dispostas. Afora o fato de que dentro do ambiente de trabalho a presença de outros funcionários das usinas, poderiam intimidar as respostas.

Benefícios:

O conhecimento das condições de trabalho e saúde de trabalhadores canavieiros à luz das mudanças propostas pelo Compromisso Nacional poderá ampliar ainda mais o campo de pesquisas sobre as relações de trabalho existente no setor sucroalcooleiro do país, as condições de vida do trabalhador canavieiro e as condições de saúde em se constitui este trabalhador, de forma que, se aprofunde a análise do acordo, e futuramente, se possam construir medidas de intervenção efetivas para melhorar/transformar as condições de vida e trabalho em que se encontram estes indivíduos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa Qualitativa de estudo de caso, com validade científica e bem estruturado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências atendidas.

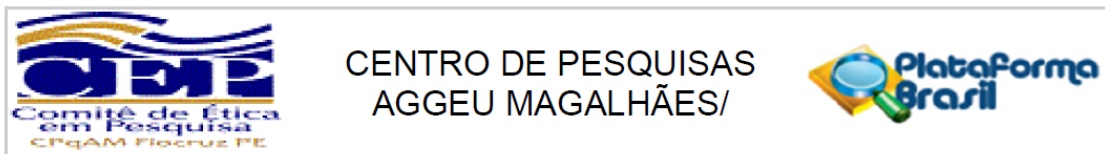
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** comiteetica@cpqam.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 606.725

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê avaliou e considera que os procedimentos metodológicos do Projeto em questão estão condizentes com a conduta ética que deve nortear pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com o Código de Ética, Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012 e complementares.

O projeto está aprovado para ser realizado em sua última formatação apresentada ao CEP e este parecer tem validade até 02 de abril de 2017. Em caso de necessidade de renovação do Parecer, encaminhar relatório e atualização do projeto.

RECIFE, 07 de Abril de 2014

Assinador por:
Janaina Campos de Miranda
(Coordenador)

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** comiteetica@cpqam.fiocruz.br